

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

KATHLLEEN TERRA ANGELIM FIGUEIREDO

**A DINÂMICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE
UBERABA - MG**

UBERLÂNDIA – MG
2018

KATHLLEEN TERRA ANGELIM FIGUEIREDO

**A DINÂMICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE
UBERABA - MG**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps.

UBERLÂNDIA – MG
2018

KATHLLEEN TERRA ANGELIM FIGUEIREDO

**A DINÂMICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE
UBERABA - MG**

Uberlândia, 19 de Dezembro de 2018.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps - UFU
Orientadora

Profa. Mestre Andrea Costa Van Herk Vasconcelos - UFU

Mestre Thiago Alves Rosa – UFU

KATHLLEEN TERRA ANGELIM FIGUEIREDO

**A DINÂMICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE
UBERABA - MG**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em ___/___/___

Banca Examinadora

Profª. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps - UFU

Orientadora

Profª. Mestre Andrea Costa Van Herk Vasconcelos - UFU

Mestre Thiago Alves Rosa – UFU

Uberlândia – MG

2018

*“O mais importante da economia solidária
é a prática da solidariedade. Se vocês
querem ser felizes, sejam solidários”*

(Paul Singer)

In memoriam

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por tudo que aconteceu em minha vida. Obrigada por sempre estar ao meu lado, me fortalecendo e me ajudando a superar todas as dificuldades. Agradeço por nunca deixar eu desistir dos meus sonhos. Ao longo dos anos o Senhor vem me transmitindo força, foco, ânimo e confiança para acreditar e lutar por tudo aquilo que acredito.

Aos meus pais, Maria Olinda e Francisco por me proporcionarem o maior amor do mundo todos os dias, a melhor educação e o grande apoio e incentivo durante a graduação. Foram vocês que me viram chorar quando eu encontrava alguma dificuldade e até mesmo quando eu desacreditava que eu seria capaz, mas vocês sempre estavam ali, acreditando em cada passo que eu dava. Obrigada meus amados pelos sacrifícios que vocês fizeram em prol da minha educação. Eu amo muito vocês meus amores!

As minhas irmãs, Michelle e Pamella por acreditarem em mim, me incentivando a nunca desistir. Agradeço pelo amor, companheirismo, cooperação e pela paciência em meus momentos de estresse. Agradeço também pelos conselhos, carinho. E claro, não posso esquecer de agradecer vocês por aturar minhas bagunças de livros e papéis da faculdade jogados pelo quarto (risos). Amo vocês amoras!

Ao meu namorado, Gabriel por todo amor, carinho, paciência, companheirismo e compreensão. Obrigada pelo incentivo e por ter me aturado nos momentos de estresse durante esse processo. Eu te amo!

A Geisa, minha orientadora pelos longos anos de aprendizado que tive em toda a minha graduação. Pela atenção, firmeza, dedicação, carinho e apoio que me presenteou no decorrer da elaboração desta pesquisa. Agradeço pela disponibilização do seu tempo no qual se dedicou em me orientar e me ajudar a elaborar esta pesquisa. Agradeço por ir comigo até o fim e por acreditar tudo iria terminar bem.

Aos associados dos Empreendimentos Econômicos Solidários pela atenção e carisma durante as conversas, colaborando com os questionários das entrevistas para a realização desta pesquisa.

A Denise por ser tão bondosa e insistente na minha formação, pelas longas conversas, pelas viagens, pelos conselhos, pelos trabalhos realizados juntas, pelas risadas e companheirismo. Ao Jhony pelas longas conversas sobre diversos assuntos.

A Lidiane e Larissa, pela convivência diária durante dois anos de pesquisa no LAGEA, pelas trocas de conhecimento, pelas discussões sobre Economia Solidária, pelos trabalhos de campo realizados durante a pesquisa e em toda graduação. Agradeço pelas conversas, risadas e parceria.

Ao Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), do qual fiz parte durante dois anos da graduação, que me proporcionou um ambiente incrível para fazer pesquisas e adquirir maiores conhecimentos. E no qual tive a oportunidade de conhecer várias pessoas dotadas de conhecimentos que contribuíram para minha formação acadêmica.

A todos os professores que tanto contribuíram para a minha formação acadêmica e por tanta influência na minha futura vida profissional, em especial: João Cleps, Marcelo Chelotti, Ângela Maria, Luiz Nishiyama, Antônio Marcos, Vanderlei de Oliveira, William Rodrigues, Rosselvelt José, Vitor Ribeiro, Roberto Rosa, Mirlei Fachini e Heitor Siqueira.

A todos os meus colegas de faculdade.

A Mizmar e a Cynara pela paciência e dedicação ao seu trabalho, por me socorrerem nos meus momentos de esquecimentos e muitas dúvidas.

Aos mestres e futuros Doutores Andrea Van Herk e Thiago Rosa, a minha Orientadora Profa. Dra. Geisa Daise, participantes da minha banca examinadora que estiveram presentes em um dos momentos mais importantes da minha vida.

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que me acolheu da melhor forma possível e contribuiu para a minha formação pessoal, através de seus excelentes professores e funcionários que trabalham arduamente para melhorar o ambiente universitário.

E por último, agradeço a mim mesma, pela força, dedicação, paciência, fé e por não desistir.

RESUMO

A Economia Solidária se desenvolve frente à Economia Capitalista como uma forma de combate ao desemprego, possibilitando a geração de renda e trabalho para as pessoas excluídas do mercado de trabalho do então chamado sistema capitalista, que é baseado no trabalho assalariado tendo como foco o aumento significativo do capital. De modo geral, esta nova economia visa o trabalho coletivo, consciente e criativo, a cooperação, a igualdade e todos os cooperados e associados que tomam as decisões em conjunto. Integra homens e mulheres engajados na prática do trabalho consciente. Os empreendimentos podem se organizar em associações, cooperativas, grupo informal, clube de trocas e outros, localizados em área rural, área urbana como também rural e urbana, produzindo e comercializando produtos variados e de boa qualidade. Portanto, a economia solidária consiste em uma maneira diferente de inserção econômica, social, cultural, política e ambiental. Diante disso, o objetivo principal é entender a dinâmica da Economia Solidária diante do modo de produção Capitalista, analisando a prática dos EES em Uberaba e suas principais características. Para o alcance deste objetivo foi necessário primeiramente fazer levantamentos bibliográficos, incluindo a seleção de obras e trabalhos publicados sobre o tema, pesquisas secundárias no site do Ministério do Trabalho e Emprego, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que integra a página do Farejador da Economia Solidária, ferramenta utilizada para seleção de dados dos Empreendimentos Econômicos Solidários. Para tal utilizou-se a divisão do IBGE, por mesorregiões e microrregiões, seguidos de análises estatísticas. Em seguida, com o propósito de conhecer o trabalho solidário, as atividades econômicas desenvolvidas e a permanência dos empreendimentos instalados, foram realizadas pesquisas empíricas junto aos empreendimentos econômicos solidários selecionados na área de estudo. Os dados obtidos passaram por análise e serviram de base para a elaboração de gráficos, tabelas, quadros e mapas que auxiliam na leitura desta pesquisa. Conforme salientado, a economia solidária é uma ação de resistência vinda dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, a grande questão é a crise do emprego que o capitalismo gera, diante da desigualdade e a forma com que esses associados organizam-se e gerando renda e qualidade de vida. A economia solidária vem crescendo e desenvolvendo em diversos países, nota-se isso com a entrada de novos empreendimentos. Porém alguns empreendimentos encontram-se com dificuldades na comercialização de seus produtos e devido a isso deixam de existir.

PALAVRAS-CHAVE: economia solidária; economia capitalista; empreendimentos econômicos solidários; Uberaba (MG).

RESUMEN

La economía solidaria se desarrolla frente a la economía capitalista como una forma de combate al desempleo, posibilitando la generación de renta y trabajo para las personas excluidas del mercado de trabajo del entonces llamado sistema capitalista, que se basa en el trabajo asalariado teniendo como foco el aumento significativo del capital. En general, esta nueva economía tiene como objetivo el trabajo colectivo, consciente y creativo, la cooperación, la igualdad y todos los cooperados y asociados que toman las decisiones en conjunto. Integra a hombres y mujeres comprometidos en la práctica del trabajo consciente. Los emprendimientos pueden organizarse en asociaciones, cooperativas, grupo informal, club de intercambios y otros, ubicados en área rural, área urbana como también rural y urbana, produciendo y comercializando productos variados y de buena calidad. Por lo tanto, la economía solidaria consiste en una manera diferente de inserción económica, social, cultural, política y ambiental. Por eso, el objetivo principal es entender la dinámica de la Economía Solidaria frente al modo de producción Capitalista, analizando la práctica de los EES en Uberaba y sus principales características. Para el logro de este objetivo fue necesario primero hacer encuestas bibliográficas, incluyendo la selección de obras y trabajos publicados sobre el tema, investigaciones secundarias en el sitio del Ministerio de Trabajo y Empleo, del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y del Foro Brasileño de Geografía Economía Solidaria (FBES), que integra la página del Farejador de la Economía Solidaria, herramienta utilizada para la selección de datos de los emprendimientos económicos solidarios. Para ello se utilizó la división del IBGE, por mesorregiones y microrregiones, seguidos de análisis estadísticos. A continuación, con el propósito de conocer el trabajo solidario, las actividades económicas desarrolladas y la permanencia de los emprendimientos instalados, se realizaron investigaciones empíricas junto a los emprendimientos económicos solidarios seleccionados en el área de estudio. Los datos obtenidos pasaron por análisis y sirvieron de base para la elaboración de gráficos, tablas, cuadros y mapas que auxilian en la lectura de esta investigación. Como se subraya, la economía solidaria es una acción de resistencia proveniente de los trabajadores excluidos del mercado de trabajo, la gran cuestión es la crisis del empleo que el capitalismo genera, ante la desigualdad y la forma en que estos asociados se organizan y generan ingresos y, calidad de vida. La economía solidaria viene creciendo y desarrollando en diversos países, se nota eso con la entrada de nuevos emprendimientos. Pero algunos emprendimientos se encuentran con dificultades en la comercialización de sus productos y debido a eso dejan de existir.

PALABRAS CLAVE: economía solidaria; economía capitalista; emprendimientos económicos solidarios; Uberaba (MG).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais características da Economia Capitalista e da Economia Solidária...	33
Quadro 2 - Autogestão: Pontos Positivos e Negativos	39
Quadro 3 - Número de Empreendimentos Econômicos Solidários, 2007, 2013, 2017.....	54
Quadro 4 - Microrregiões do Estado de Minas Gerais.	61
Quadro 5 - Mesorregião de Minas Gerais: Dados comparativos segundo o Farejador, Atlas Digital e CADSOL.	67
Quadro 6 - Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: Número de EES por municípios referente aos anos de 2007, 2013 e 2017.....	70
Quadro 7 - Minas Gerais: Número de Associados por gênero.....	73
Quadro 8 - Produtos que são produzidos e comercializados nos municípios de Uberaba e Uberlândia.	74
Quadro 9 - Uberaba (MG): Atividades Econômicas dos Empreendimentos Econômicos Solidários.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Uberaba: número de estabelecimentos por setor de atividades econômicas (grande setor IBGE) (1985-2013).....	79
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de Desemprego Média - recebida e entregue. Brasil - Governos: 1985 - 2014 porcentagem (%) de redução (-) ou aumento (+).	51
Gráfico 2 - Região Sudeste: Relação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, 2007-2017.	65
Gráfico 3 - Formas de organização dos EES-MG.	68
Gráfico 4 - Microrregiões da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: N° de Empreendimentos Econômicos Solidários.	69
Gráfico 5 - Mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: Formas de organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários.	72
Gráfico 6 - Dados quantitativos comparativos entre CADSOL, Atlas Digital da Economia Solidária e Farejador.	82
Gráfico 7 - Município de Uberaba (MG): Área de atuação dos Empreendimentos Econômicos Solidários	82
Gráfico 8 - Uberaba (MG): Forma de organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários, 2017.	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A expansão da Economia Solidária no Brasil.....	52
Figura 2 - Mesorregiões Geográficas do IBGE do estado de Minas Gerais.....	60

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Minas Gerais: Número de Empreendimentos Econômicos Solidários por mesorregiões, 2017.....	66
Mapa 2 - Localização do Município de Uberaba.....	77
Mapa 3 - Localização dos 35 empreendimentos econômicos solidários no município de Uberaba.....	86

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Fachada da AMUR no município de Uberaba (MG).....	90
Foto 2 - Logomarca do empreendimento econômico solidário da AMUR.	91
Foto 3 - Produção e comercialização dos produtos artesanais da AMUR no município de Uberaba (MG).....	93
Foto 4 - Livro de receitas das associadas para venda na AMUR.	94
Foto 5 - Associação Uberabense de Artesãos e Artistas.	95
Foto 6 -Artesanatos, doces e pinturas da Associação Uberabense de Artesãos e Artistas em Uberaba (MG).....	97
Foto 7 - Cooperativa de Recolhedores Autônomos de Materiais Recicláveis de Uberaba.	99
Foto 8 - Etapas de reciclagem dos materiais coletados	101
Foto 9 - Grande quantidade de materiais prontos para serem separados de acordo com sua composição.	103

LISTA DE SIGLAS

CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
DCSOL	Declaração de Empreendimento Econômico Solidário
PIB	Produto Interno Bruto
EES	Empreendimento Econômico Solidário
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
FJP	Fundação João Pinheiro
FAZU	Faculdades Associadas de Uberaba
ANCOSOL	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. CAPITALISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	26
1.1. O capitalismo e a crise do capital.....	28
1.2. “Economia Solidária” e a nova reestruturação produtiva no mercado de trabalho 33	
1.3. Formas de gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários	37
2. NOVA ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE EMPEGO E RENDA	47
2.1. O terceiro setor e a economia solidária	47
2.2. A economia solidária no Brasil	50
2.3. Estruturação dos empreendimentos solidários no mercado de trabalho	55
3. ESTADO DE MINAS GERAIS - A DIVERSIFICAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	59
3.1. O Estado de Minas Gerais: Considerações sobre suas divisões e subdivisões	59
3.2. Os empreendimentos solidários do estado de Minas Gerais	63
3.3. Empreendimentos Econômicos Solidários na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	69
3.4. Análise dos Empreendimentos da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba de acordo com os dados do CADSOL.....	72
4. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DO MUNICÍPIO DE UBERABA - MG	76
4.1. Caracterização do município de Uberaba.....	76
4.2. Empreendimentos Solidários do município de Uberaba	81
5. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIO DE UBERABA: UM ESTUDO DE CASO	85
5.1. Caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários existentes em Uberaba	85

5.2. Análise dos Empreendimentos Econômicos Solidários selecionados de Uberaba (MG).....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo com alto nível de desemprego e subemprego, no qual o modo de produção sobrepõe o conhecimento do ser humano. A lógica capitalista consolida a forma da produção que eleva a pobreza e a exclusão de várias pessoas do mundo, e o acúmulo de riqueza nas mãos de poucas pessoas por intermédio da concentração dos meios de produção. Assim, como ressalta Lima e Seconi (p.2, s.d),

A Revolução Industrial marcou o início de uma nova era, a Idade Moderna. A substituição das ferramentas pela máquina, da energia humana pela energia matriz e do modo de produção doméstico pelo sistema fabril foram às locomotivas da revolução, transcorrendo na Inglaterra no início do século XVIII. Foi marcada por três fases: a artesanal, o surgimento das manufaturas e das fábricas e a invenção da máquina a vapor, o estopim da revolução. Quanto ao trabalho é possível afirmar que a Revolução desencadeou uma grande quantidade de desempregados que vivia nas cidades inglesas, utilizados como mão de obra barata.

O número de desempregos aumenta significativamente e as empresas não estão disponibilizando vagas o suficiente para contratarem essas pessoas excluídas do mercado de trabalho e, conseqüentemente, diminuir os problemas de desigualdade social presente no Brasil e outros países. Devido ao desemprego, à diminuição da qualidade dos modos de trabalho e a queda na qualidade de vida, atribuído aos meios de produção, acarretam no surgimento e no crescimento de um novo modelo econômico, impulsionando a transformação social. É neste cenário que surge a Economia Solidária na vida de milhares de pessoas e nos estudos acadêmicos.

Segundo Paul Singer (2002), o surgimento de “uma outra economia” deu-se pouco tempo depois da Primeira Revolução Industrial, bem como da Revolução Francesa, onde a situação da população era de extrema pobreza e desemprego. Um período no qual o trabalho deixou de ser artesanal tornou-se assalariado, substituindo ferramentas por máquinas, consolidando assim, um novo meio de produção capitalista. As situações de trabalho eram péssimas, os trabalhadores estavam sujeitos às longas jornadas de trabalho, recebendo salários muito baixos, além de conviver com a exploração da mão de obra feminina e infantil. Um trabalho extremamente alienado, no qual o trabalhador era obrigado a transformar sua força de trabalho em mercadoria, para então receber seu mísero salário.

Diante dessas condições, Paul Singer (1998, apud SOUZA, A.R. de; CUNHA, G.C.; DAKUZAKU, R.Y, 2003, p.35) escreveu que,

[...] o industrial e socialista utópico Robert Owen pregava a formação de aldeias cooperativas ao redor das fábricas existentes na época, para que os trabalhadores fossem proprietários e gerissem os meios de produção coletivamente.

Então, tudo indica que a Economia Solidária teve seu início no século XIX em consequência do chamado cooperativismo operário na Europa, ou seja, da luta dos operários como forma de resistência contra o processo da Revolução Industrial, em detrimento das contradições do capitalismo industrial. Segundo Schmidt e Perius (2003, p. 63),

As cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais. Baseiam-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia.

No Brasil, a Economia Solidária surge na década de 1980, tendo como marco de início o movimento cooperativista que se deu no ano de 1847, e desde então não parou de crescer, fortalecendo-se em meados dos anos de 1990, devido à crise do desemprego em massa. Ainda segundo Schmidt e Perius (2003, p. 64),

Foi quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das ideias reformadoras de Charies Fourier, fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. [...] Mas o cooperativismo, com a sua fisionomia de organização cooperativa, apareceu no Brasil a partir de 1891. Naquele ano surgiu, em Limeira, São Paulo, a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica.

Nota-se que a Economia Solidária aparece como uma possibilidade de sobrevivência ao sistema capitalista, no qual a valorização é empregada aos trabalhadores e não necessariamente ao capital, sendo que o objetivo consiste em inserir o pequeno produtor no mercado de trabalho.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. (SINGER, 2002, p.10).

A Economia Solidária não segue o padrão do capitalismo, porém passa a existir e resistir diante de um molde já estabelecido [capitalismo], apresentando novas alternativas de desenvolvimento econômico, baseando-se em valores solidários, autonomia, participação e autogestão.

Diante disso, entendemos a Economia Solidária como um método em construção e uma alternativa para a organização econômica e social. Trata-se de uma alternativa contra a exclusão e o desemprego, na busca da solidariedade e valorização dos espaços locais. Consiste em uma maneira diferente e inovadora de inserção econômica, social, cultural, política e ambiental. Pode ser classificada em cooperativas, associações, grupos informais, clubes de trocas, comércio justo, entre outros, desempenhando uma prática que exerce o poder compartilhado, entre homens e mulheres, amigos, familiares e conhecidos. É interessante pensar no conceito “economia solidária” por não ser único e insubstituível. Para conceituar tal processo, alguns autores a denominam de economia popular solidária, socioeconomia solidária, economia social, economia popular, terceiro setor etc.

Em pleno século XXI, a Economia Solidária encontra-se em desenvolvimento e reconhecimento, diversificando-se em amplas dimensões, atingindo níveis locais, regionais, nacionais e até internacional.

Dados quantitativos dos empreendimentos existentes no Brasil, especificamente no Estado de Minas Gerais, partindo para a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com o foco no município de Uberaba serão apresentados nesta pesquisa. O objetivo principal é entender a dinâmica da Economia Solidária diante do modo de produção Capitalista, analisando a prática dos EES em Uberaba e suas principais características. Para tal, será abordado os conceitos da economia solidária, bem como seu surgimento e evolução em diversos locais, com o intuito de destacar sua importância, modo de organização e distribuição, bem como a forma de consumo e comercialização solidária, buscando assim, identificar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), suas dificuldades e a forma de manterem seus princípios sem mudar a essência da solidariedade, devido às intensas “cobranças” prescrita pelo capitalismo emergente, onde empresas capitalistas concorrem entre si.

Diante disso, vale ressaltar que a ideia sobre o tema deste trabalho surgiu através de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), cujo tema era “Comércio e Consumo Solidário na Mesorregião Triângulo mineiro/alto Paranaíba: processos, formas e novas territorialidades”, realizado durante dois anos, baseando-se em pesquisas teóricas e trabalhos práticos nos empreendimentos em várias

idades, onde pôde-se perceber a importância da Economia Solidária na vida de milhares de pessoas.

Notou-se que uma nova dinâmica de trabalho surge para melhorar a vida de muitos desempregados e desamparados no mercado de trabalho capitalista. Esta nova economia se desenvolve com base na igualdade de direitos, em práticas sustentáveis, uma atividade inspirada em valores humanos. Várias cidades já possuem Empreendimentos Econômicos Solidários que agregam valores sociais e contribuem para a formação do Produto Interno Bruto (PIB), sendo empreendimentos autogestionários que produzem e comercializam, através da cooperação e não competição, buscando superar o sistema capitalista.

Esta alternativa apresenta-se diante da sociedade, como uma atividade onde não há divisão social, todos são iguais e possuem o mesmo direito, não há patrão e nem competição, e todos controlam e participam dos meios de produção.

Uberaba foi o município escolhido para ser estudado por apresentar, desde sua origem, segundo a Prefeitura de Uberaba, intensas modificações no comércio e no consumo com a entrada do capitalismo o que vem gerando grandes desigualdades econômicas e injustiças sociais, e por conter vários empreendimentos que produzem e comercializam grande variedade de produtos.

Como a maioria dos outros municípios, Uberaba conta com a prática constante da economia solidária, englobando a comercialização de produtos e atividades resultantes da mesma, o que pode ser constatado nos trabalhos de campo realizados em alguns empreendimentos do município. Em 2017, Uberaba contava 35 empreendimentos catalogados pelo Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), o segundo município da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, atrás apenas do município de Uberlândia, com 41 empreendimentos.

Diante dos resultados obtidos pelos dados quantitativos que serão comparados entre si, optou-se pelos dados mais recentes disponibilizados pelo CADSOL para apresentar resultados demonstrativos, pois, este, apresenta o último registro realizado no Brasil, com dados atualizados até o ano de 2017.

A pesquisa foi elaborada com base, primeiramente, nos levantamentos bibliográficos, como referencial teórico, com destaque para as obras de Singer (1998, 2000, 2001, 2002, 2004), Cattani (2003), Gaiger (2003) e outros referentes a trabalhos publicados (artigos, monografias, teses dentre outros) sobre o tema pesquisado, que auxiliaram de forma precisa na obtenção de conteúdos referentes, seguido de leituras e fichamentos.

Em seguida, a busca por informações teóricas manteve-se através de trabalhos acadêmicos e sites de pesquisas, disponibilizados na internet, incluindo o site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Neste integra-se a página do Farejador da Economia Solidária, ferramenta utilizada para seleção de dados dos Empreendimentos Econômicos Solidários por municípios do Estado de Minas Gerais, partindo para a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Para tal utilizou-se a divisão do IBGE em Mesorregiões e Microrregiões, seguidos de análises estatísticas.

Ainda na busca de novos dados estatísticos, foram encontrados um maior número de empreendimentos cadastrados no novo Atlas Digital da Economia Solidária, um mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), porém, os dados todos os dados não foram cadastrados, os últimos foram até o ano de 2013, sendo apresentado apenas dados quantitativos (devido a isso, poucos EES serão citados para comparação de dados). Após outras buscas, com intuito de encontrar o nome dos Empreendimentos Econômicos Solidários quantificados no Atlas Digital, foi descoberto o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), que traz importantes informações a respeito dos empreendimentos catalogados e disponibilizados pelo novo Atlas Digital da Economia Solidária, e emite a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL) que fornece o reconhecimento solidário aos empreendimentos para terem acesso às políticas de apoio à economia solidária, conforme explicado no site do mesmo.

Os dados obtidos passaram por tabulação através da elaboração de tabelas com esboço no software Excel, contendo a identificação dos municípios, empreendimentos, produtos, insumos e contatos. Constatou-se que esses empreendimentos produzem e comercializam produtos artesanais, agropecuários, piscicultura, avicultura, silvicultura, suínos, ovinos, bovinos beneficiados, conservas, produtos naturais e financeiros, prestadores de serviços, comércio, reciclagem, produtos de limpeza e de construção.

Em seguida, com o intuito de conhecer o trabalho solidário, a forma de organização econômica desenvolvida e a permanência dos empreendimentos instalados, foram realizados os primeiros contatos com responsáveis pelos empreendimentos nos municípios de Uberlândia, Uberaba e Araguari e posteriormente foram realizadas pesquisas de campo em alguns empreendimentos, bem como visitas na Feira de Economia Solidária no município de Uberlândia, no ano de 2016.

No município de Uberaba, porém, apenas cinco dos 35 empreendimentos foram contatados pessoalmente e responderam o roteiro de entrevista; muitos dos empreendimentos não atenderam ao nosso contato e outros afirmaram que não possuíam horário para agendar uma entrevista. Diante dessa situação, para a realização desta monografia foram escolhidos três dos cinco empreendimentos entrevistados. A escolha ocorreu devido diferentes atividades e insumos produzidos por eles. Representando, assim, um exemplo de empreendimento para cada atividade desenvolvida no município estudado.

O trabalho de campo, juntamente com o roteiro de entrevista (vide apêndice), foi realizado com a intenção de conhecer e vivenciar as atividades dos empreendimentos cadastrados. Durante a pesquisa houve a participação em eventos¹ pertinentes ao tema, que contribuíram para o acréscimo de conhecimento acerca dos assuntos abordados e as práticas desenvolvidas pela economia solidária, o trabalho associado e as práticas de cooperativas brasileiras.

Além da introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas, este trabalho está estruturado em cinco capítulos. No capítulo 1 é apresentada uma discussão sobre o Capitalismo, um modelo econômico vigente e a crise do capital, em contrapartida a Economia Solidária, uma nova economia reconhecida a partir do Governo Lula (Lula) através do economista e professor Paul Singer. Neste capítulo abordaremos um estudo entre as duas vertentes, destacando a Economia Solidária, e as formas de organização dos empreendimentos econômicos solidários.

O capítulo 2 trata sobre a Economia Solidária (ES) como nova forma de geração de trabalho e renda, analisando-se de forma mais aprofundada a sua importância no mercado de trabalho. É apresentado um estudo sobre o desenvolvimento da ES no Brasil, como ocorreu seu desenvolvimento e a quantidade de empreendimentos existentes em cada estado brasileiro.

O capítulo 3 discute sobre a economia solidária no estado de Minas Gerais, e a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A partir deste capítulo é apresentado a quantidade de empreendimentos por mesorregiões do estado de Minas Gerais, do ano de

¹ “Roda de conversa sobre Economia Popular Solidária”, realizado nos dias 31 de julho e 01 de agosto de 2015 na Câmara Municipal da Prefeitura Municipal de Uberlândia e no Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a “Plenária Eletiva: Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (FREPS)”, realizado no dia 03 de Outubro de 2015 no Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

2007 a 2017, bem como a forma de organização dos empreendimentos, a produção e a comercialização presente em cada um deles.

O capítulo 4 está centrado em Uberaba, neste momento apresenta-se uma análise sobre empreendimentos econômicos solidários existentes no município de modo geral, bem como a caracterização do município e dos EES existentes.

Por último, no capítulo 5, são abordados de forma mais específica os empreendimentos econômicos solidários de Uberaba por meio de um estudo de caso. Os dados apresentados e analisados foram obtidos por meio da realização de pesquisa empírica, com aplicação de entrevistas nos trabalhos de campo realizados.

1. CAPITALISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O capitalismo ajudou a modificar a cultura e os moldes econômicos, visto que o início deste é marcado pelo fim do feudalismo, ocorrido na Europa no final da Idade Média, marcado por revoluções políticas e tecnológicas.

A revolução capitalista é a transformação fundamental da história humana depois do surgimento da agricultura e da passagem das sociedades nômades para as sedentárias e a formação das primeiras civilizações ou impérios. No plano econômico, a revolução capitalista deu origem ao capital e às demais instituições econômicas fundamentais do sistema – o mercado, o trabalho assalariado, os lucros, e o desenvolvimento econômico. No plano científico e tecnológico, é o tempo da transformação de uma sociedade agrícola letrada em uma sociedade industrial. No plano social, é o momento de duas novas classes sociais: a burguesia e a classe trabalhadora. No plano político, a revolução capitalista deu origem às nações e ao Estado moderno, e, somando a esses dois fenômenos um território, ao Estado nação. (BRESSER-PEREIRA, 2011, p.7).

Segundo Pieri (2006, p.9), a divisão social do trabalho, o processo produtivo e a ratificação da moeda como meio de troca, equivalem aos princípios básicos do capitalismo. Ainda segundo o autor,

Na medida em que o trabalhador gera, com sua força de trabalho, um valor de troca para o bem produzido, maior que o valor em moeda que recebe pelo seu trabalho, permite ao "proprietário do capital" acumular mais capital (inicialmente em forma de moeda). O produto, fruto do trabalho, é chamado de mercadoria. A mercadoria é uma coisa ou objeto que satisfaz uma necessidade qualquer de um indivíduo e, portanto, possui um "valor de uso". No processo de comercialização da mercadoria ela recebe um "valor de troca" que equipara todos as diversas mercadorias produzidas em proporções específicas. Assim um trabalhador pode trocar sua força de trabalho por qualquer outro produto feito por outro trabalhador através da "mercadoria" universalmente aceita (moeda ou dinheiro) [...] (PIERI, 2006, p.9).

O capitalismo apresenta-se dividido em três fases: sendo a revolução comercial, a industrial e a financeira. A revolução comercial se estende do século XVI ao XVIII e é marcada pelo momento em que a burguesia começa a buscar por mais riquezas em outros lugares com o início das Grandes Navegações e Expansões Marítimas Europeias. Com a Revolução Industrial ocorre uma grande modificação no meio de produção desenvolvida na Europa no século XVIII com a entrada da então chamada Revolução Industrial da Inglaterra caracterizada pelo intenso avanço técnico no qual as máquinas passaram a realizar o trabalho

que antes era realizado pelos artesãos, momento este marcado pela margem de lucro, desemprego e a escassez do trabalho. A terceira fase é aquela chamada de Capitalismo Financeiro iniciada em princípios do século XX e permeia até os dias atuais. Uma fase em que ocorreu uma grande expansão mundial em termos de produção, informação, mercado de bens e de produção, as empresas passaram a investir em novas técnicas de meio de produção e trabalho, como terceirização de mão de obra, um novo meio de divisão do trabalho, subcontratação, entre outros.

Conforme salienta Ellen M. Wood (1999) *apud* Roiz (2009, p.300),

O capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; e em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida. Por causa dessas regras, ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos. Acima de tudo, é um sistema em que o grosso do trabalho da sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter acesso aos meios de subsistência. No processo de atender às necessidades e desejos da sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto expansão do capital [por meio da exploração massiva dos trabalhadores].

Dessa forma, nos meios urbanos e rurais, nas fábricas e campos, as máquinas passaram a substituir a mão de obra humana. Como consequência, os salários diminuíram e muitas pessoas ficaram desempregadas e ocorreu uma intensa mudança no aspecto econômico e social, bem como com o comércio internacional.

É notório que durante o período que sucedeu a Primeira Guerra Mundial, o mercado norte americano se encontrava em desenvolvimento, com grandes exportações e os países europeus importavam muito dos EUA. Todo esse crescimento se baseava na teoria do Liberalismo Clássico de Adam Smith, cuja teoria pregava que não ocorria a interferência do Estado na economia, o arbítrio da liberdade de mercado e de investimentos do *laissez faire* (deixai fazer), no qual permeia a lei da oferta e da procura, deveriam regular a economia.

1.1. O capitalismo e a crise do capital

Milton Santos (2001, p.33) adverte que há uma crise persistente em meio a transformações do capitalismo,

A história do capitalismo pode ser dividida em períodos, pedaços de tempo marcados por certa coerência entre as suas variáveis significativas, que evoluem diferentemente, mas dentro de um sistema. Um período sucede ao outro, mas não podemos esquecer que os períodos são, também, antecedidos e sucedidos por crises, isto é, momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização, é comprometida. Torna-se impossível harmonizá-las quando uma dessas variáveis ganha expressão maior e introduz um princípio de desordem.

A partir dos anos de 1920, as importações começaram a diminuir e os estoques das indústrias americanas passaram a aumentar, ocorrendo uma superprodução. Sempre que ocorria esse processo que gerava recessão, o governo americano aplicava mais crédito para suprir essa necessidade, baseando-se em notícias falsas de expansão econômica as quais foram desmascaradas em 1929 quando a Bolsa de Valores de Nova York entrou em decadência.

Uma das maiores crises do capitalismo ocorreu em 1929, estendendo-se ao longo dos anos 1930 causando a falência de várias empresas e gerando o desemprego em massa, devastando os EUA e muitos países que mantinham relações comerciais com eles. A crise assolou diversos países ao redor do mundo. A exemplo do Brasil, que exportava muito café para o Estado americano. Como as compras caíram, após muitas discussões, o governo brasileiro adquiriu e queimou toneladas de café. Proni (1997, p.25) nos mostra o tamanho e a proporção o qual a crise de 1929 acarretou na economia e na vida social de cada indivíduo, segundo ele:

A Grande Depressão do início da década de 30 solapou a confiança no futuro, lançou milhares de desempregados às ruas e acabou exigindo que se forjassem novas políticas econômicas – de fato, respostas não-convencionais, em certo sentido revolucionárias, aos desafios colocados pela gravidade da crise (HOBSBAWM, 1995, cap. 3). Diante do colapso dos mercados e da febre social do desemprego em massa, a ineficácia das soluções propostas pelo receituário liberal tornou ainda mais precária a situação dos principais governos. E, para tentar salvar o mercado interno e a moeda nacional dos furacões que arrasavam os mercados e as finanças internacionais, os estados capitalistas tiveram que isolar suas economias, sacrificar o sistema de comércio multilateral e abandonar definitivamente o padrão-ouro.

Entre 1945 e 1973, ocorreu o período denominado “Anos Dourados” ou “A Era de Ouro do Capitalismo” que representou a recuperação do pós-crise de 1929, que vigorou até após a Segunda Guerra quando uma nova macroestrutura socioeconômica capitalista foi iniciada com o programa de reestabelecimento da economia norte-americana (o então chamado de *New Deal*²) apresentando um novo método de produção e domínio social, a “Social Democracia”. “Compromisso esse que acabou em certa medida redistribuindo os ganhos de produtividade aos assalariados nos países centrais do capitalismo”, (Truppel, 2007, p.18).

Esse foi um período marcado pelo crescimento acelerado da população, e promovendo a expansão urbana e intenso êxodo rural, e a ampliação do consumo e do emprego. A produção agrícola aumentou com a ajuda da entrada dos novos métodos tecnológicos. Ocorreu uma grande produção em massa também no setor alimentício e a intensa produção de automóveis que iniciou a dependência do petróleo para o abastecimento dos mesmos.

Conforme salientado, o petróleo passou a ser consumido em grandes quantidades para suprir os motores combustíveis e os novos meios de transporte, que acarretou uma forte exploração desse recurso nas regiões petrolíferas, como o Oriente Médio, principal produtor do petróleo. Esta região era controlada por sete companhias, as chamadas “*Sete Irmãs*”. Os países que possuíam petróleo se reuniram contra essas companhias, dando início a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e grandes lutas passaram a ser travadas.

Atitudes tomadas com base nos conflitos entre árabes e israelenses na Guerra dos Seis Dias (1967) e também pela Guerra de Yom Kippur (1973), causavam a derrota dos árabes e tornaram o petróleo uma arma econômica, no qual estes forçaram o aumento do preço do barril e diminuíram a produção do petróleo, afetando toda a economia mundial.

Após o conflito de 1973, ocorreu outra crise no ano de 1979 “A Revolução Iraniana” marcada pela queda do Xá Reza Pahlavi, uma recessão que interferiu no abastecimento de petróleo no mundo novamente, dobrando o valor original do produto pós-crise de 1973. A terceira crise veio a ocorrer em 1990 com a “Guerra do Golfo”, iniciado pelo ditador do Iraque Saddam Hussein, que atacou o Kuwait na expectativa de dominar suas reservas de

² New Deal ou “Novo Acordo” foi uma estratégia de planejamento econômico com investimentos estatais e privados para elevar a economia do país de resolver os problemas da Crise de 1929.

petróleo, gerando uma crise econômica e ecológica. Desde então, as autoridades buscaram novas possibilidades para a produção de energia, já que o petróleo é um recurso natural não durável e muito disputado.

Segundo Carvalho e Oliveira (2010, p.4),

Uma das principais características da nova realidade do trabalho, sobretudo a partir do final dos anos 1970, tem sido a crise do emprego (POCHMANN, 2001a e 2001b). Como tendência geral, as empresas capitalistas, pressionadas pelo acirramento da concorrência intercapitalista e pela necessidade permanente de redução de custos, ao incorporar novos padrões tecnológicos e novos métodos de gestão, tendem a empregar contingentes cada vez menores de trabalhadores e a buscar uma cada vez maior flexibilização das relações de trabalho. Uma maior mobilidade produtiva e financeira do capital vem contribuindo para alterar a correlação de forças em favor do capital, impor perdas aos trabalhadores e reduzir a necessidade de sua contratação pela empresa capitalista, ao mesmo tempo em que tem concorrido para diversificar (precarizando) os vínculos de trabalho.

Como já não bastasse essas crises, em meados de 2007-2008 ocorreu a mais recente crise capitalista imobiliária, a “Grande Recessão” ou “Crise dos subprimes”. Nos anos 1970, os negócios bancários não eram tão rentáveis como foi anos depois, e Lewis Ranieri, vice-presidente do Salomon Brother, mudou esse negócio ao criar Títulos Rastreados em hipotecas residenciais, um mercado de valores mobiliários garantido por hipoteca que eram aplicações de médio a longo prazo. Classificado no início com Triple A (AAA)³ foi gerado para que se tornasse um fundo de investimentos de grande porte, mas na verdade o fundo não gerou nenhum rendimento concreto fazendo com que as compras desses investimentos apenas pagassem o que estava entrando em dívida nesse setor. Foi então que em 2008 aconteceu a grande explosão da bolsa, afetando todas as áreas do domínio financeiro mundial, acarretando grandes consequências, pois não existia rendimento e sim pagamento. Um investidor e médico estadunidense Michael Burry, passou a investigar esses Títulos Rastreados em hipotecas residenciais, e constatou que esses créditos estavam repletos de subprimes⁴ que apresentavam grandes taxa variáveis de risco.

Segundo Nakano (2012), essa crise resultou de uma sequência de bolhas de créditos que se iniciou nos anos 70/80, sendo que cada uma dessas bolhas gerava uma crise financeira que era camuflada com uma nova aplicação de crédito, onde futuramente gerava uma nova bolha. A grande recessão se deu devido à grande pressão no setor imobiliário, que eclodiu

³ *Triple A* é o grau máximo de segurança de um investimento, se o risco do investimento aumenta a nota abaixa.

⁴ *Subprimes* – São empréstimos atribuído aos clientes, sendo então hipotecas de alto risco.

quando o banco Lehman Brothers quebrou no ano de 2008. Este banco era uma empresa que prestava serviços de investimentos com atuação mundial. A falência se deu após a recusa do Federal Reserve (FED, Banco Central Americano) em socorrer a instituição, logo outros bancos notificaram perdas bilionárias.

Sendo assim, segundo Hermann (2009, p.138),

Crises financeiras no capitalismo são como a morte na cultura ocidental: sabemos que virá um dia (a nossa e a alheia) mas, sempre que ela se mostra, nos assusta como se fosse algo totalmente inesperado. O que há de desconhecido nas crises financeiras, assim como na morte, é o “quando” e o “como”, embora as crises, em geral, sejam mortes anunciadas. Cada crise financeira marca o fim de um ciclo de crescimento econômico e endividamento. No capitalismo moderno, que conta com sistemas financeiros sofisticados e onde os investimentos que alicerçam o crescimento assumem proporções crescentes, diante dos desafios da concorrência em escala internacional, não há crescimento econômico sem aumento do endividamento – embora o inverso nem sempre se confirme (para nosso pesar). E, como nos ensinou Hyman P. Minsky, não há crise financeira sem endividamento – embora, também, o sentido contrário nem sempre se verifique (para nosso alento!).

O pós crise teve vários efeitos negativos, como o desemprego, baixa produtividade, queda do PIB e a atenuação de crescimento, bem como o movimento desregulado das bolsas de valores com a redução do fornecimento de crédito por todo o mundo e crescimento da taxa de juros e outros. A dívida pública aumentou de forma considerável.

Portanto, já dizia Bauman (2010, p.8-9),

[...] o capitalismo é um sistema parasitário. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência.

Nota-se que o capitalismo leva a concentração de riqueza. Porém, as crises que esse sistema vem passando acabaram influenciando o aumento das desigualdades sociais, provocando a exclusão social, o desemprego, que em, consequência eleva a pobreza prejudicando a maioria da população mundial. Em consequência das diversas mudanças tecnológicas que vem ocorrendo desde a Revolução Industrial com a incorporação de um novo padrão de produção das empresas, baseado na flexibilização do trabalho, intensificando a competição entre elas, aumentando gradativamente sua produção.

Toda a dinâmica opera na exploração dos recursos humanos, na forma de produção e circulação das mercadorias, exaltando assim a mais-valia, onde a lógica vigente é o capital. Nota-se ainda que toda essa informalidade do auto emprego vem sendo amplamente disseminada tornando-se um trabalho integrador de atividades informais, com diferentes formas de trabalho.

Hoje é possível notar alguns mecanismos econômicos que buscam diminuir a diferença social em diversos países, inclusive no Brasil, por meio de alternativas de transformação social. Pode-se dizer que este novo sistema contempla a procura de ideias comuns entre os seus membros e o uso do trabalho consciente e criativo. É o que acontece nos empreendimentos solidários.

Quanto a Economia Solidária, cabe salientar que esta consiste numa iniciativa diferente e inovadora de inserção econômica, cultural, ambiental, política e social que tem se expandido no Brasil e no mundo através de várias organizações solidárias. Hoje vemos situações de competição versus solidariedade no desenvolvimento da sociedade.

Conforme se observa no quadro 1, a economia Capitalista apresenta características muito diferentes da Economia Solidária. No capitalismo, todas as decisões partem do proprietário da empresa, e dentro das mesmas é possível notar a competição entre os trabalhadores para obterem um o maior reconhecimento e conseqüentemente ter para si o maior lucro. O movimento capitalista é gerido pelo trabalho alienado e desumano. Acarretando na exclusão social. Em contrapartida, a Economia Solidária apresenta uma trabalho coletivo, são organizações suprafamiliares, não há exclusão social e todos partilham os bens por igual, exercendo coletivamente os meios de produção. Nota-se que esta economia apresenta um novo meio de geração de emprego e trabalho humano, baseado na solidariedade e sustentabilidade e todos os associados possuem objetivos em comuns.

Quadro 1 - Principais características da Economia Capitalista e da Economia Solidária

CAPITALISMO	ECONOMIA SOLIDÁRIA
Competição	Cooperação
Concorrência do capital	Partilha de bens
Exclusão social	Inclusão social
Totalitarismo	Socialismo
Trabalho alienado	Trabalho consciente e criativo
Desigualdade	Igualdade
Desemprego	Geração de emprego
Trabalho desumano	Trabalho humano
Devastação da natureza	Sustentabilidade
Individualismo	Solidariedade
Trabalho individual	Trabalho coletivo
Objetivos contratatórios	Objetivos comuns

Fonte: CATTANI, A.D. (org.), et al.

Org.: FIGUEIREDO, K.; MARQUES, L. A., 2015.

No decorrer deste trabalho, será observado que na economia solidária a cooperação, a partilha de bens, o trabalho coletivo e os objetivos em comuns fazem parte de cada integrante desta nova economia, visto que no mercado de trabalho os indivíduos competem entre si, uns buscando maiores ganhos que o outro e todos com objetivos diferentes dentro da empresa. Enquanto que a Economia Solidária não se aplica aos moldes do capitalismo, pois a mesma compra e troca o que é possível para sobreviver sem explorar o outro, agindo por meio da solidariedade com o próximo, todos os cooperados tomam decisões em conjunto, visando a participação mútua, um trabalho criativo de inclusão social. Todas as atividades são geridas pelos cooperados e não por um supervisor ou patrão, como no sistema capitalista.

1.2. “Economia Solidária” e a nova reestruturação produtiva no mercado de trabalho

No Brasil, a Economia Solidária é institucionalizada a partir do governo Lula no ano de 2003. Mas, as primeiras discussões sobre o tema no mundo começaram no século XIX, alguns anos depois do início da Revolução Industrial que modificou o meio de produção, substituindo o trabalho artesanal pelo trabalho assalariado. Um momento em que houve a

expansão do uso de máquinas e um novo modo organização do meio de produção, que visava o lucro como objetivo central.

Não estando satisfeitos com a forma de trabalho, diversos trabalhadores se uniram na busca pela autonomia e por melhores condições de bem estar, dando início a um novo processo denominado de Economia Solidária. Santos (2005, p.83) afirma que essa economia “foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramentas e do motor a vapor do século XIX”. Azambuja (2009, p.283) diz que,

A partir da década de 1980, e especialmente na década de 1990, alguns autores (SINGER, 2003; MANCE, 1999; GAIGER, 1996; LAVILLE, 2004; RAZETO, 1997) vêm destacando a expansão e desenvolvimento de iniciativas econômicas que compõem a chamada Economia Solidária. As causas apontadas para explicar este crescimento são, de um lado, as transformações que ocorreram no mundo do trabalho, a partir da década 1970, com a crise do modelo fordista-taylorista de produção, que resultaram em aumento dos processos de exclusão do mercado formal de trabalho (desemprego, flexibilização e precarização das relações de trabalho) e, de outro, com a crise do Estado de Bem-Estar Social e a queda do bloco soviético, a ascensão do projeto neoliberal cujas políticas estariam aumentando os processos de exclusão social e, assim, provocando o crescimento da pobreza junto ao desmanche dos mecanismos de proteção social (previdência, serviços públicos, etc.).

Surge, nesse contexto, a Economia Solidária, englobando o denominado cooperativismo operário na Europa. O grande marco deste processo foi a Cooperativa de Pioneiros Equitativos de Rochdale, na Inglaterra em 1844, que buscava cessar com a exploração do capital, objetivando uma sociedade mais justa e igualitária, longe da miséria e próxima de uma organização coletiva e solidária. Segundo Frantz (2005) *apud* Lemes (2008, p.54),

São das práticas desta cooperativa que se formaram os princípios do cooperativismo. Estes princípios foram instituídos no movimento cooperativista internacional em 1938 no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, que consolidou a livre entrada ou saída de cooperados, a gestão democrática, no qual cada associado tem direito a apenas um voto, a limitação da remuneração do capital (juros) e a distribuição de sobras de forma equivalente

Entretanto, no limiar da Economia Solidária, existem termos diferentes para esse modelo econômico existente, como economia social, economia de proximidade, economia solidária ou de solidariedade, socioeconomia solidária, economia social, humanoeconomia,

economia popular, economia do trabalho, economia do trabalho emancipado, colaboração solidária, terceiro setor entre outros. Seus principais pensadores foram Robert Owen (1771-1858), Philippe Buchez (1796-1865), Louis Blanc (1812-1882), Willian King (1786-1865) e Charles Fourir (1772-1837). Azambuja (2009, p.287) afirmou que,

[...] para Razeto, a Economia Solidária seria um projeto por construir, mas sem um modelo predefinido, ou seja, não existe uma fórmula de incorporação da solidariedade no fazer econômico e, sim, diferentes formas que interagem entre si, podendo até mesmo convergirem, acentuando esse processo de incorporação da solidariedade. Estas formas são elaboradas e realizadas pelos próprios atores sociais, por isso a importância, segundo o autor, em mostrar as vantagens da solidariedade na Economia e, assim, fazer com que mais e mais pessoas estejam engajadas e comprometidas neste processo de inserção da solidariedade na Economia.

Cabe ressaltar que a Economia Solidária pode ser compreendida como “[...] as formas de organizar produção e/ou distribuição que aplicam como princípio a democracia na tomada de decisões e a equanimidade (justiça) na distribuição dos resultados [...]”. (SINGER, 1999, p. 92, *apud* PANDELÓ, 2010, p. 59). Consiste, portanto, numa forma de criação de renda que tem como características essenciais à cooperação com finalidade de realização da partilha dos bens e do trabalho coletivo, um modo de transformação social.

Diante da baixa renda salarial e aumento no número do desemprego e com a intenção de obterem uma nova fonte de renda, segundo Cattani (2003) as pessoas que praticam a economia solidária, podem se organizar em associações, mercados populares, grupos de produção comunitária, cooperativas, clube de troca e empreendimentos autogeridos e familiar, uma mistura de pessoas que demonstram necessidades e vontades.

Organizados, esse trabalhadores criam os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que consistem formas diversificadas de organização, de produção, consumo e troca partindo de relações de cooperação mútua no qual o lucro é uma consequência.

Para apoiar os Empreendimentos Econômicos Solidários, foram criadas organizações e parcerias que se dispuseram a ajudar os EES, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) no ano de 2001 e que está presente no país inteiro “em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária” (FBES, 2005).

No cerne do Fórum Social Mundial, para intermediar com o Governo Federal surge, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2004 a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil (UNISOL Brasil), que também foi criada com o intuito de simbolizar os empreendimentos dessa economia.

A Senaes foi criada em 2003 pelo presidente Lula, em cumprimento do seu programa de governo e tendo em vista a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro e a execução da sua meta prioritária de então: o Programa Fome Zero. Com a criação da Senaes, o movimento de economia solidária, presente em parte do território, rapidamente se expandiu, tornando-se nacional. Em associação à com a instalação da secretaria, em junho de 2003, foram criados o FBES e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. (SINGER, 2014, p. 90).

A SENAES, junto com o FBES, realizou um mapeamento dos empreendimentos no Brasil. Os dados parciais, tanto quantitativos quanto qualitativos, foram disponibilizados na plataforma do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), os quais serão especificados no próximo capítulo.

Conforme salienta Culti (2007, p.19-20),

O mapeamento também identificou um total de 1.120 instituições de apoio que atuam na economia solidária em todo o país. As instituições podem ampliar a dinâmica social no sentido de aumentar o capital social e produtivo criando novos arranjos institucionais resultantes da articulação de parcerias com: agências de desenvolvimento (os IDR); instituições de crédito; centros nacionais e internacionais de desenvolvimento tecnológicos; Emater; Sebrae; instituições governamentais; instituições não-governamentais; empresas que desenvolvem uma política de responsabilidade social; órgãos especializados junto às secretarias de planejamento; desenvolvimento econômicos; indústria; comércio e agricultura; conselhos para gestão integrada das políticas; fóruns permanentes de debates sobre o desenvolvimento local e economia solidária.

O envolvimento das universidades tem sido importante no apoio às iniciativas da economia solidária em vista da sua capacidade de pesquisa, extensão e transferência de tecnologia, portanto, na elaboração teórica e realização de atividades práticas executadas por meio das ações desenvolvidas nas Incubadoras Universitárias com envolvimento de professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos. As Incubadoras atendem às demandas tanto dos trabalhadores diretamente bem como as dos poderes públicos que procuram parcerias para apoiar a formação de empreendimentos econômicos solidários.

Ainda, segundo Culti (2007), para promover o desenvolvimento do empreendimento sustentável e local, além do seu fortalecimento e potencialidades, é necessário haver uma

conexão envolvendo cooperação e confiança entre os colaboradores, um capital social local, um meio de inovação e estratégias produtivas, instituições democráticas, desenvolvimento solidário, inclusão social, integração dos produtores, informação e formação, comercialização.

Sendo assim, são empreendimentos de pertencimento coletivo, no qual todos que estão inseridos são responsáveis pela gestão e atividades econômicas, seja na produção, no consumo, na transformação, entre outros. Todos os membros possuem o direito do voto.

Singer (1998a, p.113) afirmou que ao observar as cooperativas notamos “[...] que os trabalhadores têm capacidade de organizar atividades econômicas segundo princípios próprios, socialistas [...]” caracterizando um trabalho anticapitalista.

Porém, no olhar de Laville (2004), segundo Paul Singer (2004, p. 7), esta nova economia não seria uma maneira de superação ao capitalismo, e sim “[...] um híbrido formado por atividades recíprocas desenvolvidas por voluntários, atividades de mercado por profissionais, e atividades financiadas por subsídios estatais”, ideia está oposta às de Singer.

Talvez um dos grandes desafios de uma implementação definitiva dessa nova condição de trabalho seria mudar a mentalidade dessa sociedade marcada pela subordinação ao capitalismo. Falta em cada ser humano uma educação voltada à solidariedade, ao trabalho coletivo e à autogestão. É um trabalho gerador de renda que pode melhorar a vida de milhares de pessoas ao longo dos anos.

1.3. Formas de gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários

As formas de gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários são reconhecidos por suas organizações de produção, consumo, distribuição, bem como organizações de crédito, podem ser urbanas ou rurais, embasadas no trabalho cooperativo, de autogestão, associações, livre associação, organizações de finanças solidárias, clube de trocas e outros. A seguir, serão apresentadas as principais formas de gestão dos Empreendimentos Econômico Solidário.

AUTOGESTÃO

Corresponde aos moldes do trabalho em que não há exploração, não existe classificação de trabalho, o ganho torna a ser coletivo. Ao contrário do trabalho comum, ocorre divisão de tarefas, além de controlarem todo o sistema de produção (planejamento e

execução) e o ser humano passa a ser mais valorizado. Nesta forma de gestão os trabalhadores são os donos das ferramentas, dos equipamentos de produção e gerindo uma cooperação entre eles. Segundo Lechat e Barcelos (2008, p. 97), “o termo autogestão significa literalmente administrar, gerir a si mesmo, do grego autos (si mesmo) e do latim *gest-o* (gerir), mas é utilizado para designar grupos que se organizam sem uma chefia.”. Ainda segundo os autores,

A autogestão possui um caráter multidimensional (social, econômico, político e técnico) e refere-se a uma forma de organização da ação coletiva. A autogestão tem uma dimensão social, pois “[...] deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem”. Seu caráter econômico se deve às relações sociais de produção, que dão mais valor ao fator trabalho do que ao capital. Seu aspecto político baseia-se em sistemas de representação com valores, princípios e práticas favoráveis e criadoras de condições “[...] para que a tomada de decisões seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e de decidir), de forma a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes atores e papéis sociais de cada um dentro da organização.” Quanto ao aspecto técnico, ele permite pensar numa outra forma de organização e de divisão do trabalho. (LECHAT, N. M. P; BARCELOS, E. S. p. 97).

É fundamental estudar todos os aspectos agrupados e não só o aspecto econômico, como algo que vem sendo melhorado após a instalação da autogestão. Salienta-se que neste sistema o homem é valorizado enquanto ser humano.

Além disso, como qualquer meio de trabalho, existe o lado negativo e o positivo da autogestão. Silva (2015), ressalta que a Economia Solidária traz consigo uma dificuldade em competir com o capitalismo, pois a Economia Solidária possui como única característica a certeza de seus princípios humanos e sociais e do combate contra a exclusão social, desemprego e abuso do trabalho. Mas não há realmente certeza sobre um ganho maior do que o mercado pode fornecer.

Os empreendimentos solidários têm gerado aumento e melhoria nos aspectos econômicos e social nos locais onde estão inseridos. Mas, com base no quadro 2, nota-se que ocorre uma aversão dos colaboradores de pertencerem aos empreendimentos devido à grande dificuldade de se sentirem estimulados a intensificarem a produção, já que grande parte dos empreendimentos não possuem profissionais capacitados para gerirem o local adequadamente, sem que os colaboradores produzam prejuízos no lugar de produtos. Há, a possibilidade do empreendimento fechar as portas no primeiro mês de funcionamento devido à falta de investimento em pessoas capacitadas para coordená-lo. Porém, para que o

empreendimento dê certo, cabe aos próprios trabalhadores dominarem três aspectos dentro do ES: 1. Ter o controle sobre o modo de produção; 2. Obterem o comando do grupo e; 3. Manterem o controle sobre a gestão do empreendimento.

Quadro 2 - Autogestão: Pontos Positivos e Negativos

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Ampliação da capacidade produtiva dos trabalhadores através da utilização dos processos democráticos.	Com a gestão participativa, os dirigentes perdem poder, provocando diminuição da produção.
Diminuição da rotatividade dos trabalhadores.	Aumento da política de manipulação, pois os ganhos efetivos muitas vezes não são visualizados pelo grupo.
Conservação da experiência profissional.	A autoridade dos dirigentes é reduzida.
Percepção positiva do trabalho pelos trabalhadores.	A dificuldade em mediar a produtividade individual.
Aumento da qualidade da produção.	A Autogestão aumenta o ambiente de incerteza.
Desejo de aumento dos salários faz aumentar a responsabilidade do trabalhador.	Os estímulos na Autogestão não são claros.
Pressão do grupo pela produção traz o aumento da produtividade.	Se existirem estímulos materiais pode haver uma política de emulação e manipulação.
A vigilância do grupo diminui a preguiça e o desperdício de recursos no processo produtivo.	Os dirigentes perdem total controle no processo produtivo.
Identificação de prejuízos e desperdícios por parte dos trabalhadores.	A organização do trabalho determina a existência de estímulos de participação que podem ser manuseados de forma incoerente com os processos democráticos da Autogestão.

Fonte: Silva (2015), adaptado de Cattani (2003).

Conforme ressaltado, é necessário que os colaboradores façam parte do empreendimento, é o tão famoso “vestir a camisa”, todos necessitam estarem unidos em uma única causa e saberem de todo o processo desenvolvido nos estabelecimentos. Conforme afirma Sato e Esteves (2010, p.85),

Uma autogestão sem grupo é como o trabalho sem trabalhador: Falta seu sujeito. O sujeito da autogestão não é o trabalhador individual, mas o grupo de trabalhadores. Uma pessoa que não se autogere nem se autodetermina sozinha, ela necessita do outro como referência das suas atitudes. Ou seja, não existe trabalhador autogerido solitário e autônomo, pois a autogestão é uma condição coletiva.

COOPERATIVA E COOPERATIVISMO

O cooperativismo surgiu no começo do século XIX, em consequência da Revolução Industrial, um período que resultou na consolidação da máquina no sistema produtivo, uma forma de produção capitalista com a visão voltada ao lucro. Um momento de grandes transformações e miséria que levou os assalariados a tomarem um novo rumo, originado as cooperativas, a exemplo cooperativa de Rochdale. Segundo Martins (2006, s.p) *apud* Carvalho e Oliveira (2010, p.3),

A cooperativa de Rochdale tornou-se o caso mais conhecido desse período. Seus princípios tendo se converteram em uma referência para todo o movimento cooperativista internacional. Nas imediações de Manchester, na Inglaterra, diante das precárias condições vivenciadas pelos trabalhadores, um grupo de operários tecelões da cidade de Rochdale se reuniu para montar um armazém cooperativo, denominando tal iniciativa como Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Isso ocorreu em dezembro de 1844. O seu propósito: a melhoria das condições de trabalho e de vida dos seus sócios (MARTINS, 2006). A Sociedade foi fundada por 28 tecelões, com cada qual contribuindo com uma libra para compor o seu capital inicial. Uma dezena de anos depois se ampliou enormemente, chegando a contar com mais de 1.400 sócios. Projetou-se como a cooperativa de Rochdale, tornando-se uma referência, até hoje, do cooperativismo mundial.

As cooperativas ocorreram primeiramente na Alemanha, a partir daí, se espalharam por outras partes do mundo, como no Brasil no final do século XIX. Porém, no Brasil, regulamentaram-se no ano de 1932 pelo Decreto n.º 22.239, sendo, portanto, cooperativas com intervenção estatal. Mas o que seria cooperação? Para Jesus e Tiriba (2003, p.63) *apud*. Malassise e Alves (2011, p.4) “a palavra cooperação significa operar simultaneamente, trabalhar em comum, colaborar”, ou seja, trabalhar em comum. As cooperativas, são associações autônomas de pessoas e estão fundamentadas em valores como democracia, equidade, autoajuda e ajuda mútua, solidariedade, participação, responsabilidade e autonomia.

O cooperativismo é caracterizado por ser movido por base da igualdade e democracia, onde sempre poderá haver a entrada de novos membros; todos os membros participarão das decisões gerais dos empreendimentos, visto que todos terão direito a voto; todos terão autonomia; entre outros.

Segundo Malassise e Alves (2011, p.4-5),

O fato de participar das decisões, de ter voz e voto, contribui para reduzir a alienação no trabalho, estimular a participação e aumentar a motivação dos trabalhadores. Um grande desafio pode ser o desenvolvimento de habilidades interpessoais como a comunicação, negociação e resolução de conflitos que podem surgir dos diferentes pontos de vista. Outro desafio apresentado para a aplicação destes princípios é a demora no processo de tomada de decisão, pois decisões compartilhadas tendem a demorar um pouco mais para serem tomadas.

COOPERATIVA DE CRÉDITO

Sucupira e Freitas (2011, p.24) relatam que,

Dentre as organizações microfinanceiras, destacam-se as Cooperativas de Crédito Solidárias, que, geralmente, são organizadas por agrupamentos e buscam enfrentar problemas decorrentes da pobreza, como a falta de recursos, que muitas vezes impedem o desenvolvimento local. Estas cooperativas solidárias, além de buscar benefícios aos grupos diretamente envolvidos na sua gestão, buscam estender sua atuação para os segmentos mais empobrecidos das sociedades que as circunscrevem.

Assim, as cooperativas de crédito não são intermediários financeiros como os bancos, mas sim, uma associação poupadora que consegue com uma maior facilidade o acesso ao crédito. Sabe-se que ocorre uma grande dificuldade de empreendimentos de pequeno porte e de produtores conseguirem ajuda financeira através dos empréstimos e financiamentos devido à baixa potencialidade dos mesmos quitarem suas dívidas com os órgãos credores. Se os produtores se unirem, a liberação do crédito é maior devido a ideia de que, se ocorrer algo com algum empreendimento que impossibilite o mesmo de pagar sua dívida, haverá outros cooperados que poderão auxiliá-lo sem que haja prejuízos, calotes e outras maneiras de não pagamento. É interessante ressaltar que todos os grupos deverão decidir juntos como será utilizado o financiamento, ou seja, cada cooperado terá direito a voto.

As cooperativas de crédito solidárias brasileiras criaram a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL).

Conforme salienta Ziger (2010, p.20),

A ANCOSOL trabalha em função da busca contínua do desenvolvimento e fomento do Crédito Solidário para a Agricultura Familiar, ações transformadoras como incentivo à formação, crescimento e fortalecimento da economia local, recursos para melhoria da habitação rural, assistência

técnica, auxílio, ajuda e orientações a um crédito bem aplicado, também serão visualizadas.

Um exemplo de empreendimento que necessita de ajuda de crédito é a Agricultura Familiar, a qual tem pouco acesso ao crédito rural devido inconstância do fluxo de renda ao decorrer do ano, como à safra e às condições climáticas adversas. Mas, com o surgimento das cooperativas de crédito ocorreu a inclusão desses pequenos produtores no Sistema Financeiro Nacional. A ANCOSOL trouxe diversos benefícios como melhora na qualidade do bem-estar e nas unidades produtivas do agricultor familiar. Uma verdadeira inclusão social, visto que o crédito possibilita o maior acesso aos associados de menor renda, garantindo o desenvolvimento do sustento e qualidade de vida, elevando a auto estima. Ainda segundo Ziger (2010, p.22),

No momento de sua fundação, a ANCOSOL foi composta pelas seguintes organizações cooperativas: Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (Ecosol); Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol); Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (Ascoob); Cooperativa de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária (Crehnor-Central); Cooperativa de Crédito Rural de Itapipoca - CE (Cocredi); Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar com Interação Solidária de Jataí - GO (Credijat) e; Cooperativa de Crédito Rural de Desenvolvimento Solidário de Iúna - ES (Credsol). Além das sete entidades que integravam os Conselhos Administrativo e Fiscal, a ANCOSOL estabeleceu um Conselho Consultivo, composto por entidades que já participavam do Fórum e que atuam no apoio aos sistemas e na difusão do cooperativismo de crédito no país. Participaram do Conselho Consultivo da ANCOSOL no momento de sua criação: Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE-PE), Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria aos Trabalhadores (CETRA-CE), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais (DESER-PR), Movimento de Organização Comunitária (MOC-BA) e a Visão Mundial do Brasil.

COOPERATIVA DE COMPRA E VENDA

Conforme saliente Malassise e Alves (2011, 0.6), as cooperativas de compra e venda são,

[...] as cooperativas de comercialização que são compostas por produtores autônomos, individuais ou familiares que podem se unir para fazer compras ou vendas, sendo que a sua produção e os ganhos decorrentes dela são individualizados e as sobras divididas proporcionalmente entre os cooperados, de acordo com o volume comprado ou vendido, existem também as cooperativas de consumo ou de crédito.

Essas cooperativas compram e vendem produtos unificados, ou seja, pessoas se unem para adquirir produtos e serviços e a partir daí comercializam. São cooperativas compostas por produtores individuais, autônomos ou familiares, porém, a produção e o ganho é individual e o que sobra é dividido entre os associados.

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO

Todo e qualquer empreendimento necessita que seus membros saibam o modo de organização da produção e do trabalho, bem como o setor comercial e a parte administrativa, sempre buscando melhorias para a permanência do mesmo no mercado. Nas cooperativas de produção e consumo os associados compartilham o local do meio de produção, não há patrão e nem empregados. Os empregados compartilham a cooperativa entre eles, todos tornam-se donos.

É interessante notar que todo esse processo estimula os associados a pensarem sobre o empreendedorismo, já que os mesmos criaram algo novo, são pequenos empreendedores. Segundo o SEBRAE (2017, s.p), empreendedor é

[...] aquele que inicia algo novo, que vê o que ninguém vê, enfim, aquele que realiza antes, aquele que sai da área do sonho, do desejo, e parte para a ação. [...] Ser empreendedor significa, acima de tudo, ser um realizador que produz novas ideias através da congruência entre criatividade e imaginação.

Para Singer (2001, s.p),

A cooperativa de produção, talvez a mais importante das empresas solidárias, surge muitas vezes como defesa contra a ameaça da pobreza. Empresas capitalistas em vias de falir são assumidas pelos seus trabalhadores, que integralizam o capital com seus créditos trabalhistas e, naturalmente, as reorganizam como empreendimentos auto gerenciados. A outra origem importante das cooperativas de produção é a cooperativa de consumo. Esta surge como reação à exploração sofrida pelos pobres nas mãos do comércio varejista, na época da 1ª Revolução Industrial. Com o seu crescimento, o cooperativismo de consumo suscita o de produção, oferecendo a este um mercado preferencial.

Como toda e qualquer produção, a comercialização e o consumo fazem parte do sistema capitalista e isso não é tão diferente na economia solidária. Porém, uma das grandes dificuldades dos Empreendimentos Econômicos Solidários é o consumo de seus produtos por vários motivos, por exemplo, devido aos preços que são altos se comparados com os

outros produtos fabricados em grande escala, além da falta de um local para a comercialização dos mesmos.

Deve-se lembrar que isso não impede a venda para alguns consumidores, já que consumir é algo natural do homem, no qual, segundo Grando e Magro (2011, p.5), “o consumo torna o homem escravo do trabalho e do dinheiro para se inserir na “sociedade de consumo”, em que ele se reconhece nos produtos oferecidos e é reconhecido pelos produtos que consome.”. Cada ser humano adquire, com o passar do tempo, uma certa necessidade de consumo, que juntamente com a vontade e o poder, causam um bem-estar em cada indivíduo.

Temos o hábito de consumir por impulso, comprar coisas que estão na moda, mesmo não gostando do produto ou não fazendo o “nosso estilo”. O marketing cria um sentimento de necessidade em cada pessoa. Isso ocorre no capitalismo e na própria Economia Solidária (ES), mas devido às dificuldades encontradas pela economia solidária juntamente com a pouca diversificação de produtos, se comparado com o comércio tradicional, torna esses empreendimentos pouco visitados pela população, já que é bem mais fácil encontrar os produtos capitalistas com o preço, na maioria dos casos, mais acessíveis e lugares de comercialização com ponto fixo. Ainda de acordo com Grando e Magro (2011, p.8),

Existem dificuldades de organização regional para produção e comercialização dos produtos que repensem toda a cadeia de produção, envolvendo desde o fornecimento de matéria prima até o consumo de forma solidária, ou seja, respeitando princípios como a produção sustentável, a distribuição de renda e a não exploração de força de trabalho.

Grando e Magro (2011, p.10), ressaltam ainda que convém a cada um de nós refletirmos que,

[...] se o sujeito adquire um produto oriundo do trabalho escravo, de certa forma ele está financiando que esse trabalhador continue desenvolvendo esse tipo de trabalho e, da mesma forma, se ele adquire um produto oriundo da economia solidária, ele está fortalecendo essa forma de organização.”.

Consumir os produtos dos Empreendimentos Econômicos Solidários, ajuda a minimizar a pobreza (visto que várias pessoas se juntam para trabalharem de forma justa em EES) dos cooperados e de modo consequente a desigualdade social.

Devido os produtos solidários terem um preço acima do que é oferecido pelo mercado capitalista, diversas pessoas com os mesmos interesses se unem para fazerem compras em comum e adquirir com melhores preços produtos de boa qualidade. Assim surge

as Cooperativas de consumo, uma associação de pessoas que fazem compras coletivas. São instituições nos moldes da Economia Solidária, ou seja, sem fins lucrativos onde todos os cooperados têm direito ao voto e participam igualmente e economicamente do desenvolvimento da instituição, possuindo como princípio o Consumo Consciente, sempre procurando diminuir o impacto ao meio ambiente (sabem o que estão comprando).

CLUBE DE TROCA

Em tempos remotos, para a sobrevivência da população era necessário realizar trocas de produtos. A chamada economia de escambo era o meio de troca que não fazia o uso do dinheiro ou moeda, ou seja, trocava-se produtos conforme a necessidade do indivíduo, através de acordo mútuo. Baseando-se nessa experiência, surgem os *Clubes de troca*, que possibilitam a circulação de produtos e de bens como a partilha e conseqüentemente o sentimento do não individualismo. No Brasil, o Banco de Palmas em Fortaleza é o banco popular mais conhecido, criado em 1998. Os primeiros Clubes de troca surgiram no Canadá e na Argentina como uma inovação no sistema, visto que:

Em meados do ano de 1995, um grupo de 23 pessoas, algumas delas envolvidas com questões ecológicas e praticamente todas desempregadas, se reuniram numa garagem na Província de Bernal (Argentina) para trocar entre si objetos diversos. No início, as trocas eram controladas por meio de um caderno. Rapidamente aumentou o número de sócios e foram criados outros clubes. Com o aumento de participantes e de grupos, surgiram os “créditos”, “vales” ou “bônus” e, mais tarde, a denominada moeda social – moeda que serve para facilitar as trocas. (CARNEIRO, G.; BEZ, A. C., 2011, p.14).

A moeda social é o registro monetário para essas trocas, ou seja, são aplicadas quando não ocorrem trocas diretas de produtos. Cada clube se reúne, cria sua própria moeda e a taxa de câmbio e o Banco Central reconhece cada moeda social. Assim, quando uma pessoa recebe uma moeda social, ela pode ir ao banco e trocar o valor pela moeda circulante no país, a exemplo do real, moeda atual.

As moedas complementares de circulação local têm lastro na moeda nacional, ou seja, para cada moeda emitida existe no banco comunitário um correspondente em real. As cédulas são confeccionadas com componentes de segurança como papel moeda, marca d'água, código de barra e números de série para evitar que ocorram falsificações. A articulação dos bancos é feita pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Os integrantes passam por um processo de formação para

receber o selo de certificação da entidade. (GOVERNO DO BRASIL, 2017).

Os clubes de trocas fazem reuniões e feiras com a exposição de produtos apresentados por um membro que demonstra quais estão disponíveis para a troca. No final da apresentação a moeda social entra em ação no pagamento dos produtos intercambiados. Segundo Vital (s.d, n.p) a moeda social circula apenas dentro dos clubes de troca, servido para facilitar o intercâmbio solidário, não pode ser transformada em mercadoria e não tem significado algum fora da feira, ou seja, não faz sentido guardá-la como acontece com o dinheiro comum. Ainda de acordo com a autora,

O clube de trocas é um espaço fundamental para realizar a comercialização justa, pois elimina os intermediários desnecessários entre o produtor e o consumidor, estes compradores/vendedores de mercadorias atuam de forma especulativa aumentando ou diminuindo o valor dos produtos de acordo com a lei de oferta e procura. Desta forma, sem os intermediários, é possível determinar o valor de um produto através do trabalho que foi investido nele, nas necessidades dos trabalhadores e na manutenção do meio ambiente no intuito de distribuir as riquezas geradas, por conseguinte caminhando em direção contrária a economia capitalista que visa o lucro e a concentração de renda nas mãos de poucas pessoas. (VITAL, s.d., s.p).

Após estas análises sobre o funcionamento e a organização dos empreendimentos econômicos solidários, no capítulo 2 será abordado de forma mais aprofundada uma análise da Economia Solidária, a estruturação dos empreendimentos, a importância destes no mercado de trabalho e na vida de muitos indivíduos. Será apresentado também um estudo sobre o desenvolvimento da ES no Brasil.

2. NOVA ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE EMPEGO E RENDA

Os Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações econômicas que visam o trabalho coletivo e social que compõem atividades voltadas para a produção, à comercialização, à contribuição de serviços e de consumo, além de poupança, crédito ou finanças solidárias. São atividades que satisfazem as necessidades dos consumidores e contribui para a melhoria do bem estar da população, ao mesmo tempo em que dá oportunidade de integração social e diminui os impactos a degradação ambiental.

Identificam-se em diferentes modalidades de organização solidária, podendo ser representados por associações, grupo informal, cooperativas, empresas de autogestão, clubes de troca, redes de colaboração, grupos solidários e outros.

A transformação na relação do trabalho tomou forma após as diferenças sociais e o desemprego passarem a fazer parte da vida dos indivíduos, que juntos desenvolveram e fortaleceram uma nova economia distante do modelo capitalista. Como organizações sociais que se enquadram no terceiro setor em alguns locais, a Economia Solidária é uma inovação capaz de atender as necessidades de muitas pessoas desempregadas ou que queiram aumentar sua renda, trocar experiências e transformar matéria prima em produtos para consumo.

2.1. O terceiro setor e a economia solidária

Há várias conceituações acerca da denominação dessa nova economia, a exemplo de termos como terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular, todos se referem ao meio de produção, trabalho e renda, o que dificultaria afirmar a diferença entre cada uma delas. Segundo Leite (2003, p.1),

A partir do final da década de 80 e do início da década de 90, tornou-se comum no Brasil, especialmente entre os teóricos da Reforma do Estado, a expressão terceiro setor para designar o conjunto de entidades da sociedade civil de fins públicos e sem objetivo de lucro [...].
[...] Os novos movimentos sociais que emergiram nos anos 70 resultaram no surgimento das Organizações Não Governamentais - ONGs -, que, embora com características diferentes, somaram-se às entidades mais tradicionais para fazer do terceiro setor uma realidade complexa e multiforme.

Dessa maneira, a sociedade civil foi dividida em setores conforme o intuito econômico dos fatores sociais, no qual pode-se citar os que são nomeados, conforme salientado por Leite (2013, p.1), de “Primeiro Setor” que visa fins lucrativos, e que correspondem ao Estado; o “Segundo Setor” que representa os agentes inseridos no contexto de bens privados, ou seja, associa ao Mercado; e, por fim, conforme salientado acima, o “Terceiro Setor”, de natureza privada mas com fins públicos, voltado para a solidariedade, o trabalho igualitário e sem fins lucrativos, ou seja, surge no âmbito da Sociedade Civil Organizada. Porém, este termo aplicado ao desempenho da “economia solidária” está ligado a diversas discussões, mas sabe-se que cada termo está relacionado a realidades diferentes de cada local onde empregado.

O terceiro setor se refere, à ajuda ao próximo e a própria autoajuda, no conceito expresso por uma sociedade civil, apenas cooperativa, situada fora do conceito de sociedade civil classista, em que devem aparecer, o conjunto de organizações de classe e de luta político-econômica pela hegemonia em uma conceituação marxiana. (VERAS NETO, 2005, p. 28).

É interessante observar que a prática econômica solidária apresenta algumas características quanto à sua atuação. Segundo Salomon (1992) e Laville (2000a) *apud* Oliveira (2012, p.14), “as organizações do Setor sem fins lucrativos apresentam cinco características essenciais: elas são formais, privadas, independentes, não devem distribuir lucros e devem comportar um certo nível de participação voluntária”, o termo “terceiro setor”, pode ter sido originado através dessas características, as quais, ainda de acordo com Oliveira (2012, p.14),

Ao acrescentarmos a esses cinco traços dois outros – as organizações não devem ser políticas (no sentido restrito do termo, isto é, excluem-se os partidos políticos) e nem confessionais (ou seja, exclui-se qualquer gênero de organização religiosa) – obtemos a nomenclatura comum de classificação do terceiro setor conhecida pela sigla International Classification of Non-Profit Organizations (ICNPO).

Não é possível utilizar esse termo como algo definitivo e universal, visto que o mesmo varia conforme cada localidade, pois,

Os autores admitem, porém, que o setor não-lucrativo varia muito, conforme as diferentes realidades nacionais; por isso, em cada país, o projeto permite uma certa flexibilização, para que possam ser incluídas (ou excluídas) algumas organizações, consideradas algumas das características nacionais (SALAMON e OUTROS, 1999 *apud* Alves, 2002, p.8).

Sabe-se que as organizações em que nele estão inseridas, objetivam melhorias na condições de vida, porém muitos autores discutem se há ou não uma relação entre o termo “economia solidária” e o “terceiro setor”.

Assim França Filho (2004, s.p) ressalta que,

Embora uma correlação direta entre esses termos pareça evidente (pois em ambos os casos, trata-se de empreendimentos privados de interesse público), eles pertencem a universos semânticos distintos. Portanto, são diferentes os contextos sociopolíticos de emergência de cada termo, implicando interpretações distintas sobre o papel desempenhado por essas experiências, bem como, as respectivas posições que devem ocupar em relação ao Estado e ao mercado. Terceiro setor, por exemplo, é uma expressão tipicamente norte-americana, enquanto a noção de economia solidária, assim como a expressão "economia social", é uma formulação europeia (FRANÇA FILHO, 2002b). A primeira está impregnada da ideia de filantropia, como é próprio da tradição anglo-saxônica, e se orienta mais para uma questão de ajustamento do sistema na sua capacidade de satisfazer necessidades sociais. A segunda é portadora de uma problemática histórica que está na própria origem da ideia de Estado social. Implica um debate sobre as possibilidades de cooperação econômica e as formas de manifestação da solidariedade na economia. É herdeira, portanto, de iniciativas históricas (cooperativistas, associativistas e mutualistas) capazes de sugerir formas de ação pública que foram mais tarde incorporadas pela instituição do Estado-Providência.

Outros autores, no entanto, encontram um vínculo entre o terceiro setor e a economia solidária, pois ambos acolhem homens e mulheres que de alguma forma não fazem mais parte dos assalariados, sendo excluídos do mercado de trabalho, e, por isso, passaram a desenvolver atividades não lucrativas. Singer (2003), por exemplo, assegura a vinculação entre economia solidária e o terceiro setor, afirmando que são práticas que dependem do auxílio de recursos estatais.

Nessas condições, a economia solidária se integra ao terceiro setor tomando a forma de organizações não-governamentais (ONGs), sustentadas primordialmente pelo poder público mediante contratos. (SINGER, 2003, p. 117).

É interessante ressaltar que ao dar ênfase a essa vinculação, percebe-se que são Organizações Não Governamentais (ONGs), que tem como objetivo garantir a sobrevivência da população desfavorecida economicamente e socialmente. Sendo assim, são organizações e/ou instituições de apoio, e não apenas que se dispõem de produção e/ou comercialização de produtos e/ou serviços.

A Economia Solidária caracteriza-se, então, como uma alternativa de sobrevivência ao sistema capitalista, já que a valorização é empregada aos trabalhadores e não necessariamente ao capital, de acordo Singer (2002, p. 114),

[...] a economia solidária é ou poderá ser mais do que uma resposta à capacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo.

2.2.A economia solidária no Brasil

No capítulo anterior foi apresentado um estudo sobre a origem da economia solidária voltada para o cooperativismo na Europa, e como ocorreu em outros países. Notamos esse desenvolvimento no Brasil, por meio do cooperativismo agropecuário, de crédito rural e urbano, de trabalho, consumo e outros; datado no final do século XIX até a metade do século XX. Fato ocorrido devido ao território brasileiro - bem como outros em diversas localizações - ser palco de eventuais condições precárias e de informalidades no trabalho que acarretaram no desemprego estrutural, fazendo com que os trabalhadores passassem a lutar pelos seus direitos trabalhistas em busca de sua sobrevivência.

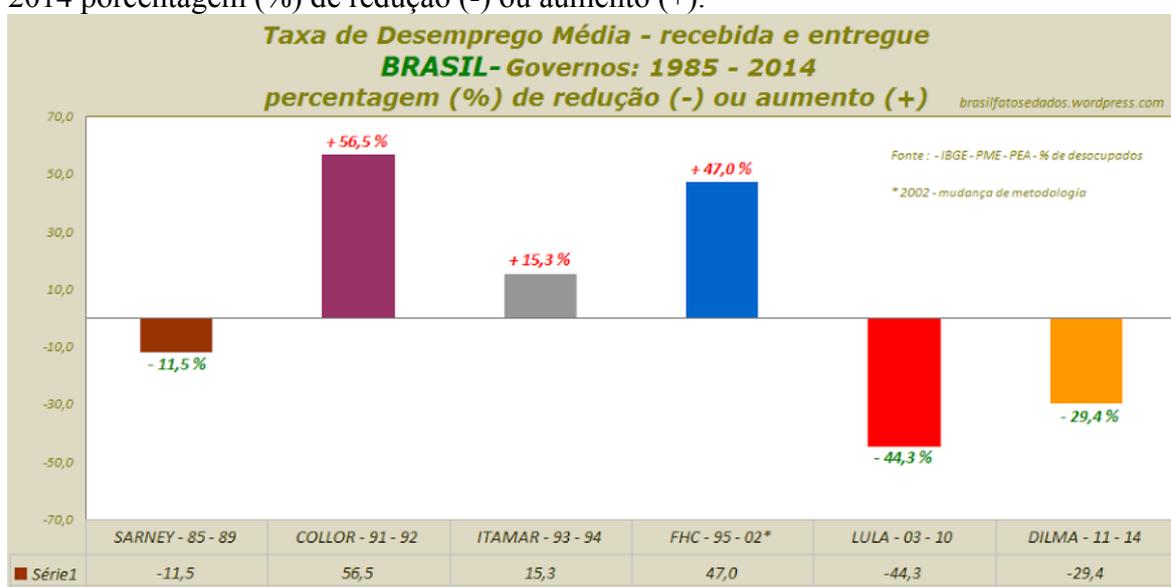
Porém, essa economia se institucionaliza no Brasil através do governo Lula no ano de 2003. Para Singer (2000, p. 25 *apud*; COSTA, C. A. F.; CULTI, M. N.; SOUZA, A. L. s.p),

[...] de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990.

Segundo Amorim e Araújo (2004), o crescimento urbano e a forma de industrialização da década de 1930 acabaram impulsionando a formação do mercado de trabalho, com uma sequência cronológica de acontecimentos que demonstram a expansão do mercado. No período que corresponde a 1940-1980, ocorreu a ampliação do assalariamento formal. Porém, isso se inverteu a partir da década de 1980 quando os empregos passaram a ser mais inseguros devido a muitos trabalhadores estarem sem carteira assinada e ainda, conforme ressaltam os autores, devido ao fato de que o crescimento econômico não assegurava a sociedade das desigualdades sociais.

Esse fato pode ser observado no gráfico 1, que demonstra o aumento do desemprego entre os anos 1990 a 2002 a partir do governo Collor, recuperando no ano de 2003 com a entrada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que fomenta a prática da Economia Solidária através da SENAES/MTE sob os cuidados de Paul Singer. Sendo que esta foi uma das ações que contribuíram para a redução da taxa de desemprego, visto que durante os oito anos de mandato, Lula esteve contribuindo para que a ES fosse desenvolvida conhecida pela população brasileira. Assim, seguindo o mesmo objetivo, Dilma Rousseff manteve a queda do número de desempregados no Brasil a partir do ano de 2011.

Gráfico 1 - Taxa de Desemprego Média - recebida e entregue. Brasil - Governos: 1985 - 2014 porcentagem (%) de redução (-) ou aumento (+).



Fonte: Brasil - Fatos e dados. Desemprego – Taxa média anual – Evolução / recebida e entregue / redução (-) ou aumento (+) em pontos percentuais e porcentagem: 1986 – 2010 – Brasil – 1984 – 2014 – Governos: Sarney – Collor – Itamar – FHC – Lula – Dilma.

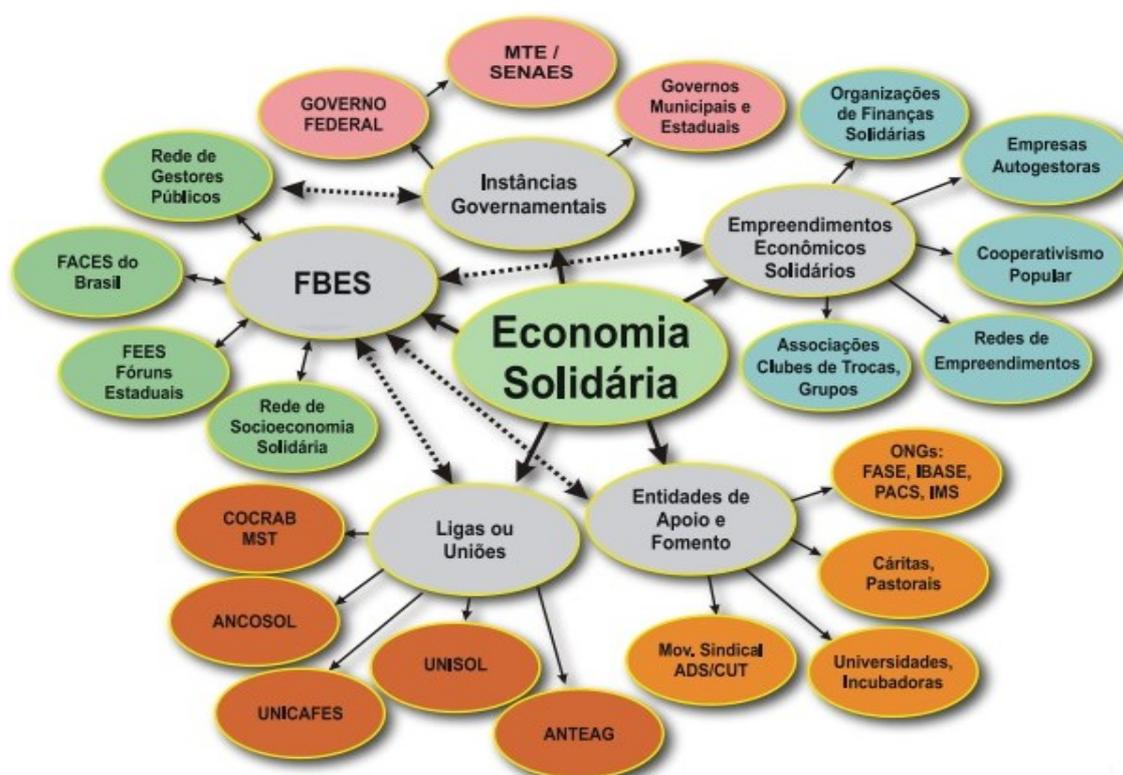
É evidente que a proporção de desemprego cresceu após a modernização tecnológica de alguns setores de produção, lembrando também que o Brasil passou por um período em que as taxas de inflação estavam elevadas. Esses e outros motivos deram início a redução do trabalho formal, desfavorecendo a população que se encontra em idade economicamente ativa. Além disto, a falta de qualificação profissional intensificou o desemprego, dificultando o restabelecimento dessa população afetada, sem contar com aquelas que não possuem capital o suficiente para se manter, levando-os a procurar o trabalho informal para sua sobrevivência.

Segundo Amorim e Araújo (2004, p.47),

Em síntese, o mercado de trabalho brasileiro na década de 1980, ainda era capaz de gerar empregos em um bom ritmo, mas os empregos gerados passaram a ser mais precários. Essa tendência se manteve até os primeiros anos da década de 1990. Além disso, ainda na década de 1980, começou-se a perceber que o crescimento econômico não era garantia de redução das desigualdades sociais. Nesse contexto, a Constituição de 1988 preconizou a montagem de um complexo sistema de proteção social e participação social.

Com o aumento significativo de desigualdades sociais e crises no modelo capitalista, percebe-se que o avanço do movimento social da Economia Solidária, com a articulação de empreendimentos, entidades de apoio e fomento, redes e fóruns locais e regionais, universidades, uniões de Empreendimentos Econômicos Solidários, e outros. No esquema abaixo (figura 1), pode-se notar a expansão da ES no Brasil.

Figura 1 - A expansão da Economia Solidária no Brasil.



Fonte: Atlas da Economia Solidária, MTE (2005).

Entidades de Apoio e Fomento são organizações que apoiam e dão suporte aos Empreendimentos de Economia Solidária através de ações e várias modalidades, como capacitação, incubação, assessoria etc., atuando tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Segundo Silva (2016, p.110), “[...] são estruturadas ou organizadas por organizações não governamentais (ONGs), universidades, movimentos sociais, centrais sindicais, fóruns nacionais e estaduais, instituições religiosas, entre outros.” As Ligas e Uniões são representadas por organizações de diferentes ramos da Economia Solidária que se unem e representam os EES.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) representa,

[...] um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil.” (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2005).

As instâncias governamentais objetivam o favorecimento do fortalecimento da Economia Solidária. E, por fim, os Empreendimentos Econômicos Solidários são várias formas de organização econômica que estão vinculadas ao trabalho, as quais segundo Gaiger (2003, p. 135), partem do princípio da cooperação, eficiência, autogestão e viabilidade, composto por livre associação de colaboradores.

Em pleno século XXI, a Economia Solidária encontra-se em desenvolvimento e reconhecimento, atingindo níveis locais, regionais, nacionais e até internacional. Na expectativa de catalogar os dados quantitativos dos EES, hoje tem-se acesso ao mapeamento da economia solidária no Brasil, denominado Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que foi organizado no antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), e que tem apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que integrava a página do Farejador da Economia Solidária. Segundo o Farejador, no ano de 2007, existiam um total de 21.577 empreendimentos cadastrados, destes, 9.392 no Nordeste, 3.545 no Sul, 2.586 no Norte, 3.873 no Sudeste e 2.183 no Centro-Oeste do país, ou seja, a região que apresentava o maior número de empreendimentos econômicos solidários foi o Nordeste, conforme representado no quadro 3, que mostra a quantidade por estados do Brasil.

Quadro 3 - Número de Empreendimentos Econômicos Solidários, 2007, 2013, 2017.

NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS POR ESTADOS DO BRASIL				
REGIÕES	ESTADOS	FAREJADOR - 2007	ATLAS - 2013	CADSOL - 2017
NORTE	Tocantins (TO)	459	404	411
	Acre (AC)	533	341	391
	Pará (PA)	574	1.358	1.403
	Rondônia (RO)	288	238	253
	Roraima (RR)	125	80	84
	Amapá (AP)	151	328	330
	Amazonas (AM)	456	378	443
CENTRO-OESTE	Mato Grosso (MT)	738	638	828
	Mato Grosso do Sul (MS)	337	294	357
	Goiás (GO)	730	843	911
	Distrito Federal (DF)	378	246	267
NORDESTE	Bahia (BA)	1.604	1.452	1.758
	Sergipe (SE)	445	101	178
	Alagoas (AL)	279	323	484
	Paraíba (PB)	664	416	583
	Pernambuco (pe)	1.520	1.503	1.763
	Rio Grande do Norte (RN)	811	1.158	1.260
	Ceará (CE)	1.818	1.449	1.559
	Piauí (PI)	1.467	800	812
	Maranhão (MA)	784	838	907
SUDESTE	Espírito Santo (ES)	517	572	649
	Rio de Janeiro (RJ)	1.335	301	580
	Minas Gerais (MG)	1.223	1.176	1.560
	São Paulo (SP)	796	1.167	1.328
SUL	Rio Grande do Sul (RS)	2.064	1.696	1.886
	Santa Catarina (SC)	680	764	898
	Paraná (PR)	801	832	1.031
TOTAL		21.577	19.696	22.914

Fonte: Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Farejador da Economia Solidária, 2007; Atlas Digital da Economia Solidária, 2013; Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, 2017; Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2015.

Elaboração: FIGUEIREDO, K.T.A., 2017.

Org.: FIGUEIREDO, K.T.A.; FERNANDES, L.D.; MARQUES, L.A., 2017.

Além disso, obtém-se novos dados estatísticos com um maior número de empreendimentos cadastrados no novo Atlas Digital da Economia Solidária, no mapeamento realizado pela SENAES, em 2013, porém, é apenas representado por dados quantitativos, totalizando 19.696 empreendimentos no Brasil. Além do Atlas, tem-se o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários e Comércio Justo (CADSOL), que traz importantes informações a respeito dos empreendimentos catalogados e disponibilizados pelo novo Atlas Digital da Economia Solidária, que emite a Declaração de Empreendimento

Econômico Solidário (DCSOL) e fornece o reconhecimento solidário aos empreendimentos para terem acesso às políticas de apoio à economia solidária, conforme explicado no site do mesmo. Através do CADSOL, podemos observar nitidamente que no Brasil a quantidade de empreendimentos em algumas regiões vem diminuindo gradativamente, outras regiões, no entanto, apresentam um aumento no número de EES. Em 2017, através dos dados fornecidos pelo CADSOL, o Brasil se contava com 22.919 empreendimentos solidários (quadro 3).

2.3.Estruturação dos empreendimentos solidários no mercado de trabalho

A economia solidária constituiu-se como um meio de relutância a exclusão social e, principalmente, à crise do capitalismo, quebrando barreiras e reestruturando um novo modo de trabalho, baseado na reciprocidade, uma verdadeira transformação social, intensificando seus meios de criação. Como salienta Souza, Cunha e Dakuzaku (2003, p.45),

No campo das práticas, observa-se uma diversidade de formas econômicas onde as pessoas se associam para produzir e reproduzir meios de vida com base em relações de reciprocidade e igualdade. [...]

Para Singer e Souza (2000) a unidade da economia solidária é a cooperativa de produção, organizada através dos quatro princípios: I) Posse comunitária das formas de produção pelas pessoas; II) Gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação; III) Repartição da receita líquida entre os cooperadores negociados em meio aos participantes; e IV) Destinação do excedente anual (“sobras”) entre os cooperadores. Vale lembrar que no capítulo anterior deste trabalho, pouco foi discutido sobre a decadência do capital, todavia o foco foi mostrar um pouco os efeitos gerados por pela crise e o que resultou através da mesma, a então chamada economia solidária.

Analisando a ideia dos atores apresentados, nota-se que seus princípios possuem características socialistas, visto que desde o momento da organização e da preparação da produção até o momento da comercialização, há um trabalho autogestionário e solidário. Sendo assim, todos os colaboradores tem congruência com relação ao meio de trabalho, baseado no voluntariado, na criatividade, na equidade, na promoção, na autonomia, e como salientado anteriormente, na solidariedade, no crescimento pessoal e social. De acordo com Bertucci *et al.* (2010, p.15),

[...] a solidariedade é expressa em diferentes dimensões, desde a congregação de esforços mútuos dos participantes para alcance de objetivos comuns; nos valores que expressam a justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Hoje vivemos numa sociedade que o sistema educacional está pautado no consumo exagerado, longe de solidariedade, e próximo a competição e concorrência. Porém, há comunidades e movimentos sociais que exercem uma educação voltada para a construção do conhecimento, por meio das transformações social, ambiental, política, da cooperação, de solidariedade, de autogestão etc. É necessário preparar todos para tentarem viver longe dos moldes do capitalismo e torna-los parte da liberdade social. Mas seria possível superar a alienação e exploração presente no modo capitalista?

Segundo Singer (2000, p. 17),

Se as condições de trabalho na fábrica capitalista eram duras, elas sempre seriam menos duras nas cooperativas por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados tem de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite se auto explorar menos; além disso, os cooperados tem a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção.

Na sociedade capitalista muitos trabalhadores não recebem parte da sua mão de obra. Em contrapartida, na economia solidária não existe chefe e os trabalhadores se tornam donos do meio de produção e, assim, controlam todo o trabalho produtivo. O lucro, é repartido entre os sócios e vai para o fundo de ajuda a necessidades futuras dos mesmos. Não há mais troca de mão de obra por mercadoria, todos participam assiduamente das atividades e etapas da produção.

Autores como Dardengo (2015) retratam que, a economia solidária estaria sim ligada aos moldes do capitalismo, apenas projetada para ser vista como uma prática econômica em que o trabalho informal consiste uma alternativa social.

Ocorre que os autores dessa perspectiva se esquecem que, no capitalismo, há um mecanismo de transferência de valor (MARX, 1988; CARCANHOLO; SABADINI, 2012). Mesmo que admitíssemos que isoladamente esses EES conseguissem eliminar a produção de mais-valia, tal fato pertenceria apenas a esfera da aparência, pois quando esses EES vendem suas mercadorias no mercado capitalista convencional, configura-se que eles produziram mercadorias, e, portanto, que os preços terão que ajustar-se ao lucro médio. Deve-se observar que o simples fato de mudar a relação de assalariamento por outra forma de relação de trabalho não elimina a alienação. Mesmo que o fim desses EES não seja a acumulação capitalista podemos dizer que na perspectiva da aparência não há extração de mais-valor pois o excedente é distribuído entre os integrantes da organização solidária. Porém, quando se analisa na perspectiva da totalidade e na forma de inserção desses EES no mercado capitalista, ou seja, ao buscarmos a essência das relações obscurecidas pela aparência, verificaremos que há uma apropriação de parte do valor gerado nesses EES por parte dos capitalistas. Esse mecanismo, que não analisaremos pormenorizadamente dada sua complexidade, é um elemento fundamental para se compreender a inserção subordinada das cooperativas no sistema capitalista.

Nota-se que, apesar dessa suposição, essa nova economia surge para superar o capitalismo, e compõe por empreendimentos formados por ex-empregados de uma mesma empresa, ou um conjunto de pessoas de grupos comunitários e estudantis que sobrevivem com o apoio de algumas empresas solidárias, bem como sindicatos, organizações não-governamentais, entidades religiosas, incubadoras universitárias, e outros. Além disso, segundo Gaiger (2000, p. 177 *apud* POLI, 2006, p. 134) *apud* Silva e Azevedo (2010, p. 156) os Empreendimentos Econômicos Solidários,

[...] combinam a busca de eficiência e viabilidade com o aprimoramento dos princípios cooperativos e democráticos; combinam autonomia de gestão com uma atitude de responsabilidade e de envolvimento social, conjugam a obtenção de resultados econômicos com outros benefícios no plano da educação, da qualificação profissional e da cultura.

Ainda conforme salienta Silva e Azevedo (2010, p.156) pode-se entender que, “a viabilidade econômica aliada à gestão democrática seja o caminho para a emancipação desses trabalhadores”, uma vez que as organizações desses empreendimentos econômicos solidários contam com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Existe sim uma precarização de segurança de sua remuneração, podendo ou não o cooperado ficar sem receber seu dinheiro durante o mês por apresentar falta de produtos para a fabricação do mesmo; do horário de entrada e saída do trabalho, a falta de convênios de saúde (caso ocorra algum acidente no horário de trabalho), algo bem importante, pois um acidente pode vir a ocorrer a qualquer momento etc. Mas ainda assim, a economia apresenta

suas vantagens, o cooperado é considerado um autônomo, ou seja, não possui nenhum vínculo empregatício e é o patrão de si mesmo.

Dessa forma, percebe-se que o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil contou com o apoio de governantes, instituições governamentais e não governamentais. Neste capítulo, foi possível observar as diferentes denominações dadas a estas práticas, bem como o mercado de trabalho que a regula.

O Estado de Minas Gerais e a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba encontra-se em destaque no capítulo 3. Onde serão analisados a quantidade de empreendimentos nos anos de 2007 a 2017, bem como a forma que os mesmos se organizam, produzem e comercializam seus produtos.

3. ESTADO DE MINAS GERAIS - A DIVERSIFICAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Segundo os dados catalogados referente à quantidade de empreendimentos disponibilizado pelo CADSOL, em 2017 o Brasil possuía 22.919 EES, destes 1.565 estavam localizados no Estado de Minas Gerais. Ao longo dos anos empreendimentos foram cadastrados em todo território mineiro, cada qual com suas particularidades culturais demonstrados através de seus produtos, conforme será apresentado.

3.1. O Estado de Minas Gerais: Considerações sobre suas divisões e subdivisões

A análise dos EES do Estado de Minas Gerais e dos seus respectivos municípios foi elaborada baseada na divisão do Estado de Minas Gerais em mesorregiões e microrregiões geográficas estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1990. Primeiramente, é interessante ressaltar de forma sucinta como se deu essa evolução na transformação dos métodos e processos de regionalização e estudos regionais ao longo dos anos que definiram divisões regionais feitas pelos órgãos IBGE e Fundação João Pinheiro (FJP). Segundo Faissol (1996) *apud* Diniz e Batella (2005, p. 60),

Tradicionalmente, os geógrafos têm definido regiões segundo dois critérios básicos: a homogeneidade e funcionalidade. Enquanto o princípio da homogeneidade baseia-se na recorrência de determinadas características no espaço, a funcionalidade está associada às relações entre os lugares. Essas duas abordagens têm sido empregadas com fins de planejamento e estudos regionais, sendo que, às vezes, propostas híbridas são avançadas. (FAISSOL, 1996, *apud* DINIZ, A. e BATELLA, W., 2005, p.60).

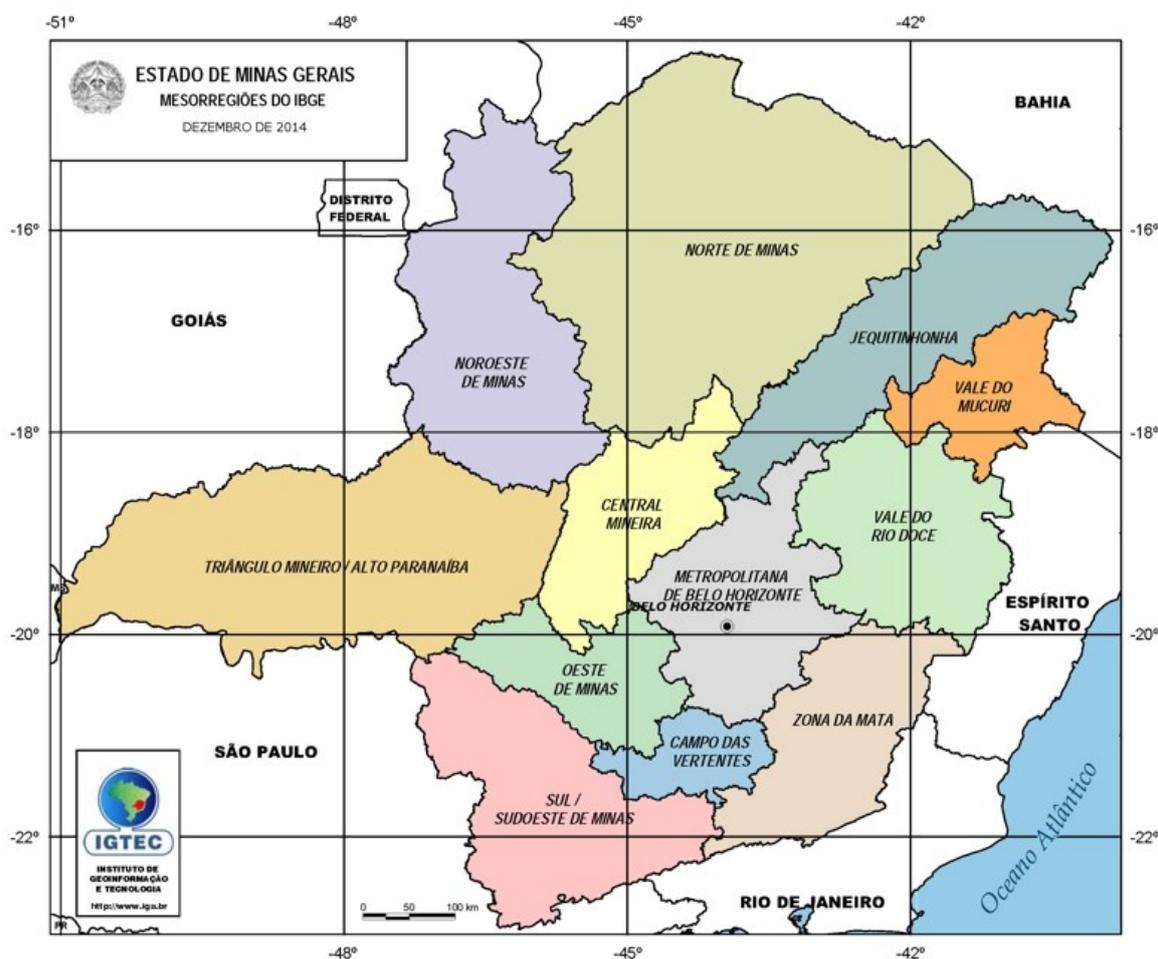
Ainda segundo os autores Diniz e Batella (2005, p.60), “[...] tais propostas de regionalização respondem e são ao mesmo tempo determinadas por dois processos distintos: de um lado, pelos avanços no meio técnico-científico, e, de outro lado, pelas transformações no espaço sócio-econômico [...]”.

Conforme salientado, as divisões vêm sendo realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Fundação João Pinheiro (FJP). O IBGE foi criado no ano de 1938, operando como órgão executivo e deliberativo e a FJP criado no ano de 1969, trazendo uma melhor compreensão da diversidade Espacial do Estado de Minas Gerais. Mas, foi em 1941 que iniciaram os estudos da divisão regional através da supervisão de Fábio Macedo Soares Guimarães, cujo estudo tem como objetivo “[...] organizar uma única divisão

regional do País para a divulgação das estatísticas brasileiras.” (PORTAL MINAS GERAIS, 2016)

Como mostra a figura 2, o Estado de Minas Gerais foi dividido pelo IBGE em doze mesorregiões, sendo denominadas como: Campo das Vertentes, Central Mineira, Jequitinhonha, Metropolitana de Belo Horizonte, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata.

Figura 2 - Mesorregiões Geográficas do IBGE do estado de Minas Gerais.



Fonte: Estado de Minas Gerais - Mesorregiões e microrregiões (IBGE), 2016.

As mesorregiões foram divididas em microrregiões que estabelecem um conjunto de municípios limítrofes com objetivos comuns, como a forma de planejamento, organização e outros regidos pela Constituição Brasileira de 1988 (art. 25, §3º)⁵. O Estado de Minas Gerais

⁵ Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

apresenta 66 microrregiões que concentram 853 municípios. De acordo com o quadro 4, o estado de Minas Gerais possui 66 microrregiões distribuídos entre as mesorregiões do estado.

Segundo Diniz e Batella, (2005, p. 70),

[...] as microrregiões são definidas como “partes das Mesorregiões que apresentam especificidades, quanto a organização do Espaço” (IBGE, 1990:8). Essas especificidades referem-se à estrutura de produção, agropecuária, indústria, extrativismo mineral, ou pesca e não caracterizam as Microrregiões como áreas individuais e auto-suficientes. A divisão em Microrregiões geográficas associou critério de homogeneidade a critérios de interdependência, como a vida de relações a nível local, produção, distribuição, troca e consumo, na repartição do espaço nacional. (IBGE, 1990, p.8).

Quadro 4 - Microrregiões do Estado de Minas Gerais.

MESORREGIÕES	MICRORREGIÕES
CAMPO DAS VERTENTES	Barbacena
	Lavras
	São João Del-Rei
CENTRAL MINEIRA	Bom Despacho
	Curvelo
	Três Marias
JEQUITINHONHA	Almenara
	Araçuari
	Capelinha
	Diamantina
	Pedra Azul
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	Belo Horizonte
	Conceição do Mato Dentro
	Conselheiro Lafaiete
	Itabira
	Itaguara
	Ouro Preto
	Pará De Minas
Sete Lagoas	
NOROESTE DE MINAS	Paracatu
	Unai

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a desempenho de funções públicas de interesse comum.

NORTE DE MINAS	Janaúba
	Januária
	Montes Claros
	Salinas
	Pirapora
	Bocaiuva
	Grão Mogol
OESTE DE MINAS	Campo Belo
	Divinópolis
	Formiga
	Oliveira
	Piumhi
SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS	Adrelândia
	Alfenas
	Itajubá
	Passos
	Poços De Caldas
	Pouso Alegre
	Santa Rita Do Sapucaí
	São Lourenço
	São Sebastião Do Paraíso
	Varginha
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO- PARANAÍBA	Araxá
	Frutal
	Ituiutaba
	Patos De Minas
	Patrocínio
	Uberaba
	Uberlândia
VALE DO MUCURI	Nanuque
	Teófilo Otoni
VALE DO RIO DOCE	Aimorés
	Caratinga
	Governador Valadares
	Guanhães
	Ipatinga
	Mantena
	Peçanha
ZONA DA MATA	Cataguases
	Juiz De Fora
	Manhuaçu
	Muriaé
	Ponte Nova
	Ubá
	Viçosa

Fonte: IBGE.

Organização: FIGUEIREDO, K.T.A., 2018.

Segundo o IBGE, cada município do estado de Minas Gerais, com seus aspectos físicos particulares ajudaram no desenvolvimento social e econômico da região, iniciando-se com a agricultura de subsistência e a mineração. Após os anos 1950 a indústria passou a comandar este desenvolvimento e os setores da siderurgia, automobilística e construção civil marcaram a vida de várias pessoas que tinham muito dinheiro para investir. Hoje a agricultura moderna, bem como o setor industrial avançado e diversificado dominam a economia mineira.

Segundo os estudos estatísticos dos indicadores socioeconômicos da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, p. 61-66) a mesorregião metropolitana de Belo Horizonte ganha destaque no setor industrial, como na construção civil, indústria de transformação, mineração, serviços industriais no geral, porém, o setor agropecuário não tem nenhum destaque na região, mas há uma pequena produção de queijo no município de Conceição do Mato Dentro. Assim também se encontra a Vale do Rio Doce que possui um área com grande crescimento no setor industrial como o Vale do Aço. A mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tem o seu crescimento relacionado a agroindústria moderna e também a ampliação da fronteira agrícola. Enquanto que a região Sul-Sudoeste, durante muito tempo demonstrou crescimento no setor cafeeiro e agropecuário no geral, sem contar que é uma região rica em recursos naturais, além disso, é a que possui a presença de diversas empresas grandes como Ferrero Rocher, Danone, PWM, Akros, Wallita entre outras. A mesorregião do Oeste de Minas o ramo industrial, siderurgia, alimentos e têxtil compõem o desenvolvimento econômico. A Zona da Mata, no entanto, é a região com alta decadência econômica, com escassez de modernização e pouca produtividade, mas o setor industrial (vestuário, têxtil, alimentício e calçados) se destaca. Na mesorregião Noroeste de Minas, a produção de grãos em escala comercial, a agropecuária e as indústrias de grande porte fazem parte do crescimento da região. No Norte de Minas Gerais, alguns municípios se destacam com a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência. E, por fim, não menos importante mas sendo as mesorregiões mais precárias estão o Jequitinhonha e o Vale do Mucuri, por apresentarem uma agropecuária pobre voltada para a pecuária de corte e agricultura de alimentos básicos, além de um setor industrial pouco desenvolvido.

3.2.Os empreendimentos solidários do estado de Minas Gerais

Minas Gerais compreende uma diversidade de EES dispersos pelo seu território, visto que o estado foi afetado pela crise econômica do Brasil. Esses empreendimentos

surtem, como em vários outros estados, para tentar reduzir o desemprego e aumentar a geração de renda da população visando o combate à crise social, a qual acarretou uma nova diversificação na economia mineira com a entrada de empresas autogestionárias e cooperativas.

Segundo o jornal Hoje em Dia (21/04/2018),

A Política de Fomento à Economia Popular Solidária, em Minas Gerais, foi instituída pela lei 15.028/04, regulamentada quatro anos depois pelo decreto 44.898. Em 2015 foi criado o Plano Estadual de Economia Popular Solidária, garantindo destinação de recursos específicos para o segmento no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

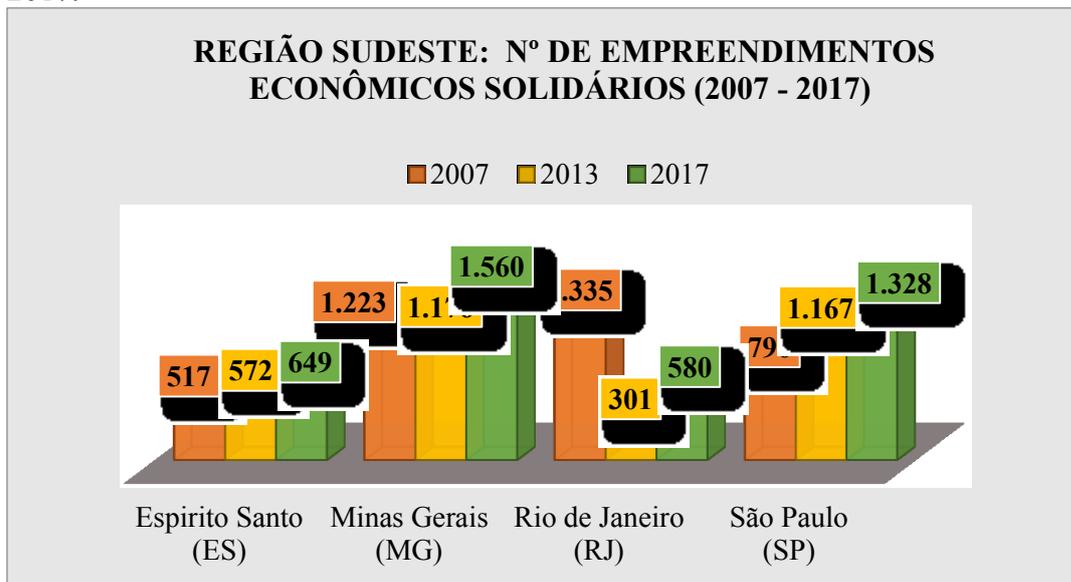
[...] de acordo com o levantamento da Sedese, o maior número de empreendimentos de economia solidária em Minas, até 2016, foi registrado no setor de artesanato (623), seguido pelos de agricultura familiar (459), alimentação (206), serviços (78), confecção (63), além de catadores de material reciclável (51) e de cultura (14).

É interessante ressaltar que os empreendimentos econômicos solidários apresentam grande importância para o fortalecimento e crescimento dessa economia. De forma diferente ela produz, vende, compra, troca e consome o que é necessário para sobreviver, com o fortalecimento do grupo em prol de um bem comum. Uma prática que vem sendo conhecida pela população da forma real em que ela se apresenta à sociedade, passando por um meio de divulgação apoiada pelo governo através de palestras em universidades e comercialização em feiras com o intuito de,

[...] divulgar, fortalecer e incentivar a comercialização dos produtos e serviços oferecidos pelos programas e projetos da política da Economia Popular Solidária do Estado, buscando a promoção do consumo consciente e sustentável. Além de promover a comercialização direta dos produtos, a feira é espaço de promoção de negócios, fomento, formação e informação, visando à sustentabilidade dos empreendimentos. (PONTAL EM FOCO, 2016).

Conforme os dados do CADSOL no ano de 2017, foram constatados 22.919 empreendimentos no Brasil. Destes, 4.122 estão na região Sudeste e 1.560 localizados em Minas Gerais. Assim, Minas Gerais é o estado que possui o maior número de empreendimentos, seguido por São Paulo com 1.328, Espírito Santo com 649 e Rio de Janeiro com 580 EES. No gráfico 1, a seguir, são apresentados os números dos empreendimentos no período de dez anos. Alguns deixaram de existir e outros foram incluídos na lista de novos empreendimentos solidários, contudo na região Sudeste ao longo desses anos o número de EES cresceu significativamente.

Gráfico 2 - Região Sudeste: Relação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, 2007-2017.



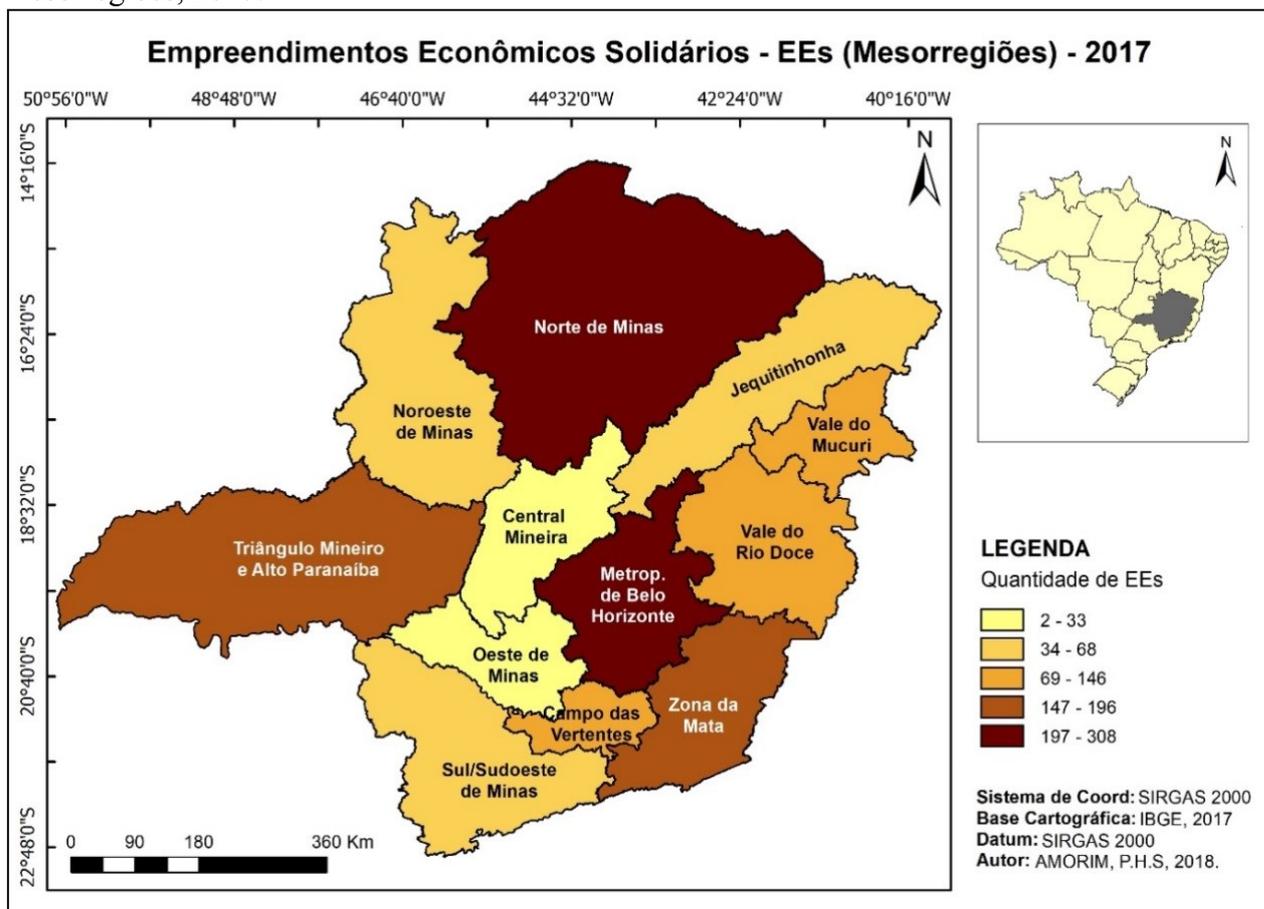
Fonte: Farejador da Economia Solidária, 2007; Atlas Digital da Economia Solidária, 2013; Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, 2017.

Org.: FIGUEIREDO, K.; 2018.

Ainda de acordo com os levantamentos, baseados nos dados quantitativos do Farejador (2007), do Atlas Digital da Economia Solidária (2010-2013) e do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários e Comércio Justo (CADSOL, 2017), foi possível fazer uma análise comparativa da quantidade de empreendimentos solidários no período de dez anos.

Analisando o mapa 1, as mesorregiões com o maior número de empreendimentos em seus municípios no ano de 2017 são: Metropolitana de Belo Horizonte (311), Norte de Minas (294), Zona da Mata (196) e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (186).

Mapa 1 – Minas Gerais: Número de Empreendimentos Econômicos Solidários por mesorregiões, 2017.



Autor: AMORIM, P. H. S., 2018.

Fonte: Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários e Comércio Justo (CADSOL), 2017.

Com o passar dos anos, o número de empreendimentos em Minas Gerais foi crescendo a exemplo da mesorregião Campo das Vertentes que em 2007 não possuía nenhum empreendimento, passando para 136 em 2013 e atualmente possui com 146 empreendimentos; a Metropolitana de Belo Horizonte que possuía 279 em 2007, diminuiu 259 em 2013, e hoje apresenta 311 empreendimentos cadastrados; o Norte de Minas possui 212 em 2007, diminuiu para 98 em 2013 e em 2017 já continha 294 empreendimentos; o Sul e o Sudoeste de Minas Gerais, contava com 103 cadastros no ano de 2007, em 2013 este número caiu para 59 e atualmente se encontra com 69 empreendimento; o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tinha 112 empreendimentos em 2007, passou para 183 em 2013 e em 2017 mais 3 empreendimentos foram cadastrados, totalizando 186; o Vale do Mucuri e o Vale do Rio Doce tiveram as mesmas quantidades de empreendimentos ao longo dos anos, em 2007 ambas possuíam 80 empreendimentos, em 2013 teve diferença de apenas 4 EES a mais no Vale do Rio Doce que estava com 99, enquanto o Vale do Mucuri possuía 95, mas atualmente

ambos estão com 103; a Zona da Mata teve um crescimento expressivo, em 2007 estava com 77, passando para 107 em 2013 e hoje está com 196 empreendimentos. Mas a mesorregião de Jequitinhonha teve um decréscimo significativo ao longos desses anos, em 2007 estava com 162 empreendimentos, passou para 54 em 2013 e manteve este número de cadastro até o ano de 2017; a Central Mineira manteve seus dois empreendimentos de 2007 à 2017 e é a que possui menor número de EES, atualmente está em segundo lugar entre as mesorregiões com menor número. Todo esse desenvolvimento é possível ser analisado mais detalhadamente no quadro 5.

Quadro 5 – Mesorregião de Minas Gerais: Dados comparativos segundo o Farejador, Atlas Digital e CADSOL.

MESORREGIÕES	FAREJADOR - 2007	ATLAS - 2013	CADSOL - 2017
CAMPO DAS VERTENTES	0	136	146
CENTRAL MINEIRA	2	2	2
JEQUITINHONHA	162	54	54
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	279	259	311
NOROESTE DE MINAS	82	52	64
NORTE DE MINAS	212	98	294
OESTE DE MINAS	34	32	32
SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS	103	59	69
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA	112	183	186
VALE DO MUCURI	80	95	103
VALE DO RIO DOCE	80	99	103
ZONA DA MATA	77	107	196
TOTAL	1223	1176	1560

Fonte: Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Farejador da Economia Solidária, 2007; Atlas Digital da Economia Solidária, 2013; e Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários e Comércio Justo (CADSOL), 2017.

Org.: FIGUEIREDO, K. T. A.; (2018).

Ainda observando o quadro 5, nota-se que o desempenho da Economia Solidária vem crescendo de forma expressiva no estado de Minas Gerais. Em 2007, possuía 1.223 empreendimentos hoje tem-se a quantidade de 1.560. E não é apenas na quantidade que esse número vem aumentando, mas também na qualidade de seus produtos e do movimento social. O desenvolvimento da economia solidária se dispõem cada vez mais como uma alternativa.

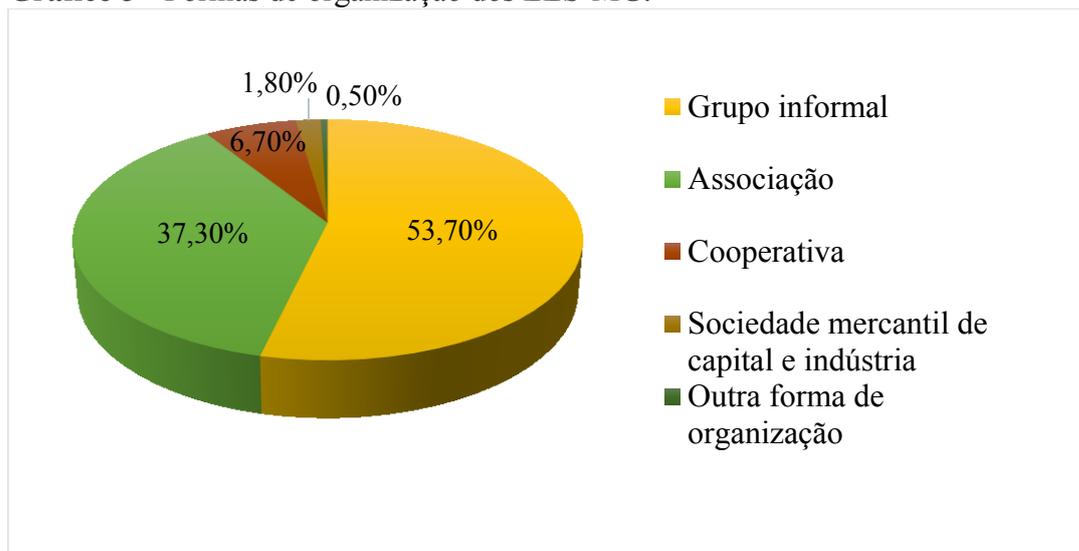
Isaia (2017, n.p) cita uma fala da deputada Maria do Rosário, ressaltando que,

A economia solidária no Brasil já movimenta mais de 1% do PIB [Produto Interno Bruto, soma das riquezas produzidas no país]. Isso corresponde a quase R\$ 6 bilhões anuais. Ela é a forma de inclusão econômica de

milhares de brasileiros e brasileiras, tanto em empresas falidas retomadas quanto na agricultura familiar, nas cooperativas de modo geral, e em todas as áreas da economia

Com relação às formas de organização, os EES podem ser classificados em grupo informal, associação, cooperativa, sociedade mercantil de capital e indústria e outras formas de organização, conforme abordado nos capítulos anteriores.

Gráfico 3 - Formas de organização dos EES-MG.



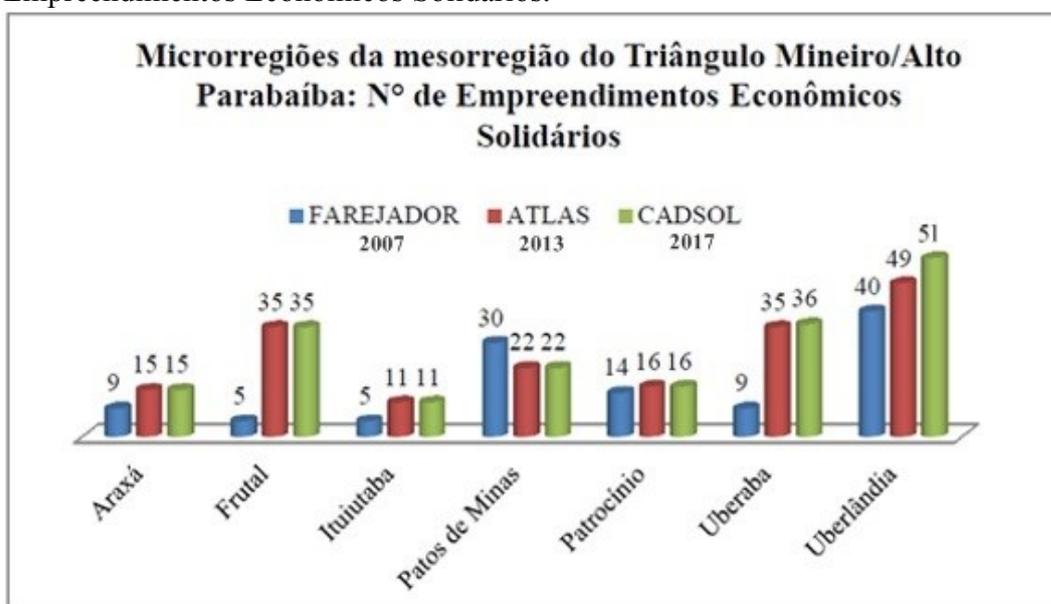
Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Em Minas Gerais os dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SNIES) revelam que, conforme mostra o gráfico 2, 53,70% são representados por grupos informais; outros 37,30% por associações; 6,70% por cooperativas, sendo apenas 1,80% sociedade mercantil de capital e indústria e menos de 1% são representados por outra forma de organização. Nesses empreendimentos é possível verificar uma variedade de produtos tais como artesanato, agricultura familiar, alimentação, serviços, confecção, catadores de material reciclável e cultura. Há ainda, a fabricação e comercialização de hortaliças, farinhas, doces, bombons, mel, leites, panos de pratos, produtos de decoração, de limpeza e os serviços de turismo, financeiros e de lavanderias, entre outros. Ressalta-se que as tradições, particularidades e os costumes de cada local estão presentes nos produtos que são comercializados.

3.3. Empreendimentos Econômicos Solidários na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Realizando uma análise apenas da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba por microrregiões através dos dados do CADSOL do ano de 2017, observa-se no gráfico 3 que a microrregião de Uberlândia possui o maior número de empreendimentos (51), seguido por Uberaba (36), Frutal (35), Patos de Minas (22), Patrocínio (16), Araxá (15) e Ituiutaba (11). Percebe-se uma pequena variação de empreendimentos entre os anos 2007 à 2017, ainda de acordo com os dados da Farejador, Atlas e CADSOL.

Gráfico 4 - Microrregiões da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: N° de Empreendimentos Econômicos Solidários.



Fonte: Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Farejador da Economia Solidária, 2007; Atlas Digital da Economia Solidária, 2013; Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, 2017; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2015.

Elaboração: FIGUEIREDO, K.T.A., 2017.

Pode-se notar que as microrregiões de Frutal e Ituiutaba, em 2007 possuíam apenas cinco empreendimentos, porém até 2017 o número aumentou significativamente, para 35 e 11 empreendimentos, consecutivamente. Da mesma forma, podemos observar nas microrregiões de Araxá e Uberaba possuíam nove empreendimentos e hoje estão com 15 e 36 empreendimentos. Com 14 empreendimentos até 2007, Patrocínio ganhou apenas dois empreendimentos durante seis anos que seguiram, em contrapartida, Patos de Minas perdeu 10 até 2017, sendo que entre os anos de 2007-213 estava com 30 empreendimentos econômicos solidários. E o destaque entre as sete microrregiões da mesorregião detalhada,

está a microrregião de Uberlândia, possuindo hoje cerca de 51 empreendimentos, sendo que até 2013 possuía 49.

O gráfico 3 expressa resumidamente o quadro 6, que detalha o número desses empreendimentos por municípios de cada microrregião da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Nota-se que os municípios de Campos Altos, Pedrinópolis, Pratinha, Sacramento, Santa Juliana, Tapira, Fronteira, Itapagipe, Iturama, Pirajuba, Planura, São Francisco de Sales, União de Minas, Cachoeira Dourada, Ipiacu, Arapuá, Guimarães, Lagoa Formosa, Matutina, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gotardo, Iraí de Minas, Douradoquara, Cruzeiro da Fortaleza, Romaria, Conceição das Alagoas, Campo Florido, Conquista, Verissimo, Água Comprida, Indianópolis, Araporã, Cascalho Rico e Centralina, são os que não possuíram nenhum empreendimento econômico solidário cadastrado de acordo com as fontes do Farejador (2007), Atlas Digital (2013) e CADSOL (2017).

Porém, outros municípios como, Nova Ponte, Comendador Gomes, Tiros, Patrocínio, Indianópolis e Tupaciguara tiveram empreendimentos no ano de 2007 e Canápolis em 2013, mas, atualmente, não possuem mais cadastros de empreendimentos econômicos solidários. Patos de Minas e Araguari apresentaram queda no número de cadastro entre os anos de 2007 à 2017.

No entanto, Araxá, Ibiá, Campina Verde, Capinópolis, Ituiutaba, Carmo do Paranaíba, Abadia dos Dourados, Monte Carmelo, Uberaba, Prata e Uberlândia, observa-se que foram os municípios que apresentam-se com aumento no número de EES cadastrados. Outros não sofreram alterações, como por exemplo, Perdizes, Carneirinho, Frutal, Limeira do Oeste, Gurinhatã, Santa Vitória, Coromandel, Estrela do Sul, Grupiara, Serra do Salitre e Delta.

Quadro 6 - Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: Número de EES por municípios referente aos anos de 2007, 2013 e 2017.

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS	NÚMERO DE EES		
		FAREJADOR - 2007	ATLAS DIGITAL - 2013	CADSOL - 2017
ARAXÁ	Araxá	5	10	10
	Campos Altos	0	0	0
	Ibiá	2	3	3
	Nova Ponte	2	0	0
	Pedrinópolis	0	0	0
	Perdizes	0	2	2
	Pratinha	0	0	0
	Sacramento	0	0	0
	Santa Juliana	0	0	0
	Tapira	0	0	0

FRUTAL	Campina Verde	3	9	9
	Carneirinho	0	16	16
	Comendador Gomes	2	0	0
	Fronteira	0	0	0
	Frutal	0	2	2
	Itapagipe	0	0	0
	Iturama	0	0	0
	Limeira do Oeste	0	8	8
	Pirajuba	0	0	0
	Planura	0	0	0
	São Francisco de Sales	0	0	0
	União de Minas	0	0	0
	ITUIUTABA	Cachoeira Dourada	0	0
Capinópolis		3	4	4
Gurinhata		0	2	2
Ipiacu		0	0	0
Ituiutaba		2	4	4
Santa Vitória		0	1	1
PATOS DE MINAS	Arapuá	0	0	0
	Carmo do Paranaíba	5	11	11
	Guimarânia	0	0	0
	Lagoa Formosa	0	0	0
	Matutina	0	0	0
	Patos de Minas	24	11	11
	Rio Paranaíba	0	0	0
	Santa Rosa da Serra	0	0	0
	São Gotardo	0	0	0
Tiros	1	0	0	
PATROCÍNIO	Abadia dos Dourados	1	2	2
	Coromandel	0	1	1
	Cruzeiro da Fortaleza	0	0	0
	Douradoquara	0	0	0
	Estrela do Sul	2	2	2
	Grupiara	2	2	2
	Irai de Minas	0	0	0
	Monte Carmelo	7	8	8
	Patrocínio	1	0	0
	Romaria	0	0	0
Serra do Salitre	1	1	1	
UBERABA	Uberaba	9	34	35
	Conceição das Alagoas	0	0	0
	Delta	0	1	1
	Campo Florido	0	0	0
	Conquista	0	0	0
	Verissimo	0	0	0
	Água Comprida	0	0	0
UBERLÂNDIA	Araguari	8	7	7
	Araporã	0	0	0
	Canápolis	0	1	0
	Cascalho Rico	0	0	0
	Centralina	0	0	0
	Indianópolis	1	0	0
	Monte Alegre de Minas	0	0	0
	Prata	1	3	3
	Tupaciguara	1	0	0
	Uberlândia	29	39	41

Fonte: Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Farejador da Economia Solidária, 2007; Atlas Digital da Economia Solidária, 2013; Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, 2017; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2015.

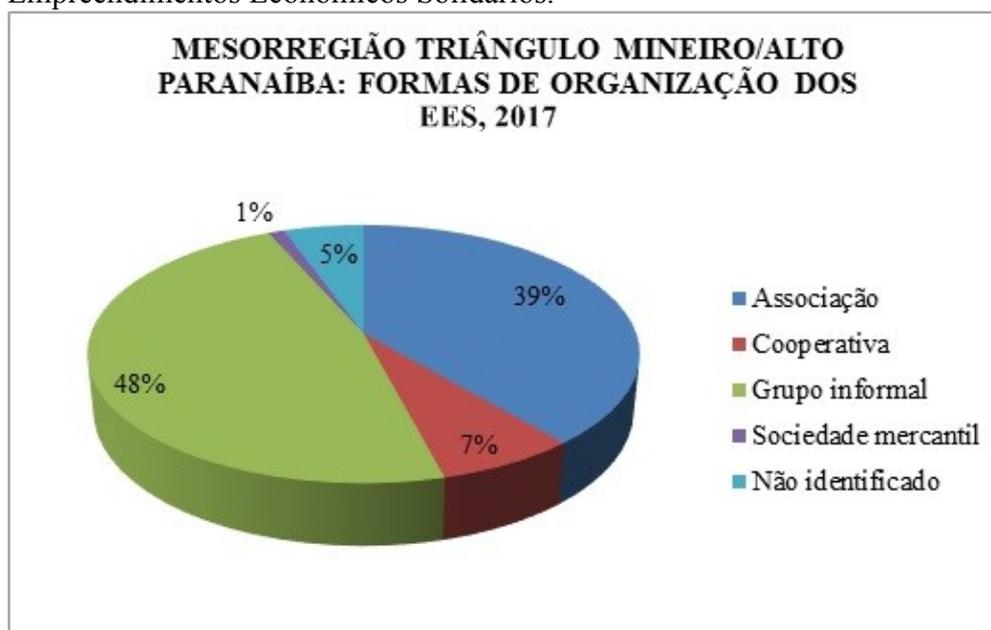
Elaboração: FIGUEIREDO, K.T.A., 2017.

3.4. Análise dos Empreendimentos da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba de acordo com os dados do CADSOL

A pesquisa prosseguirá com base na análise dos dados do CADSOL, pois é o cadastro que apresenta a última atualização dos dados referente aos empreendimentos econômicos solidários, que praticam atividades de forma democrática.

Conforme os dados do CADSOL, os empreendimentos cadastrados identificaram por grupo informal, este representando o maior número de empreendimentos (48%), seguindo de associações (39%), cooperativas (7%) e sociedade mercantil (1%), porém, apenas 5% dos cadastrados não se identificaram conforme demonstra no gráfico 4, dados referentes à mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Gráfico 5 - Mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: Formas de organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários.



Fonte: Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, 2017.

Elaboração: FIGUEIREDO, K.T.A., 2017.

Com relação ao gênero dos associados, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, os dados do CADSOL (2017) revelam que há mais homens (3.851) trabalhando nos empreendimentos do que mulheres (3.307), conforme demonstra na o quadro 7. Nos trabalhos de campos realizados em alguns empreendimentos de municípios selecionados, os dados demonstram a presença maior de mulheres, se comparado ao de homens.

Os voluntários e associados de tais empreendimentos trabalham tanto no meio rural como no urbano, podendo ser entre familiares, amigos, vizinhos, conhecidos ou por aquelas

peças que descobriram o empreendimento pela forma de trabalho e não através dos membros do empreendimento, que juntos geram um complemento de renda ou mesmo como seu único meio de sustento.

Quadro 7 – Minas Gerais: Número de Associados por gênero.

MESORREGIÕES	Nº DE EES POR MESORREGIÃO	ASSOCIADOS		TOTAL ASSOCIADOS
		M	H	
Campo das vertentes	146	2063	1627	3690
Central mineira	2	20	18	38
Jequitinhonha	54	1262	1028	2290
Metropolitana de BH	311	2070	1380	3450
Noroeste de Minas	64	1280	1461	2741
Oeste de Minas	32	439	374	813
Sul e Sudoeste de Minas	69	977	924	1901
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	186	3307	3851	7158
Vale do Mucuri	103	1841	2387	4228
Vale do Rio Doce	103	1909	1747	3656
Zona da Mata	196	9501	10157	19658
Norte de Minas	294	5483	4951	10434
TOTAL	1560	30152	29905	60057

Fonte: Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), 2017.

Org.: FIGUEIREDO, K.; 2018.

Esses empreendimentos em Minas Gerais, produzem e comercializam uma variedade de produtos, principalmente alimentícios e artesanais, incluindo a produção e a comercialização de hortaliças, farinhas, doces, biscoitos, bolachas, bolos, bombons, mel, leites e derivados; criação de bovinos e caprinos para a produção de leite; criação de peixes e frangos; fabricação de artefatos de madeiras; bijuterias, tapetes; panos de prato e caminhos de mesa; brinquedos; cama, mesa e banho; bordados; produtos de decoração, incluindo bonecas e vasos de flores; produtos de limpeza; serviços de transporte, saúde, cabeleireiros, financeiros e de lavanderias; reciclagem de plásticos, papéis e outros materiais; produção musical; atividades de assistência psicossocial e saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente; entre outros.

Cabe ressaltar que as particularidades de cada região moldam perfeitamente o meio de produção local, cada qual expressando da melhor forma suas características, desde o jeito mais simples de cozinhar até o mais sofisticado bordado e pintura. Saberes, tradição e cultura fazem parte do meio de produção de cada empreendimento, os quais geralmente são passados de geração em geração, ou até mesmo entre os membros de diferentes empreendimentos.

Na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, analisando os produtos dos empreendimentos por municípios, nota-se que Capinópolis, Gurinhatã, Ituiutaba, Estrela do Sul e Prata produzem principalmente produtos artesanais. Enquanto que Ibiá, Perdizes, Patos de Minas, Campina Verde, Limeira do Oeste, Abadia dos Dourados, Serra do Salitre, Araxá, Carmo do Paranaíba e Monte Carmelo se mostram como municípios que comercializam produtos agropecuários, como criação de frangos, bovinos, preparação de leite, fabricação de farinha de mandioca, produção de queijo, cultivo de café, fumo, milho e mandioca, comércio de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos e alguns artesanatos. Uberaba e Uberlândia recebem destaque pela variedade de produtos que são comercializados, conforme demonstra o quadro 8.

Quadro 8 - Produtos que são produzidos e comercializados nos municípios de Uberaba e Uberlândia.

PRODUTOS PRODUZIDOS E COMERCIALIZADOS		
UBERABA	UBERLÂNDIA	
Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	Reciclagem de plásticos	Criação de suínos
Produção artesanal de bolos, cuca, doceria e confeitos	Reciclagem de outros materiais não especificados	Criação de suínos
Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	Criação de frangos para corte	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros
Produção de produtos decorativos em cerâmica	Reciclagem de plásticos	Produção de ovos
Fabricação de artefatos de tapeçaria	Triagem de materiais recicláveis	Produção de ovos
Produção artesanal de tapetes	Reciclagem de outros materiais não especificados anteriormente	Confecção de Bordados
Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	Reciclagem de metais	Lavanderias
Produção musical	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas
Produção artesanal de bijuterias	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	Cultivo de milho
Reciclagem de plásticos	Outras atividades de ensino não especificadas	Criação de animais de estimação
Triagem de materiais recicláveis	Ensino de dança	Cultivo de feijão
Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	Produção teatral	Outras atividades de tratamento de beleza
Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	Produção artesanal de brinquedos	Clube de trocas
Cultivo de milho e mandioca	Produção artesanal de tapetes	Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares

Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente
Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
Promoção de vendas	Construção de edifícios	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Atividades de apoio à agricultura e pecuária não especificadas	Atividades de associações de defesa de direitos sociais
Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	Comércio varejista de móveis
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	Abate de pequenos animais	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

Fonte: Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), 2017.

Org.: FIGUEIREDO, K.; 2018.

No próximo capítulo, serão analisados os empreendimentos econômicos solidários existentes no município de Uberaba. De forma mais detalhada serão abordados a localização, a forma de comercialização, produtos e a quantidades de associados.

4. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DO MUNICÍPIO DE UBERABA - MG

Uberaba se destaca entre os municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por ser uma cidade-pólo possuindo uma forte dinâmica econômica no ramo industrial, no comércio, serviços e vários outros que contribuíram para o crescimento do município. Além disso, Uberaba conta com o crescimento significativo de empreendimentos econômicos solidários, distribuídos em área rural e urbana e os que produzem em áreas rurais e comercializam em áreas urbanas. São produtos diferenciados comercializados pelos empreendimentos uberabenses, como produtos decorativos em cerâmica; produção artesanal de tapetes; coleta de materiais recicláveis, produtos artesanais, doces entre outros, conforme será abordado.

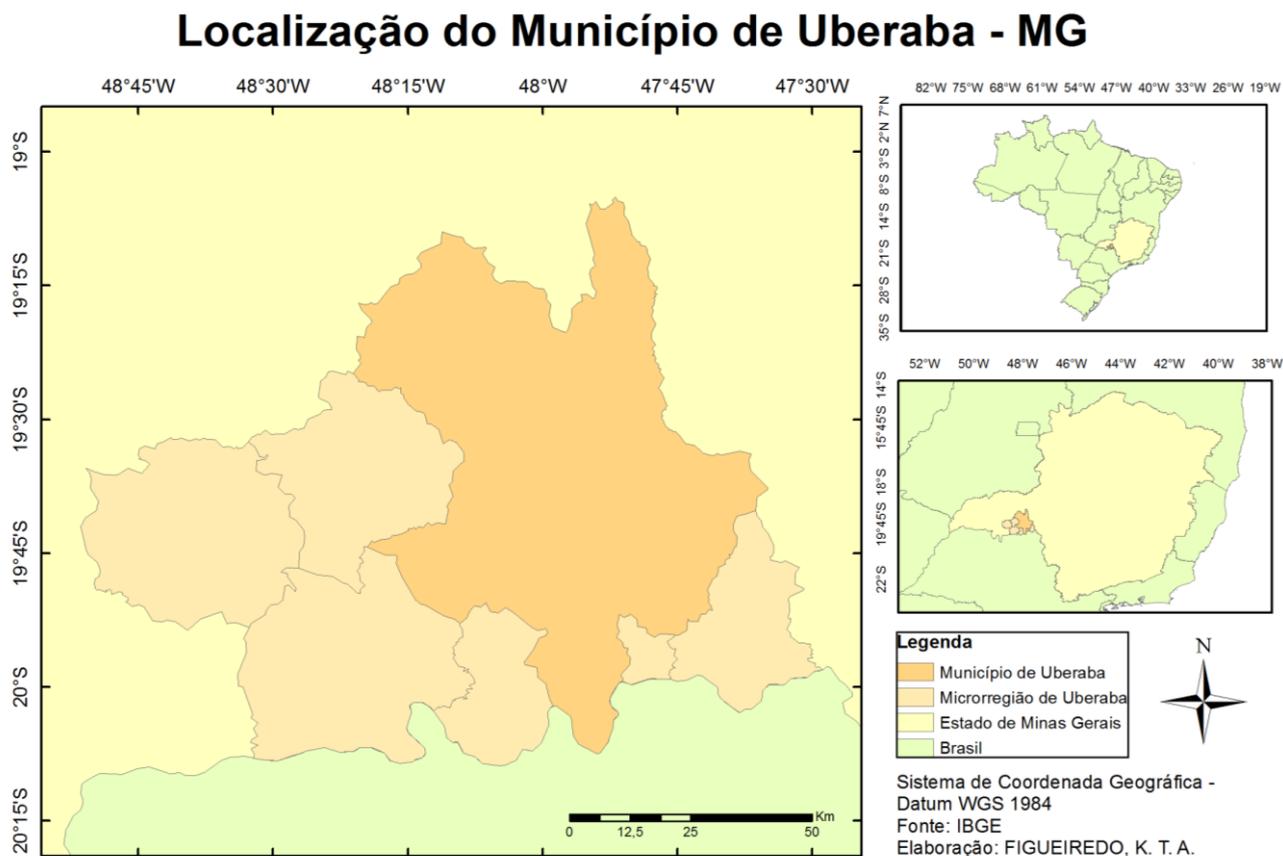
4.1. Caracterização do município de Uberaba

O município de Uberaba está localizado no sudeste do Brasil, mais precisamente no Estado de Minas Gerais, inserido na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, sendo que das sete microrregiões, o município de Uberaba, juntamente com outros seis municípios – Veríssimo (oeste), Conceição das Alagoas (oeste), Delta (sul), Campo Florido, Conquista (norte), Água Comprida (sul) – faz parte da microrregião de Uberaba (Mapa 2).

Uberaba limita-se ao sul com os municípios Igarapava, Aramina, Miguelópolis (SP); ao norte, com Uberlândia e Indianópolis (MG), e ao leste, com Sacramento e Nova Ponte (MG). A cidade se destaca como cidade-pólo da microrregião.

Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área territorial do município é de 4.523,957 km² e possui uma população de aproximadamente 295.988 habitantes (IBGE – Censo 2010). Deste total, 289.408 habitantes (98%) são residentes da área urbana e 6.592 (2%) habitantes da área rural. Ao todos são 144.461 pessoas são do sexo masculino e 151.527 pessoas do sexo feminino.

Nota-se que Uberaba apresenta índices de urbanização positivos ao longo dos anos, posto que, segundo os dados do IBGE, em 1991, o município possuía 211.824 habitantes, passando para 235.738 ha, 252.051 habitantes, 287.988 habitantes, para 318.813 habitantes nos anos respectivos a 1996, 2000, 2007 e 2014.

Mapa 2 - Localização do Município de Uberaba.

Autor: FIGUEIREDO. K. T. A., 2017.

Segundo os dados da Prefeitura Municipal de Uberaba (2009), o município se encontra numa altitude máxima de 1.031 m (Serra de Ponte Alta) e mínima de 522 m (na divisa com São Paulo) fazendo parte do Planalto Arenítico Basáltico da Bacia do Paraná, o solo, em sua maioria, é do tipo latossolo roxo distrófico e latossolo vermelho amarelo de textura argiloso, uma formação de rochas sedimentares do período cretáceo de formação Bauru. Possui clima tropical chuvoso, com estações bem definidas.

Os principais rios que cortam o município são os rios Araguari, Cabaçal, Claro, Estiva, Uberaba, Uberabinha, Grande e Tijuco. Os dois últimos ganham destaques devido a sua extensão no município e sua riqueza na fauna, dando destaque a Bacia do Rio Grande e a Bacia do Rio Paranaíba. Uberaba é constituída por campo cerrado, florestas, campos, cerrado e cerradão, contudo a fauna é caracterizada por possuir pouca diversidade de espécies.

Ao analisarmos o histórico do município, de acordo com os dados da Prefeitura Municipal de Uberaba, o mesmo ficou sob o domínio de Goiás até os anos de 1816, ganhando

reconhecimento após a abertura de uma estrada que serviu como palco de uma expedição dirigida por Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como o “Anhagüera”, estrada esta que serviu de passagem forçada dos exploradores de minerais preciosos que cortavam os sertões goianos. Esta via recebeu diversas denominações como Estrada do Anhangüera e Estrada de Goiás, até ser denominada Estrada Real.

Segundo Gomes (2016, p.521),

[...] convém destacar que no século XIX, sobretudo na primeira metade, a cidade constituía o principal centro urbano da região, chamada Sertão da Farinha Podre. Dada sua localização privilegiada, tornou-se um nó de articulação das vias de transporte terrestre e um dos pontos principais de parada dos viajantes da época, assumindo a posição de “cidade primaz”, um entreposto comercial que tanto abastecia São Paulo com produtos primários goianos e mato-grossenses, quanto comercializava com Goiás e Mato Grosso os produtos industrializados provenientes de São Paulo. Além disso, concentrava as atividades comerciais, bem como uma diversidade de profissionais, juristas, médicos, farmacêuticos e cirurgiões, professores, comerciantes e guarda-livros, funcionários públicos etc., favorecendo o crescimento urbano e o desenvolvimento econômico nesse período [...].

Vários eventos cronológicos ocorreram na cidade até os dias atuais, dentre os quais de acordo com a Prefeitura de Uberaba, destacam-se:

- 1725: fundou-se o povoado de Vila Boa no estado de Goiás;
- 1736: abriu-se outra estrada no lado Oeste, denominada Picada de Goiás;
- 1742: ocorreu a nomeação do Coronel Antônio Pires de Campos para policiar e segurar as estradas de Goiás;
- 1766: criou-se o Julgado de Nossa Senhora do Desterro do Desembarque, um local com riquezas de minerais;
- 1781: ocorreu o esgotamento das minas auríferas;
- 1809: Antônio Eustáquio da Silva Oliveira, foi nomeado a Comandante Regente dos Sertões da Farinha Podre;
- 1810: Passando pelo município de Uberaba, o Major Eustáquio liderou uma Bandeira até o Rio da Prata;
- 1818: os moradores constroem a Capela que apresenta como padroeiros Santo Antônio e São Sebastião;
- 1820: o rei D. João VI, Uberaba torna-se Freguesia;

- 1836: após a construção de várias propriedades de terras com baixo valor e isenção de impostos, com um população de comerciantes, agricultores, pecuaristas, entre outros, criou-se o Município Santo Antônio de Uberaba.
- 1856: tornou-se um grande centro comercial;
- 1870: Uberaba recebeu parte da população de Bagagem com a baixa cotação do diamante;
- 1889: ocorreu a inauguração da Estrada de Ferro Mogiana, intensificando o avanço da pecuária zebuína e a imigração europeia.

A baixa cotação do diamante trouxe um amplo desenvolvimento econômico para Uberaba que, além de impulsionar o comércio aumentou o fluxo e o crescimento populacional.

No século XX, a cidade demonstra um crescimento da agricultura, da pecuária, da indústria e do comércio, atendendo as demandas nos aspectos econômicos, culturais e de serviços essenciais à população.

Hoje Uberaba representa um centro comercial dinâmico, uma agricultura produtiva, um parque industrial diversificado e uma planejada estrutura urbana. (Marta Zednik de Casanova - Prefeitura de Uberaba, s.d)

O município de Uberaba apresenta uma forte dinâmica econômica, ainda segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (MTE, [s.d.]) *apud* Gomes (2016, p. 525), os dados da tabela 3 demonstram o crescimento das atividade econômicas já citadas entre os anos de 1985 a 2013.

Tabela 1 - Uberaba: número de estabelecimentos por setor de atividades econômicas (grande setor IBGE) (1985-2013).

IBGE grande setor	1985	1990	1995	2000	2005	2013*
Indústria	384	567	624	660	747	891
Construção Civil	44	277	487	599	542	846
Comércio	1.024	1.278	1.925	2.408	2.865	3.472
Serviços	907	946	1.465	2.051	2.341	3.366
Agropecuária	81	127	1.220	1.270	1.335	1.170
Não classificados	26	437	101	-	-	-
Total	2466	3632	5822	6988	7830	9745

Fonte: MTE ([s.d.]). Organização: Maria Terezinha Serafim Gomes - 2016.

*Não haviam dados quantitativos do ano de 2010, então foi utilizado o período de 2005 à 2013.

Nota-se que todas as atividades tiveram um crescimento expressivo ao longo dos anos, porém, o comércio (de 1.024 em 1985, 1.278 em 1990, 1.925 em 1995, 2.408 em 2000, 2.865 em 2005 para 3.472 estabelecimentos em 2013) e serviços (907 em 1985, 946 em 1990, 1.465 em 1995, 2.051 em 2000, 2.341 em 2005, para 3.366 estabelecimentos em 2013) apresentaram um rendimento maior, logo depois vem o setor agropecuário (81 em 1985, 127 em 1990, 1.220 em 1995, 1.270 em 2000, 1.335 em 2005 a 1.170 estabelecimentos em 2013), o industrial (384 em 1985, 567 em 1990, 624 em 1995, 660 em 2000, 747 em 2005 a 891 estabelecimentos em 2013), a construção civil (44 em 1985, 277 em 1990, 487 em 1995, 599 em 2000, 542 em 2005 para 846 estabelecimentos em 2013) e outras atividades que não foram classificadas no qual apresentaram rendimento até o ano de 1995.

Todos esses momentos colaboraram para a evolução da cidade, no qual nota-se importantes manifestações culturais e artísticas, como o folclore, congada, festivais de viola e outros, realização de exposições de artes plásticas, bem como a realização de oficinas, palestras e cursos. Um local é escolhido por várias pessoas para residirem e claro, muitos turistas devido a cidade apresentar um dos maiores centros arqueológicos do Brasil, o famoso parque arqueológico Peirópolis.

Além disso, Uberaba conta com o turismo religioso (voltadas ao catolicismo, protestantismo e espiritismo) como Museu de Arte Religiosa Central Brasil, Santuário da Medalha Milagrosa, Igreja São Domingos, Museu da Arte Sacra (MAS), a Casa da Memória de Chico Xavier, e outros. A cidade também conta com o turismo de negócios, no qual a agropecuária movimenta a maior parte da economia de Uberaba que sedia eventos como a Expozebu, Mega Leite e Expogenética, colocando-a como cidade polo na criação, comercialização e desenvolvimento genético do gado Zebu.

Toda sua história está exposta no Museu do Zebu, localizado no Parque de Exposições da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu. Como outras atrações podemos citar o Centro Paleontológico e Museu dos Dinossauros e o Memorial do Comércio. Com o passar do tempo ocorreu uma forte intensificação no setor industrial e comercial, impulsionando o desenvolvimento da cidade, sem contar que esta possui uma excelente área de lazer para a pesca, além de bosques, esportes náuticos, recursos naturais entre outros.

4.2. Empreendimentos Solidários do município de Uberaba

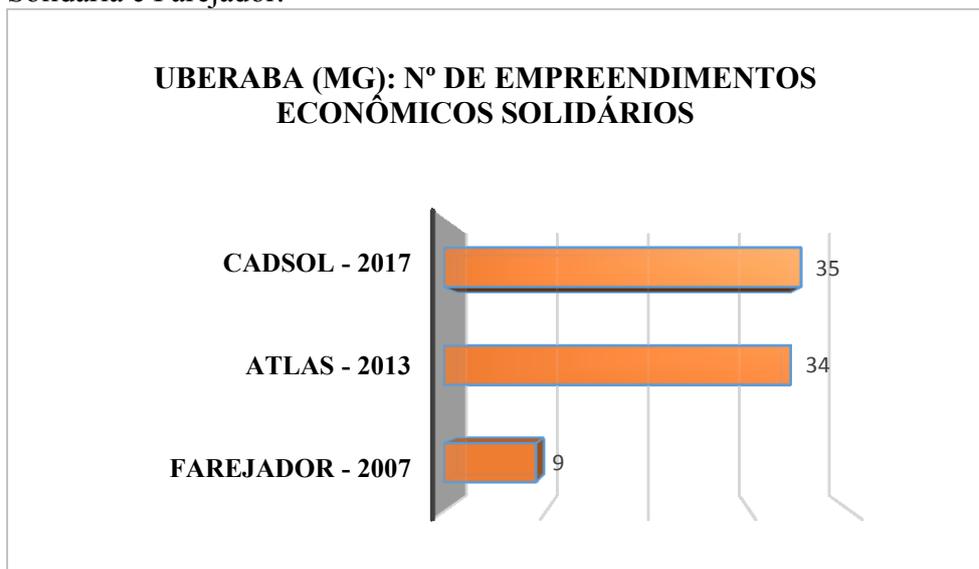
O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), revela que Uberaba mantém saldo positivo de geração de empregos. Nas informações divulgadas, a evolução do emprego no município vem crescendo, visto que a cidade registrou no mês de março saldo positivo de 218 vagas. Foram 3.273 admissões contra 3.055 demissões. O setor que mais gerou emprego foi a indústria de transformação 317 postos de trabalho, seguida da agropecuária 174. (NEVES, 2018 - SECOM/ PMU, s.d).

Segundo Neves (2018, s.d), o desemprego ainda faz parte da realidade da maioria dos brasileiros, e Uberaba está entre esses municípios, embora as demissões apresentem uma quantidade menor que as admissões, ainda assim existe uma quantidade significativa de desempregados na cidade, o que implica na necessidade de inseri-los no mercado de trabalho. A economia solidária representa um caminho diferente para esta inclusão, dando oportunidade a essas pessoas de obterem uma renda para seu próprio sustento e de sua família.

O município de Uberaba conta com dados quantitativos referente aos empreendimentos econômicos solidários desde o ano de 2007, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) com base na ferramenta do FAREJADOR, sendo, este, o primeiro levantamento com esses dados. De acordo com esta fonte, em 2007 o município possuía apenas nove empreendimentos. Porém, como afirmado, esta nova economia vem ganhando força na vida de muitas pessoas o que tem proporcionado crescimento diante de um mundo impregnado pelos moldes capitalista. Uberaba está entre as cidades em que estes empreendimentos estão crescendo e se tornando parte da economia local.

No ano de 2013, com base nos dados do Atlas Digital da Economia Solidária, o município tinha mais de 25 empreendimentos cadastrados, totalizando 34, dados adquiridos através do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), o município possui 35 empreendimentos, como mostra o gráfico 6.

Gráfico 6 - Dados quantitativos comparativos entre CADSOL, Atlas Digital da Economia Solidária e Farejador.



Fonte: Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Farejador da Economia Solidária, 2005; Atlas Digital da Economia Solidária, 2013; Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, 2017.

Elaboração: FIGUEIREDO, K.T.A., 2018.

É interessante ressaltar que todos os empreendimentos exercem suas atividades ou em área rural ou urbana, embora existam casos de empreendimentos que conciliam suas atividades em ambos locais. O trabalho pode ser exercido entre familiares, amigos, vizinhos, conhecidos entre outros. Conforme se observa no gráfico 5, entre os 35 EES existentes no município, 22 localiza-se na área urbana; 11 na área rural; e dois atuam em ambas as áreas.

Gráfico 7 – Município de Uberaba (MG): Área de atuação dos Empreendimentos Econômicos Solidários



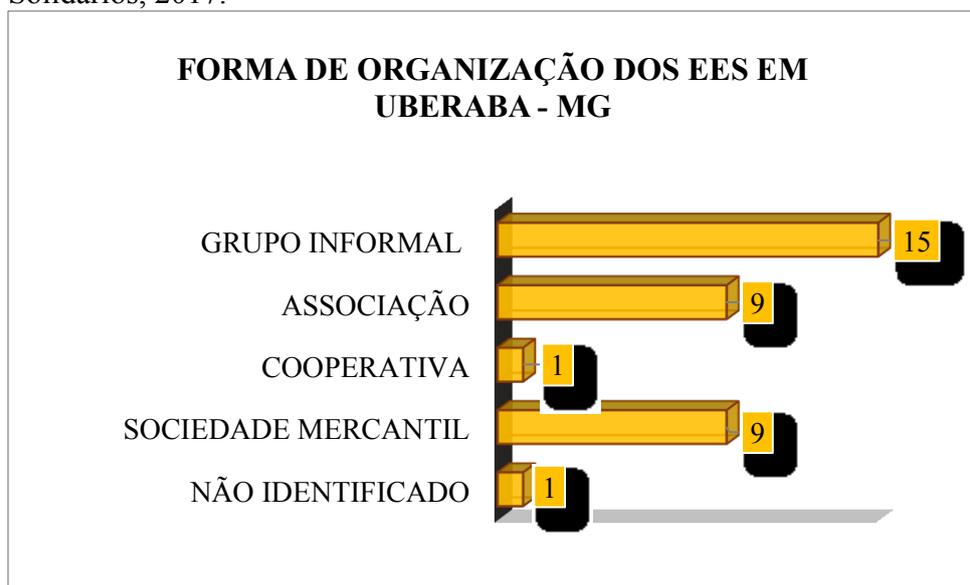
Fonte: Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, 2017.

Elaboração: FIGUEIREDO, K.T.A., 2018.

Por um lado, os empreendimentos localizados na área urbana são designados à produção de artesanatos e a comercialização de hortaliças, leites e derivados, farinhas, chocolates, doces no geral, mel; reciclagem; tapetes de crochê, panos de pratos, caminhos de mesa, bordados no geral, produtos de decoração, como confecção de bonecas e vasos de flores; produtos de limpeza e os serviços de lavanderias, financeiros e vários outros. Os localizados na área rural, por outro lado, são os encarregados pela produção voltada para a agropecuária, para então serem comercializados. Diante disso, vemos a interrelação entre campo e cidade, já que a produção dos produtos ou matéria prima é realizada na área rural e comercializada na área urbana.

Com relação às formas de organização dos empreendimentos, Uberaba possui grande parte de seus empreendimentos caracterizados como grupo informal, sendo quinze no total; seguido pela sociedade mercantil e associação, ambas com nove; uma cooperativa, e um outro cuja a forma de organização não foi informada, de acordo com os dados do CADSOL (2017) e representado no gráfico 6.

Gráfico 8 – Uberaba (MG): Forma de organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários, 2017.



Fonte: Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, 2017.

Elaboração: FIGUEIREDO, K.T.A., 2018.

Analisando os dados coletados no CADSOL no ano de 2017 e observado nas visitas técnicas realizadas nos EES selecionados, constata-se que, no município em questão, há mais mulheres (559) trabalhando nos empreendimentos do que homens (170). A mulher passou a conquistar espaço no mercado de trabalho e a mostrar o seu potencial na economia, quebrando os paradigmas sobre o perfil da mulher que trabalha.

Quanto à produção, os Empreendimentos Econômicos Solidários de Uberaba envolvem atividades voltadas para o comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos; produção artesanal de bolos, cuca, doces e confeitos; produção de produtos decorativos em cerâmica; fabricação de artefatos de tapeçaria e produção artesanal de tapetes bem como fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico; produção musical; coleta de materiais recicláveis sendo reciclado plásticos e papéis; comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos, cultivo de milho e mandioca; atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente; fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates; comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas e vários outros.

Incentivar o consumo de produtos solidários e levar essa nova economia para a sociedade através de feiras e palestra é fundamental para que se possa conectar mais empreendimentos solidários em um movimento autossustentável diminuindo o consumo e, conseqüentemente, a produção capitalista, aderindo o consumo solidário. Assim, podendo intensificar o crescimento e investimento de novas redes solidárias dando a oportunidade de consumir produtos diversificados e de boa qualidade, além de contribuir para a entrada e permanência de trabalhadores na produção promovem o consumo solidário. Portanto, de acordo com Mance (1999, p. 13) *apud*. Corrêa (2008, p. 139),

[...] que em todas as suas atividades de consumo dêem preferência a produtos que tenham sido produzidos pelas redes de colaboração solidária, mesmo que estes produtos custem um pouco mais caro que os produtos elaborados sob a rede capitalista [...]

No capítulo 5, será abordado os empreendimentos existentes no município de Uberaba e um estudo de caso sobre três dos 35 empreendimentos. Para este estudo, foi realizado uma pesquisa empírica, por meios de roteiros de entrevistas aplicados nos trabalho de campo.

5. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIO DE UBERABA: UM ESTUDO DE CASO

Conforme dito no capítulo 4, Uberaba apresenta um grande número de empreendimentos econômicos solidários, que produzem diversos produtos para serem comercializados nos municípios e em outras regiões. Alguns deles se encontram na área urbana, outros na rural, mas também há empreendimentos que se distribuem em ambos, ou seja, produzem na área rural e comercializam na área urbana.

São empreendimentos que vendem seus produtos em feiras, lojas e exposições, cada qual com seus próprios objetivos e dificuldades, conforme retratado abaixo, nos três empreendimentos selecionados.

5.1. Caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários existentes em Uberaba

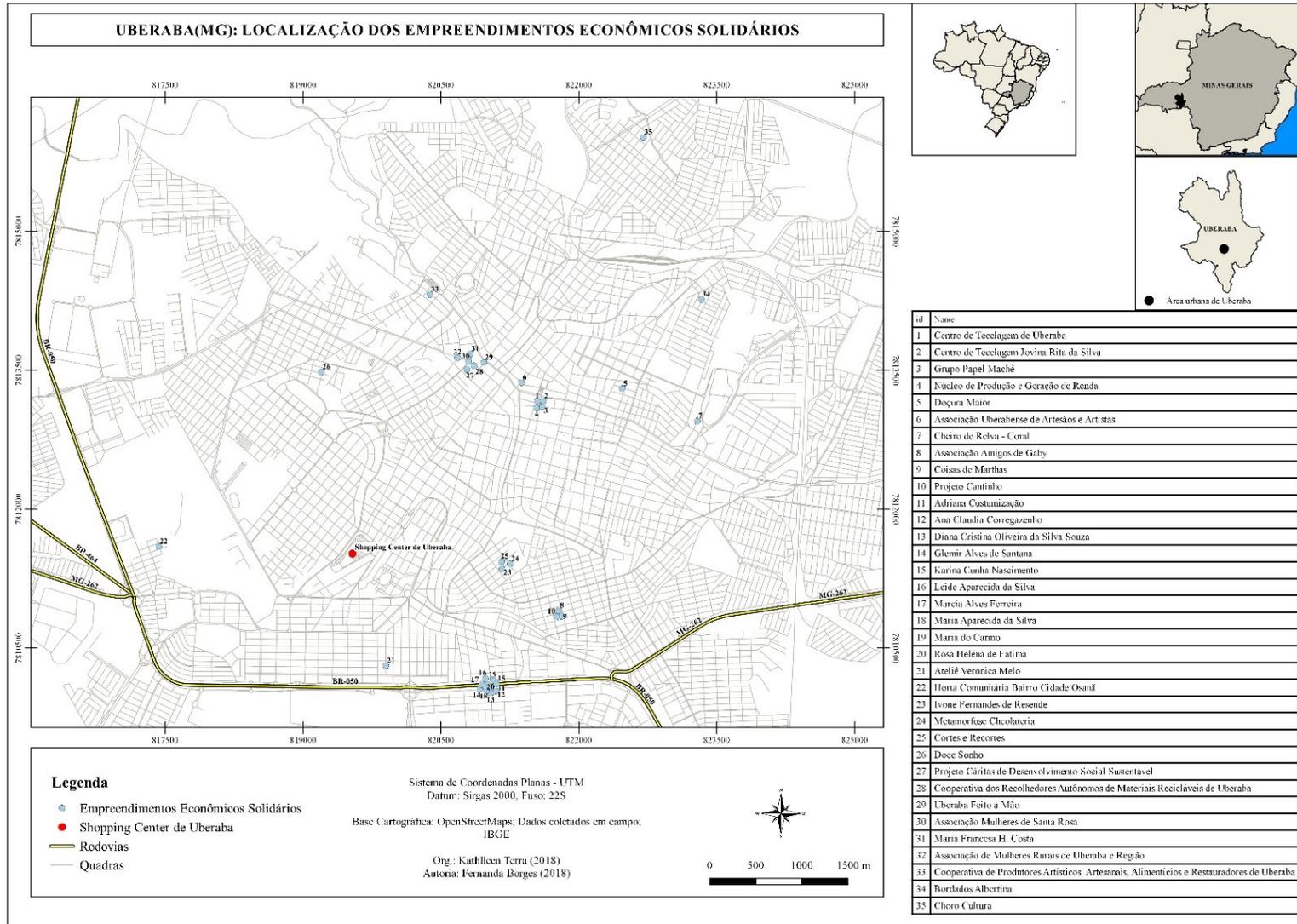
Grande parte dos associados fazem parte dos empreendimentos para obtenção de fonte complementar de renda, outros, no entanto, consistem numa forma de combate ao desemprego. Há também pessoas que fazem parte para adquirir maiores ganhos em um empreendimento bem como um desenvolvimento de uma atividade onde todos são considerados donos. O mapa 3 determina a localização de cada um no município de estudo.

Há diversos tipos de empreendimentos, aqueles que disponibilizam o espaço para a venda dos produtos acabados e os que apenas transformam o produto desde sua fase inicial até a final (venda). Em Uberaba, grande parte desses empreendimentos fazem a venda direta ao consumidor final e outros poucos vendem esses produtos a revendedores/atacadistas.

Os principais espaços para a comercialização dos produtos solidários são as feiras e exposições eventuais, feiras de economia solidária organizadas pelos próprios produtores. As lojas solidárias são uma importante fonte de propagação da ideia de preço justo e de economia sustentável, e claro, a entrega direta aos clientes.

A prefeitura de Uberaba auxilia na divulgação da economia solidária, que orienta a comunidade sobre a importância de um trabalho justo e igualitário através de palestras, seminários, feiras para venda e divulgação dos produtos como artesanatos e doces.

Mapa 3 - Localização dos 35 empreendimentos econômicos solidários no município de Uberaba.



Autor: BORGES, F., 2018

Org.: FIGUEIREDO. K. T. A., 2018.

O quadro 9 mostra todos os empreendimentos que foram catalogados no CADSOL e a variedade de produtos por eles produzidos, comercializados e consumidos em várias cidades, visto que Uberaba faz parte do circuito de cidades turísticas do país. Os que se apresentam em destaque, foram os empreendimentos no qual se realizou a visita de campo, a fim de conhecer o trabalho solidário, as atividades econômicas desenvolvidas e a história da permanência do empreendimento econômico solidário.

Quadro 9 – Uberaba (MG): Atividades Econômicas dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

EMPREENHIMENTOS	ATIVIDADE ECONÔMICA	CATEGORIAS DE ATIVIDADE ECONÔMICA
Adriana Customização	-	-
Ana Claudia Corregazinho	-	Produção
Associação Amigos de Gaby	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	Produção
Associação das Mulheres de Santa Rosa	Produção artesanal de bolos, cuca, doceria e confeitos Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	Produção
Associação de Mulheres Rurais de Uberaba e Região	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	Comercialização ou Organização da Comercialização
Associação Uberabense de Artesãos E Artistas	Produção de produtos decorativos em cerâmica	Comercialização ou Organização da Comercialização
Ateliê Veronica Melo	-	Produção
Bordados Albertina	-	Produção
Centro de Tecelagem de Uberaba	Fabricação de artefatos de tapeçaria Produção artesanal de tapetes Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	Produção
Centro de Tecelagem Jovina Rita Da Selva	-	Produção
Cheiro de Relva - Coral	Produção musical	Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios
Choro Cultura	Produção musical	Prestação do serviço ou trabalho a terceiros
Coisas de Marthas	-	Produção
Cooperativa de Produtores Artísticos, Artesanais, Alimentícios e Restauradores De Uberaba e Região	Produção artesanal de bijuterias Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos Produção artesanal de tapetes	Comercialização ou Organização da Comercialização
Cooperativa dos Recolhedores Autônomos de Materiais Recicláveis de Uberaba	Reciclagem de plásticos Reciclagem de papel	Comercialização ou Organização da Comercialização
Cortes e Recortes	-	Produção
Daiana Cristina Oliveira da Silva Souza	-	Produção
Doce Sonho	-	Produção
Doçura Maior	-	Comercialização ou Organização da Comercialização
Glemir Alves de Santana	-	Produção

Grupo Papel Machê	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico Produção de esculturas cerâmicas	Comercialização ou Organização da Comercialização
Horta Comunitária Bairro Cidade Osanã	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos Cultivo de milho Cultivo de mandioca	Produção
Ivone Fernandes De Resende	-	Produção
Karina Cunha Nascimento	-	Produção
Leire Aparecida Da Silva	-	Produção
Marcia Alves Ferreira	-	Produção
Maria Aparecida Da Silva	-	Produção
Maria Do Carmo	-	Produção
Maria Francesa H. Costa	-	Produção
Metamorfose Chocolateria	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente Promoção de vendas Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	Produção
Núcleo de Produção e Geração de Renda	-	Comercialização ou Organização da Comercialização
Projeto Cantinho	-	Produção
Projeto Cáritas de Desenvolvimento Social Sustentável	Coleta de materiais recicláveis Triagem de materiais recicláveis	Comercialização ou Organização da Comercialização
Rosa Helena de Fatima	-	Produção
Uberaba Feito à Mão	-	Comercialização ou Organização da Comercialização

Fonte: Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, 2017.

(-) Empreendimentos que não especificaram no cadastro a atividade econômica desenvolvida.

Elaboração: FIGUEIREDO, K.T.A., 2018.

O município de Uberaba possui uma grande quantidade de Empreendimentos Econômicos Solidários, mas a grande maioria vem sendo bem representada e reconhecida como um estabelecimento e não necessariamente como um comércio solidário, sendo este,

um dos principais motivos de dificuldades enfrentadas (o não reconhecimento como empreendimento solidário).

Os principais produtos comercializados no município pelos empreendimentos são artesanatos; bijuterias; produção artesanal de bolos, doces, balas, bombons; produtos decorativos em cerâmica; produção artesanal de tapetes; coleta e reciclagem de papel e plásticos; comércio varejista de suvenires, cultivo de milho e mandioca; comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, legumes e hortaliças; produção musical; e outros.

5.2. Análise dos Empreendimentos Econômicos Solidários selecionados de Uberaba (MG)

A partir das visitas técnicas e entrevistas realizadas em empreendimentos econômicos solidários em 2015 e 2016, serão apresentados os principais empreendimentos estudados, bem como suas características. Cabe ressaltar, que foram escolhidos os três empreendimentos citados abaixo, devido a estes apresentarem produtos diferentes e em maior quantidade.

Associação de Mulheres Rurais de Uberaba e Região (AMUR)

A Associação de Mulheres Rurais de Uberaba e Região, conhecida também por AMUR, foi criada no ano de 2005 visando, principalmente, a integração das mulheres que moram nas comunidades rurais, na tentativa de promovê-las e/ou capacitá-las. A complementação de renda é uma consequência dos objetivos que foram traçados após a integração da mulher rural. Segundo o relato de uma das associadas,

A cidade de Uberaba possui 21 comunidades rurais, são comunidades que estão distantes de 5 a 40 km da sede do município de Uberaba, e elas (associadas) ficam mais em casa não possuindo nenhuma renda salarial e devido a isso houve a capacitação da mulher rural (sendo este o grande passo inicial da AMUR) através de cursos de doces, queijos, bordados, artesanatos em geral, sempre na busca de elevar a autoestima de cada associada (saúde e beleza), assim trouxeram a elas (como consequência) uma produção de artesanatos, bem como capacitação na área de alimentos e bordados e a AMUR funciona como posto de venda, que expõe e vende seu produtos. (Relato de uma das associadas da Amur, pesquisa de campo, 2016).

A AMUR surgiu através uma grande produtora de leite que fazia parte de um departamento da Associação de mulheres de negócios e profissionais (BPW) que procurou

uma das atuais associadas da AMUR (antes de existir a AMUR) e também várias outras produtoras rurais propondo um encontro entre grandes e pequenas produtoras rurais. Foi realizado na antiga escola Agrotécnica de Uberaba e, a partir daí, um grupo de mulheres se uniu e passou a pensar na criação da AMUR.

O encontro contou com a participação de mais de 200 mulheres rurais e o apoio do sindicato rural, deu-se início ao surgimento da associação, onde foram administrados, em dez anos, mais de 200 curso de capacitação. Fizeram parcerias com o SENAC, SENA, EMATER, Prefeitura de Uberaba, SESC, FIEMG, entre outros, dando origem à atual loja (foto 1), com a finalidade de escoar os produtos das mulheres rurais.

Foto 1 - Fachada da AMUR no município de Uberaba (MG).



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Foto: FIGUEIREDO, K. T. A., 2016.

Começaram com 200 mulheres e hoje o número está bem menor, mais ou menos umas 80 associadas mais dois homens. Um que produz pinga, junto com sua mulher. E o outro produz mel, pasta de pimenta verde e outro produtos.

No início elas ficavam mais em comunidades rurais, fazendo cursos, mobilizando, realizando alguns encontros e fórum da mulher rural, realizaram também Fórum de Políticas Públicas para as mulheres rurais e daí ocorreu um 'esfriamento' devido à poucas visitas realizadas em circunstância de pouco dinheiro, já que para a associação se manter e fazer tudo se expandir lá fora, é necessário ajuda financeira e até pouco tempo havia ajuda da prefeitura para manter a manutenção e projetos da associação, mas depois de um tempo as ajudas de custos foram sendo cortadas e associação foi prejudicada. Elas passaram então a procurar novos

meios de adquirir ajuda financeira para sobreviver, por não terem orçamento próprio, sobrevivem de projetos realizados por elas mesmas para financiamento de MDA entre outros projetos do Ministério da Cultura, de Minas Gerais.

A mulher rural fica muito em sua casa, não tem renda própria, vive pela família, e se ela não fizer esse doce para obter uma renda, ela não tem, e a grande dificuldade da mulher é a de locomoção, assim poucas mulheres podem comparecer às reuniões realizadas na cidade, diminuindo o número de associadas por desistências. (Relato de uma das associadas da Amur, pesquisa de campo, 2016).

As associadas criaram a loja com o intuito de incluir a mulher rural na busca pela valorização e evolução pessoal. Há associadas que começaram sua vida financeira com a AMUR e, após, criaram sua própria empresa, porém não deixando de ser uma associada. Outras, no entanto, ainda não conseguiram evoluir como queriam. É interessante que a AMUR já possui sua logomarca registrada (foto 2).

Foto 2 - Logomarca do empreendimento econômico solidário da AMUR.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Foto: FIGUEIREDO, K. T. A., 2016.

Além disso, o processo produtivo de alimentos segue as normas da Vigilância Sanitária, inclusive a maioria das produtoras teve que fazer uma alteração na instalação da cozinha (física) para que a Vigilância Sanitária não barrasse a produção. Quando se trata do lucro, segundo uma das associadas,

De 100%, 90% é da mulher rural, mas 10% fica para a AMUR para a manutenção da associação. Cada associada recebe o dinheiro da sua produção.

Ocorre uma doação entre elas de alimentos, exemplo: quando a plantação de abóbora é muito farta e sobra, elas usam essas abóboras para fazer doces e vender diretamente na associação atribuindo o lucro especificamente à ela, onde levam esse alimento para a casa de uma das associadas, fazer o doce juntas e vendem na AMUR e o dinheiro é dado apenas para a associação como se fosse um incremento dos 10%. A grande maioria das mulheres são apenas donas de casa, não trabalham em outro local, mas há exceções. Apenas o contador recebe um valor fixo. (Relato de uma das associadas da Amur, pesquisa de campo, 2016).

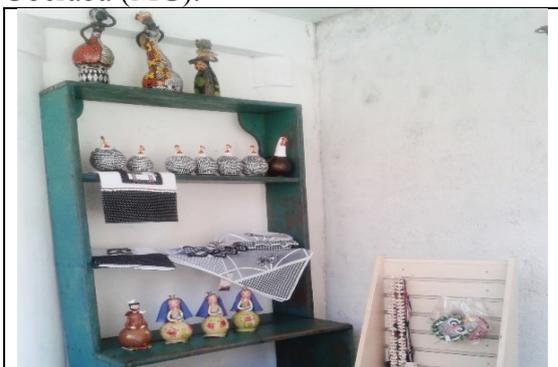
Quanto ao nível de escolaridade das associadas, observou-se que este é variável tendo fundamental completo: 1º ao 5º ano, do 6º ao 9º ano; fundamental incompleto; médio completo e incompleto; nível técnico; superior completo e incompleto e pós-graduação. Fazem parte do grupo, amigos, familiares, voluntários, conhecidos, todos que tiverem interesse na economia solidária, nascidos ou não em Uberaba.

A associação se organiza com base produção e comercialização de seus produtos, fazendo distribuição de produtos em outras cidades ou até mesmo dentro de Uberaba, além de comercializar localmente em sua loja física e em feiras. A única dificuldade que elas encontram é referente ao financeiro como relata outra associada,

Os 10% da AMUR não são suficientes para arcar com todas as despesas, como o contador, manter as embalagens, selos, outras despesas. Não é um dinheiro suficiente, então elas fazem promoções para vender quitandas cada uma faz uma quitanda diferente, por exemplo, dia do milho, dia da mandioca, de produtos juninos, e outros. Os produtos que elas não possuem dentro de casa para a produção, elas compram fora para incrementar sua produção. Uberaba possui um Banco de Alimentos, onde algumas mulheres são cadastradas para receber os alimentos da época e fazer sua própria produção, mas nem sempre é o suficiente. (Relato de uma das associadas da Amur, pesquisa de campo, 2016).

A AMUR produz e comercializa uma grande variedade de produtos, como decorativos em cerâmicas, artesanatos em tapetes, panos de prato, velas e almofadas, artesanatos no geral e artigos religiosos; produtos em crochê; aventais de cozinha; doces, mel, pimenta e farinhas artesanais (foto 3); entre vários outros produtos. Além disso, a associação confeccionou seu próprio livro de receitas caseiras com receitas exclusivas de várias associadas (foto 4).

Foto 3 – Produção e comercialização dos produtos artesanais da AMUR no município de Uberaba (MG).

	
Decorativos em cabaças	Vasos em cerâmica
	
Tapetes, velas artesanais	Almofadas e paos de prato
	
Artesanatos	Artigos religiosos e caixinhas decorativas
	
Doces, mel e pimenta do empreendimento AMUR em Uberaba	Farinha artesanal.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Foto: FIGUEIREDO, K. T. A., 2016.

Foto 4 - Livro de receitas das associadas para venda na AMUR.



Livro com várias receitas doces e salgadas das associadas da AMUR.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Foto: FIGUEIREDO, K. T. A., 2016.

Associação Uberabense de Artesãos e Artistas

A chamada de Casa do Artesão de Uberaba, surgiu em 1981 como fonte integral de renda. Atualmente funciona como uma fonte complementar de renda para muitos associados. O cadastro inicial foi realizado ainda na candidatura do deputado Odelmo Leão (estadual) estando em ativa há 34 anos. Mesmo antes de ser cadastrada como um Empreendimento Econômico Solidário, portava a ideia de ser uma associação com visão de empreendimento solidário, uma luta contra o desemprego. Mas, segundo uma das associadas, o empreendimento ainda não teve a oportunidade de participar de nenhum encontro sobre a Economia Solidária, ou teve acesso à algum Fórum devido à falta de informação/divulgação.

No início trabalhavam com tecelagem, mas, após conseguirem um local fixo (casarão tombado de Uberaba, foto 5), os teares foram transferidos para o Mercado Municipal de Uberaba. Tudo começou com um grupo de 19 artesãos e artistas que fizeram uma exposição na garagem da casa de uma das artesãs. Na época, a primeira dama da cidade as convidou até o gabinete do prefeito e então fundou a Associação Uberabense de Artesão e Artistas, em 30 de abril de 1981. Elas continuaram se reunindo nas casas, nas lojas de decoração e em outro locais nos anos seguintes, até que em 1985 um outro governo, o Prefeito e o Secretário de Indústria e Comércio (inexistente nos dias atuais) criaram a primeira casa do

artesão para as associadas. E desde 1985 esta casa existe com o propósito de divulgar e comercializar os produtos, além de serem oferecidos cursos de capacitação do artesanato.

Começou com 19 associados e passou para 115, porém hoje estão reunidos apenas 74 artesãos com objetivos em comum. Desses 74, muitas ainda estão por amor à associação, pois elas não produzem mais, estão mais idosas, sabe? Mas nem todos estão em ativa, apenas 48. (Relato de uma das associadas, pesquisa de campo, 2016).

Um bom exemplo de associado que está em ativa é um professor de pintura em tela, única fonte de renda dele. Cada pintor pinta em sua residência e traz para a Casa do Artesão, local onde são expostos e comercializados. São ao todo 64 mulheres que trabalham com tecelagem, bordado, pintura em tecido e madeira, transformação de cabaças, biscuit, artistas que trabalham com material de transformação (usando caixinhas de fósforo, palitinhos de picolés, caixinhas de leite etc.), crochê, confecção de bonecas e sacolas. E sete homens associados que trabalham com desenho e pintura (dois), cerâmica (três), tecelagem (um) e cobre (um).

Foto 5 - Associação Uberabense de Artesãos e Artistas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Foto: FIGUEIREDO, K. T. A., 2016.

A tesoureira, a presidente, e os associados se revezam para ficar no casarão onde está instalada a Associação, pois hoje já não se tem mais funcionários por causa da falta de recurso para pagar todos os benefícios exigidos.

Para conseguir dinheiro para quitar as contas e o contador, os associados organizam um almoço por mês, objetivando arrecadar fundos. Sendo uma associação sem fins lucrativos, todo dinheiro que entra na Associação é a mensalidade do artesão e 10% da venda dos produtos que eles deixam no local, mais os R\$25 mensais de doação para pagar contas, contador, material de limpeza e escritório, manutenção da casa em geral.

Já houve meses de crises financeiras, chegamos a dever 4.000 reais para o contador, que estão sendo pagos através das economias e almoços que realizamos e incrementamos com bingos e outras brincadeiras também. A comida é feita por nós mesmos, e também toda a organização do evento. Recebemos ajuda de custo e doações de alimentos, mesas e cadeiras. A prefeitura apenas ajuda a pagar a água e a luz do casarão. (Relato de uma das associadas, pesquisa de campo, 2016).

Conforme o relato de uma das associadas, as dificuldades enfrentadas pela associação estão voltadas para a falta de apoio financeiro, de renda e da divulgação do artesanato local. Os associados quase foram despejados do casarão, pois a prefeitura queria entrega-lo para a Academia de Letras, mas eles conseguiram permanecer no local, após oito anos instalados.

Há uma sede na Praça Mogiana em Uberaba, local onde são ministrados todos os cursos de capacitação. Mas hoje todos os cursos são cobrados, pois a associação não tem um apoio financeiro de nenhuma entidade. Cada artesão compra seu próprio material e produz. Eles pegam encomendas ou produzem para venderem na associação. Cada artesão possui seu produto com sua etiqueta. Após a venda do produto é anotado a quantidade e o valor dos mesmos numa folha com o nome do produtor, e no final do mês é feito o pagamento para cada um, conforme os produtos que foram vendidos. Nesse momento, é retirado um valor de 10% para a associação conforme mencionado anteriormente. Assim, alguns artesãos recebem mais do que outros no final do mês, e há aqueles que não conseguem vender nada. Quando um artesão fica sem receber e contribuir por três meses, os outros artesãos começam a promover aquele que não está conseguindo vender, levando o produto para mostrar nas aulas ministradas, por exemplo.

O nível de escolaridade dos associados varia do fundamental completo 6º ao 9º ano, médio completo, superior completo e nível técnico. São inseridos no empreendimento através de indicações, onde a grande maioria dos artesãos são naturais de Uberaba. Raramente vem algum associado de fora do município, pois para fazer parte da associação tem que residir em Uberaba.

Esta associação produz e comercializa seus produtos, participa da Feira Nacional de Artesanato em Belo Horizonte. Às vezes deixam de participar por falta de apoio financeiro, não possuindo recursos para o transporte que antes era doado pela prefeitura. Segundo uma das associadas entrevistada, o novo governo não ajuda como o anterior.

Assim, fazem diversas exposições locais, como na Biblioteca da Faculdade Associadas de Uberaba (FAZU), na Biblioteca Municipal, na Sede da praça da Mogiana (uma vez ao mês) e em vários outros locais. São diversos produtos fabricados e comercializados, como tapetes e chapéis de crochê; bonecas e chaveiros de pano; panos de pratos; vasos e enfeites de cerâmica; artesanatos em cabaças; artigos religiosos; doces, mel e porta sacos; porta chaves e panos de pratos; bandejas e caixas decorativas, quadros pintados à mão (foto 6); almofadas; entre outros produtos.

Foto 6 – Artesanatos, doces e pinturas da Associação Uberabense de Artesãos e Artistas em Uberaba (MG).





Artesanatos feito com cabaça.



Doces, mel e porta sacos



Bandejas de decorativas



Caixas decorativas



Quadros pintados à mão por um dos associados do empreendimento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Foto: FIGUEIREDO, K. T. A., 2016.

Cooperativa de Recolhedores Autônomos de Materiais Recicláveis de Uberaba

É uma cooperativa criada no ano de 2002 com base na necessidade por parte da Prefeitura de Uberaba que precisava do licenciamento do aterro sanitário, devido à necessidade de uma associação ou cooperativa de catadores para fazer a Coleta Seletiva do município. O local foi cedido pela prefeitura (foto 7), mas a ideia para o cadastramento da cooperativa como empreendimento solidário partiu de “José Eustáquio”, e no CADSOL pelo “Luiz”, do Movimento Nacional dos Catadores.

Foto 7 - Cooperativa de Recolhedores Autônomos de Materiais Recicláveis de Uberaba.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Foto: FIGUEIREDO, K. T. A., 2016.

De acordo com o relato coletado na pesquisa de campo, a ideia de criar uma organização da Coletiva Seletiva ocorreu desde 1996, quando a Prefeitura de Uberaba já demonstrava interesse. Tudo ocorreu com o pedido de abandono do aterro sanitário pela Prefeitura Municipal, que demitiu os trabalhadores do aterro. Em seguida, a mesma cedeu um local para a criação da Cooperativa, mas, infelizmente, a prefeitura não fornece a assistência necessária.

A cooperativa é composta por trabalhadores autônomos, e segundo a prefeitura os cooperados trabalham de favor, dando a entender que o local da cooperativa não pertence aos cooperados e sim à prefeitura, sendo que a qualquer momento os mesmos podem ser despejados novamente. A única ajuda que recebem é a Bolsa Reciclagem, que é fornecida a cada três meses, paga pelo Governo do Estado, sendo parte dos direitos dos cooperados.

O Estado é o único apoio que a COOPERU possui, mas o Governo Federal e o Deputado Estadual (Odelmo Leão) doou caminhões e equipamentos e ajuda através de Projetos. A Bolsa Reciclagem é disponibilizada para todas as cooperativas de reciclagem do Estado de Minas Gerais, apenas Minas Gerais possui essa Bolsa se estiverem com a documentação em dia. A cooperativa ficava no Bairro Boa Vista (2002), logo após foi transferida para o atual local, no ano de 2005. (Relato de uma das associadas, pesquisa de campo, 2016).

Na cooperativa trabalham cerca de 120 pessoas, catadores internos e externos. Um total de 60% são cooperadas do sexo feminino e os outros 40% são do sexo masculino. São quatro motoristas, seis prensistas, e o restante fica encarregado pela triagem e coleta.

Na parte interna da cooperativa, o trabalho passa por quatro etapas. A primeira é a coleta dos materiais nas ruas; a segunda é a triagem de resíduos onde estes são separados conforme sua composição; a terceira etapa é a prensa e, a última, é a venda desses resíduos já prensados (foto 8).

Para a segurança no trabalho, os cooperados usam uniformes, luvas, máscaras, protetor de ouvido e bota.

O material já chega separado, o material é coletado, levado para as suas residências e separado. Quando for separado pelos catadores, a COOPERU recebe o aviso por ligação e o caminhão vai até o local e recolhe o material. Quando o material chega na residência, ele é pesado e pagam pelo material, sendo levado para a prensa.

Se não conseguirem vender, não há pagamento, recebemos de acordo com a venda. Alguns meses dá mais que um salário mas em outros a gente recebe menos que um salário. 10% vai pro fundo da cooperativa, que é usado em caso de uma emergência pra completar de salário e é usado também pra comprar materiais didáticos e o seguro dos caminhões, então vai direto pra a cooperativa e o restante é dividido pelos dias trabalhados. As horas e os dias são marcados, horário de saída e entrada né? E apenas o salário dos motoristas que é fixo, 1.000 reais mais o adicional. (Relato de uma das associadas, pesquisa de campo, 2016).

Foto 8 - Etapas de reciclagem dos materiais coletados**(1) Caminhão indo pra a coleta.****(2) Triagem de resíduos****(3) Prensa dos resíduos.****(4) Preparação para venda dos resíduos prensados.**

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Foto: FIGUEIREDO, K. T. A., 2016.

Os materiais não possuem um preço fixo, pois ocorrem queda e aumento constantemente. Não podem colocar um preço fixo pois se colocarem, podem perder compradores. A cooperativa vende barato e os atravessadores lucram com a venda (cobrando um valor ainda maior do que pagou aos cooperados). Em seguida, vendem para as fábricas, que dão prioridade para os atravessadores.

A cooperativa recebe alguns lixos eletrônicos também como baterias, mas não recolhem pilhas e celulares, pois estes são levados para a Empresa Agronelli. A COOPERU está tentando uma parceria com a Empresa Agronelli e o SEBRAE, para capacitar pessoas para receberem este lixo eletrônico (desmontar, tirar as peças etc.)

No início, os membros da cooperativa eram formados na maioria por familiares, hoje o número diminuiu, porém não deixou de existir, e apresenta um grande número de amigos/conhecido, cuja entrada se dá por indicação.

A cooperativa, assim como todos os outros empreendimentos, passam por dificuldades. No caso da COOPERU, não estão conseguindo trabalhar com sistema de estoque, que já deveria estar funcionando, segundo a uma entrevistada da cooperativa, “o único mês que conseguiram trabalhar com esse sistema, foi o mês que teve maior venda, mas depois desse mês, não conseguiremos mais estocar material. Se não há estoque, não há dinheiro.”

Falta mão de obra, pois muitos cooperados não cumprem com seu compromisso e não marcam presença na cooperativa, prejudicando o restante dos cooperados e, conseqüentemente, diminuem a renda mensal, pois acumulam trabalho e não conseguem triar todos os recicláveis até o final do mês por falta de trabalhadores.

O dinheiro que poderia estar entrando no pagamento está parado no chão da cooperativa. Muitos cooperados apenas vem trabalhar pra complementar a renda, mas 95% dos cooperados sobrevivem da cooperativa. (Relato de uma das associadas, pesquisa de campo, 2016).

Outro problema que foi destacado pela entrevistada, foi o caso de coletar mais lixo para as cooperativas ao invés de material reciclável o que diminui a renda da COOPERU. A quantidade de material coletado e levado para ser separada é muito grande (foto 9). Além disso, falta capacitação pessoal mediante os cuidados médicos (primeiros socorros), já que a cooperativa não possui nenhum convênio ou auxílio hospitalar. Em caso de acidente no trabalho, a ambulância municipal demora para chegar no local e os cooperados não possuem conhecimento para ajudar no ferimento. Outro problema relatado é o frequente risco de incêndio, visto que muitos materiais possuem alto poder de combustão.

É preciso promover a Educação Ambiental e capacitar os cooperadores da cooperativa e também a população do município. (Relato de uma das associadas, pesquisa de campo, 2016).

Uma das entrevistadas da COOPERU relatou que eles objetivam conseguir montar, no mínimo, cinco bergues (sacos) por dia, mas dependendo do material, a pretensão é de montar de dezoito a vinte bergues por dia mas, infelizmente, hoje não chega nem a trinta bergues por semana. Seria necessário aumentar a quantidade de prestista e cooperados no geral. É interessante ressaltar que a empresa de mineração doa todos os bergues para a COOPERU, o que antes era queimado, mas com a legislação, a empresa ficou proibida de queimar e passou a doar os sacos para a cooperativa para que pudessem conseguir a documentação exigida pela legislação.

Foto 9 - Grande quantidade de materiais prontos para serem separados de acordo com sua composição.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Foto: FIGUEIREDO, K. T. A., 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária remota ao início do século XIX, e o surgimento da Cooperativa de Consumo e Poupança Pioneira da Rochdale, criada em 1844, foi o ponto inicial para o movimento cooperativista. Novas experiências nascem no decorrer do tempo, e assim ressurgem no século XX, em vários continentes, como na América e Europa e na América.

A economia passou a ser reformulada, com um novo meio de produção e distribuição. Tornou-se uma oportunidade de inclusão no mercado de trabalho o que nos leva a pensar que pode vir a ser um novo modelo econômico baseado na reciprocidade e solidariedade, auto ajuda e ajuda mútua, visando a luta dos trabalhadores pelos seus direitos e crescimento pessoal. São empreendimentos que buscam diminuir o trabalho precarizado, reflexo do capitalismo e sem a imagem do patrão. Nota-se que esta economia tem-se fortalecido ao longo dos anos, diversos empreendimentos passam a colorir as ruas com seus produtos variados e a fortalecer o sentimento de esperança na vida dos trabalhadores.

Baseando-se nos mapeamentos discutidos o longo dessa pesquisa, verifica-se que os EES são organizados coletivamente, por meio de grupos informais, associações, cooperativas, grupos de produção, cooperativa de compra e venda, clube de troca entre outros, tendo como associados grande quantidade de mulheres e homens, porém com pouco conhecimento administrativo e tecnológico.

Com esta pesquisa foi possível constatar, através dos dados do mapeamento feito pelo CADSOL no ano de 2017, que Minas Gerais com 1.565, está entre os quatro estados do Brasil com o maior número de empreendimentos solidários, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul (1.886), Pernambuco (1.763) e Bahia (1.758), comercializando vários produtos solidários que variam conforme a cultura de cada local, distribuídos nos setores de artesanato, agricultura familiar, alimentação, confecção, serviços, de cultura e catadores de material reciclável. As mesorregiões do estado de Minas Gerais com o maior número de empreendimentos em seus municípios no ano de 2017 são a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte com 311, a do Norte de Minas com 294, a Zona da Mata com 196 e a do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba com 186 e a mesorregião Central Mineira é a que possui apenas um empreendimento. Foi possível notar que o número desses empreendimentos foram aumentando do ano de 2007 a 2017 em cada mesorregião, o que vem intensificando a o crescimento do PIB brasileiro.

Também entre os anos de 2007 a 2017, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, nota-se a variação dos números de empreendimentos econômicos solidários que foram cadastrados, porém, é possível verificar a desistência de alguns empreendimentos ao longo dos anos. Observando os dados das microrregiões, constata-se que a de Uberlândia possui o maior número de empreendimentos com 51, seguido por Uberaba (36), Frutal (35), Patos de Minas (22), Patrocínio (16), Araxá (15) e Ituiutaba (11), dados referentes ao ano de 2017, o qual 48% se identificaram como grupo informal, seguindo de associações com 39%, cooperativas com 7% e sociedade mercantil, apenas 1%. Dos 60.057 associados, 30.152 são mulheres e 29.905 são homens todos produzindo e comercializam uma variedade de produtos, principalmente alimentícios e artesanais como doces, biscoitos, fabricação de artefatos de madeiras, bijuterias, tapetes, produtos de decoração, produtos agropecuários e vários outros. Mas, Uberaba e Uberlândia são os que possuem uma variedade de produtos para a comercialização.

São EES que iniciam suas atividades com poucos recursos e enfrentam grandes dificuldades por possuírem pouco capital, necessitando produzir aos poucos até conseguirem chegar numa grande quantidade de produtos para comercializar e conseguirem sobreviver.

No município de Uberaba, ao longo dos anos, as atividades econômicas tiveram um crescimento constante nos setores industrial, agropecuário, construção civil, comércio, serviços e outros, como a economia solidária. Observou-se que a economia solidária no município tem inserido principalmente pessoas desempregadas ou que simplesmente desejam uma segunda renda. Em Uberaba são 35 empreendimentos catalogados no ano de 2017, os quais desenvolvem atividades como produção de artesanatos, hortaliças, doces no geral, de decoração e outros que são comercializados e distribuídos em Uberaba e nos municípios limítrofes. Vale ressaltar que no ano de 2007 o município possuía apenas nove empreendimentos, passando para 34 no ano de 2013.

Os empreendimentos exercem suas atividades em área rural ou urbana, como também em ambos os locais e estão organizados como grupo informal, sociedade mercantil, cooperativa e associação, dirigidos por homens e mulheres que fazem venda direta ao consumidor ou vendem a revendedores. Comercializam seu produtos em feiras e exposições, lojas solidárias e entrega direta ao consumidor.

Com a pesquisa de campo foi possível constatar que grande parte dos empreendimentos relatam passar por dificuldades financeiras e de reconhecimento como empreendimento solidário o que, conseqüentemente, gera desconhecimento sobre seus produtos. Com isso, os clientes não os valorizam e, muitas vezes, acham-nos com os preços

mais elevados que o comum. Isto ocorre por não saberem o real valor daquele produto, a história do empreendimento e de seus cooperados dificultando na comercialização. Sem contar com a falta de apoio da Prefeitura.

Esses são motivos que desfavorecem os associados, levando a desistência e ao não envolvimento pessoal e social ao empreendimento, o que faz com que não hajam pessoas o suficiente para produzir, vender e cuidar do empreendimento, como relatam os empreendimentos que foram realizados um estudo de caso, a “Associação Uberabense de Artesãos e Artistas” e a “Associação de Mulheres Rurais de Uberaba e Região”. Tal fato poderia ser mudado se a população passasse a consumir produtos dos empreendimentos solidários e percebessem o diferencial dos produtos produzidos por esses associados.

A “Cooperativa de Recolhedores Autônomos de Materiais Recicláveis de Uberaba” é outro exemplo que também relata receber pouca ajuda externa e de não ser reconhecida como empreendimento solidário. Os cooperados se sentem invisíveis diante da sociedade devido ao seu trabalho, o não reconhecimento de sua profissão. Mas tudo poderia ser diferente se o pensamento e valores da sociedade mudassem de direção. Os moradores poderiam ajudar dentro de suas casas, separando os resíduos, ou seja, não misturando os recicláveis com orgânicos, lavando as embalagens e secando-as, evitar amassar e molhar os papéis, embrulharem os vidros e outros materiais cortantes que podem machucar os catadores, etc. Estes são pequenas atitudes diárias que fariam grande diferença. Tais medidas poderiam melhorar os ganhos financeiros da cooperativa, pois quando os resíduos não estão separados é necessário que os cooperados dediquem tempo para separá-los e muitos resíduos são descartados já que foram perdidos durante todo o processo.

Esta nova economia é importante no desenvolvimento local e regional, onde têm-se um conjunto de pessoas que participam de todo o processo do desenvolvimento, transformando o território e agregando valor a cultura local, sem falar no consumo consciente e na forma de trabalho cooperado, melhorando a qualidade de vida dos indivíduos. Na Economia Solidária não há mais competição, muito menos desigualdade social e os meios de produção são dos próprios cooperados, a solidariedade agora faz parte do homem. Mas, ela pode ir além do que foi descrito, porém, é necessário que essas organizações sejam mais exploradas pela sociedade, e que todos as reconheçam como Empreendimento Econômico Solidário. Esta pesquisa, assim como muitas outras fazem parte dos meios de divulgação dessa nova economia, onde pôde-se trazer alguns exemplos de empreendimentos, destacando sua produção, comercialização, seus objetivos e dificuldades. Um tema que faz parte dos objetos de estudo, de pesquisa e formação das

universidades que visam o crescimento de ações de fortalecimento e expansão da Economia Solidária.

A Economia Solidária possui um grande potencial para transformar a vida dos indivíduos nela envolvidos e a de milhares de pessoas no mundo, da mesma forma que o Capitalismo as modificou.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, V. de C.; CIRINO, J. F.; SILVA, E. A.; SOUZA, A. C. **Radiografia dos Empreendimentos Econômicos Solidários do estado de Minas Gerais**. In: II Encontro Mineiro de Administração Pública Economia Solidária e Gestão Social? EMAPEGS, 2010, Viçosa. Administração Pública, gestão social e economia solidária: avanços e desafios, 2010. Disponível em: <<http://base.socioeco.org/docs/artigo62.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

ALVES, M. A. **Terceiro Setor: as origens do conceito**. (Apresentação de Trabalho/Congresso). p.1-15. 2002. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

AMORIM, B. M. F.; ARAÚJO, H. E. **Economia solidária no Brasil: novas formas de relação de trabalho?**. IPEA, Mercado de Trabalho, 2004. Nota Técnica. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24i.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2018.

ATLAS DIGITAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)**. Mapeamento realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), finalizado em 2013. Disponível em: <<http://atlas.sies.org.br/>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

AZAMBUJA, L. R. **Os Valores da Economia Solidária**. Sociologias (UFRGS), p. 282-317, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/12.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BAUMAN, Z. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BERTUCCI A.; LIMA, C.; TYGEL, D.; NAGEM, F.; AMORIM, R.; SOUZA, R. P. de; KIRSCH, R.; SILVA, S. **Economia Solidária outra economia a serviço da vida acontece**. Campanha da Fraternidade Ecumênica, 2010, p. 1-46. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/cartilha_fbcs.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

BRASIL – **Fatos e Dados**. Disponível em: <<https://brasilfatosedados.wordpress.com/2010/09/09/desemprego-evolucao1986-2010-2/>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **As duas fases da história e as fases do capitalismo**. Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, n.278. 2011. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8081/TD%20278%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

CADASTRO NACIONAL DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - CADSOL. Disponível em: <<http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/view/empreendimento/geral/main.seam?cid=72932>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

CARNEIRO, G; BEZ, A. C. **Clubes de Troca: Espaços de Solidariedade**. In: _____. **Clubes de troca: rompendo o silêncio, construindo outra história**. 2. ed. rev. - Curitiba, PR: Editora Popular: CEFURIA, 2011. Disponível em: <http://www.cefuria.org.br/files/2012/08/clubes_de_troca.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

CARVALHO, A. J. S. L.; OLIVEIRA, R. V. **O novo cooperativismo: um sonho possível? O caso da COOPERNUT**. In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. 2010, Natal. I CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 2010. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos%20GTS%20-%20recebidos%20em%20PDF/O%20NOVO%20COOPERATIVISMO%20um%20sonho%20poss%C3%ADvel%20O%20caso%20da%20COOPERNUT.pdf>>. Acesso em: 14 de mar. 2018.

CASANOVA, M. Z. de. **Origens e trajetória histórica de Uberaba**. Prefeitura de Uberaba. Disponível em: <<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,328>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CATTANI, A. D. **A outra economia: os conceitos essenciais**. In.: CATTANI, A. D. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CORRÊA, T. D. **Redes Econômicas Solidárias e Desenvolvimento: Perspectivas emancipatórias na sociedade de consumo**. Revista de Estudos Sociais, v. 20, p. 125-151, 2008. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/231/220>>. Acesso em: 18 set. 2018.

COSTA, C. A. F; CULTI, M. N.; SOUZA, A. L. **Dimensões da Economia Solidária no Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. SOBER, 44. 2006,

Fortaleza. Anais. Fortaleza, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/300.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

CULTI, M. N. **Economia Solidária: Incubadoras Universitárias e Processo educativo.** PROPOSTA - Revista Trimestral de Debate da Fase, Rio de Janeiro, p. 17 - 22, 10 abr. 2007. Disponível em: <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2007/03/proposta-111-final.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

DARDENGO, A. M. **A 'economia solidária' e a emancipação social.** In: VII Jornada Internacional de Política Públicas, 2015, São Luís - MA. Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas: Para além da crise global: experiências e antecipações concretas, São Luís 25 a 28 de agosto de 2015. São Luís - MA, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/a-economia-solidaria-e-a-emancipacao-social.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. **O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização.** Sociedade & Natureza. Uberlândia, v. 17, n.33, p. 59-77, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/viewFile/9208/5670>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

FAREJADOR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível: <http://www.fb.es.org.br/?option=com_content&task=view&id=3748&Itemid=215&farejar=Farejar%21&Q3_0=31&Q3=31&distmax=0&formato=mapa&busca=&busca_nome=&farejar=Farejar%21>. Acesso: 29 de jul 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <<http://fb.es.org.br/2005/05/02/sobre-o-fbes/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. **O FBES.** Disponível em: < <http://fb.es.org.br/o-fbes/>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

FRANÇA FILHO, G. C. de. **A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?** Cadernos Ebape Br, Rio de Janeiro, v. II, n.n.1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512004000100004>. Acesso em: 18 jun. 2018.

FRANÇA FILHO, G. C. de. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais.** Bahia Análise & Dados, Salvador - Bahia, v. 12, n.01, p. 09-19, 2002. Disponível em: <<http://base.socioeco.org/docs/economiasolidaria-fronteirasconceituais.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

GAIGER, L. I. **Empreendimentos econômicos solidários**. In: CATTANI, A.D. (Org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, p.135-143, 2003a.

GOMES, M. T. S. **Dinâmica econômica e cidades médias: uma análise sobre a cidade de Uberaba na região do Triângulo Mineiro**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 3, p. 516-534, mês. 2016. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/viewFile/81733/112864>>. Acesso em: 17 set. de 2018.

GOVERNO DO BRASIL. **Clubes de troca negociam produtos e serviços**. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/clubes-de-troca-negociam-produtos-e-servicos>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

GRANDO, A.; MAGRO, M. P. D. **"Consumo, logo existo": os sentidos do consumo na economia solidária**. Arquivos Brasileiros de Psicologia (UFRJ. 2003) , v. 63, p. 2-13, 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v63n2/02.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

HERMANN, J. **Da liberalização à crise financeira norte-americana: a morte anunciada chega ao Paraíso**. jan./Mar. 2009. Revista de Economia Política (online). São Paulo, v. 29, no. 1. p. 138-141. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

HOJE EM DIA. **Empreendimentos no setor de economia solidária cresceram mais de 2.800% em Minas**. 2018. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/primeiro-plano/empreendimentos-no-setor-de-economia-solid%C3%A1ria-cresceram-mais-de-2-800-em-minas-1.615480>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

ISAIA, D. **Secretário Anuncia R\$250 mil para Feira de Economia Solidaria**. Agencia Brasil. 2017. Disponível: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-07/secretario-anuncia-r-250-mil-para-feira-de-economia-solidaria>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

JUSBRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988 / Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10717153/paragrafo-3-artigo-25-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

LECHAT, N. M. P.; BARCELOS, E. da S. **Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários**. *Rev. katálysis* [online]. 2008, vol.11, n.1, pp.96-104. ISSN 1982-0259. Disponível

em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5381/4736>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

LEITE, M. A. S. **O Terceiro Setor e as Organizações da Sociedade Civil de interesse público – OSCIPS**. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2003. 15p. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/sobre_escola/banco_conhecimento/arquivos/pdf/terceiro_setor.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

LEMES, F.R.M. **A inserção da economia solidária no mercado: contradições e possibilidades**. Outra Economia, v. 2, p. 52-67, 2008. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1085/275>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

LIMA, F. G. P.; SECONI, F. P. **A Economia Solidária no contexto das grandes transformações no mundo do trabalho ao longo da história**. Universidade Federal de Maringá.p. 1-20. Disponível em: <http://www.unitrabalho.uem.br/administracao/bd_artigos/arquivos/010614150312.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

MALASSISE, R. L. S.; ALVES, R. **Princípios cooperativistas: uma reflexão sobre oportunidades e desafios no contexto da economia solidária**. FACESI em Revista, v. 3, p. 1-9, 2011. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170808115551.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

NAKANO, Y. **A grande recessão: oportunidade para o Brasil alcançar os países desenvolvidos**. mar./abr. 2012. Revista de administração de empresas (online). São Paulo, vol.52, no. 2. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902012000200011>. Acesso em: 22 mar. 2018.

NEVES, A. P. **Uberaba mantém saldo positivo na geração de emprego de acordo com Caged**. Prefeitura de Uberaba, 2018. Disponível em: <<http://uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,43640>>. Acesso em: 18 set. 2018.

OLIVEIRA, I. H. M. de. **Economia Social, Pilar de um novo modelo de desenvolvimento Econômico Sustentável**. 2012. Dissertação (Mestrado em Auditoria) – Instituto Politécnico do Porto, Politécnico do Porto, Porto. Disponível em: <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1173/1/DM_IldaOliveira_2012.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

PANDELÓ, F. R. **Socialismo, cooperativismo e economia solidária no pensamento de Paul Singer**. 2010. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/4187/1/Fernando%20Rodrigues%20Pandelo.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

PIERI, E. **Relações: capital, força de trabalho e natureza**. 2006. 37f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia294112>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

PONTAL EM FOCO. **Uberlândia sediará Feira Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo**. Disponível em: <<http://pontalemfoco.com.br/destaque-noticias/uberlandia-sediara-feira-regional-de-economia-popular-solidaria-do-triangulo/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

PORTAL MINAS GERAIS. **Mesorregiões e microrregiões (IBGE)**. 2016. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

PRONI, M. W. **História do capitalismo: uma visão panorâmica**. Cadernos do Cesit, Campinas, n. 25, 1997. Disponível em: <<http://www.cesit.net.br/cesit/images/stories/25CadernosdoCESIT.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ROIZ, D. S. **Uma 'nova' interpretação das origens do capitalismo?**. Revista Mundos do Trabalho, v. 1(1), p. 297-303, 2009 (Resenha). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n1p297/9153>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

SANTOS, B. de S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**/Boaventura de Sousa Santos (org.) - 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnc3R1ZGFudGVkb3JhdXNqdHxneDozMTI4YTM2ZTljOGI1OTQ5>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

SATO, L.; ESTEVES, E. **Algumas condições necessárias à autogestão**. In: SCHMIDT, A. B.; LIMA, S. de O. S.; SECHIM, W. Z. (Orgs.). Economia solidária: caderno pedagógico

educadoras e educadores. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. p.85-86. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6008-caderno4-educador-economia-solidaria&Itemid=30192>. Acesso em: 21 abr. 2018.

SCHMIDT, D; PERIUS, V. **Cooperativismo e cooperativa**. In: CATTANI, A.D. (org.). **A outra economia**. 1.ed. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. 306p.

SEADE. **Indicadores Socioeconômicos**. p. 58-105. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Indicadores%20Scio-econmicos.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SEBRAE. **O que é ser empreendedor**. 2017. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-empendedor,ad17080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

SILVA, L. A. C. da. **Autogestão na Economia Solidária: metodologias e práticas coletivas na formação de autores sociais**. 2015. 205 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/21920/1/LuizAntonioCoelhoDaSilva_TESE.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SILVA, R. B.; AZEVEDO, A. **Formação do Trabalhador Solidário: emancipação ou legitimação da exploração?**. Linhas Críticas (UnB), v. 16, p. 149-166, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/1461/1093>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SILVA, S. P. **Entidades De Apoio E Fomento à Economia Solidária no Brasil: Uma Análise Exploratória**. Mercado de Trabalho (Rio de Janeiro. 1996) , v. 61, p. 107-116, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7316/1/bmt61_entidades.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

SINGER, P. **Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)**. Mercado de trabalho: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego- v.20, n.56, (fev.2014) - Brasília: Ipea: MTE, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_econ02_dez_anos.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2018.

SINGER, P. **Economia solidária versus economia capitalista**. Sociologia e estado. vol.16 no.1-2 Brasília Jun/Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 abr. 2018.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Prefácio: um olhar diferente sobre a Economia Solidária**. In: FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004. pp.5-9.

SINGER, P. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998a.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA (SIDRA). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/uftabunit.asp?t=11&n=8&z=t&o=4>. Acesso em: 05 fev. 2018.

SOUZA, A.R. de; CUNHA, G.C.; DAKUZAKU, R.Y. (orgs.). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003, 320p.

SUCUPIRA, G. I. C. S.; FREITAS, A. F. **Cooperativismo de Crédito Solidário: Um Arranjo Institucional em Prol do Desenvolvimento Local**. Rede: Revista Eletrônica do Prodema, v. 6, p. 23-40, 2011. Disponível em: <<http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/119>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

TRUPPEL, T. K. **Dinâmica Da Economia Capitalista Contemporânea do Fordismo à Economia Informacional: Consequências para o trabalhador**. 2007. 105f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293396.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

ZIGER, V. **Inclusão financeira no Brasil: perspectivas e desafios para acesso a serviços financeiros adequados**. In: VOLLES, A.; COLONIESE, C.; MITTELMANN, C. C.; RODRIGUES, L. M. da S.; CINTRA, T. C. A. (Orgs.). Ensaio sobre Cooperativismo Solidário. Beltrão/PR: Editora Infocresol, 2010. p.19-26. Disponível em: <http://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/03/livro-cresol-15_anos.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2018.

VERAS NETO, F. Q. **Autonomia coletiva na Economia Solidária**. Juris (Rio Grande), Rio Grande, v. 11, p. 27-41, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/juris/article/view/600/142>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

VITAL, L. R. S. **Feiras de Trocas e Moeda Social: A prática da sala de aula em conjunto com a Economia Solidária**. Universidade Federal do ABC. [20--?]. Disponível em: <<http://proec.ufabc.edu.br/ejaecosol/feiras-de-trocas-e-moeda-social-a-pratica-da-sala-de-aula-em-conjunto-com-a-economia-solidaria/>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA
EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO

1. Nome do empreendimento: _____

2. Ano de criação do empreendimento: _____

3. Motivação para a criação do empreendimento:

Desemprego

Fonte complementar de renda

Expectativa de obtenção de maiores ganhos

Outro _____

4. Como surgiu? De quem foi a ideia? Teve participação da incubadora da UFU?

5. Quantos trabalhadores estão envolvidos no projeto/empreendimento?

1 – 3 ___ 3 – 7 ___ 7 – 11 ___ 11 – 15 ___ 15 – mais _____

6. Quantas mulheres trabalham no local?

1 – 5 ___ 5 – 10 ___ 10 – 15 ___ 15 – mais _____

7. Quantos homens trabalham no local?

1 – 5 ___ 5 – 10 ___ 10 – 15 ___ 15 – mais _____

8. Nível de escolaridade do entrevistado:

Fundamental Completo: 1º ao 5º ano _____

Fundamental Completo: 6º ao 9º ano _____

Fundamental incompleto _____

Médio completo _____

Médio incompleto _____

- () Nível Técnico _____
- () Superior completo _____
- () Superior incompleto _____
- () Pós-graduação _____

9. Nível de escolaridade dos outros trabalhadores:

- () Fundamental Completo: 1º ao 5º ano – Quantos possuem: _____
- () Fundamental Completo: 6º ao 9º ano – Quantos possuem: _____
- () Fundamental incompleto – Quantos possuem: _____
- () Médio completo – Quantos possuem: _____
- () Médio incompleto – Quantos possuem: _____
- () Nível Técnico – Quantos possuem: _____
- () Superior completo – Quantos possuem: _____
- () Superior incompleto – Quantos possuem: _____
- () Pós-graduação – Quantos possuem: _____

10. Valor da renda aproximado:

- () Menos de um salário mínimo _____
- () Salário mínimo _____
- () 01 a 03 salários _____
- () Outro _____

11. Organização do empreendimento

- () Grupo informal () Associação () Cooperativa () Empresas autogestionárias
- () Grupos de produção () Outro _____

12. Identificação dos funcionários

- () Familiar () Amigos () Outros _____

13. Naturalidade dos trabalhadores:

- () Da cidade de Uberlândia
- () Cidade vizinha – Quais: _____
- () Outro estado – Quais: _____

14. Organização do trabalho:

() Comercialização – Quais produtos: _____

() Produção – Quais produtos: _____

15. Formas de comercialização:

() Ocorre distribuição

() Comercializado localmente

() Outro _____

16. Definições das metas da empresa: _____

17. Dificuldades enfrentadas: _____
